



CONCORRÊNCIA

Nº 95020/2026-SFIL

CONTRATANTE (UASG)

Município de Guarulhos

OBJETO

Contratação Integrada de empresa ou consórcio, para Serviços de Arquitetura e Engenharia para a elaboração de Projetos Básico, Projetos Executivo e execução de Obras de construção do Hospital São João, com fornecimento de material, equipamento e mão-de-obra.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 14/08/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Técnica e preço

REGIME DE EXECUÇÃO:

Contratação Integrada

MODO DE DISPUTA:

Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não se aplicam as disposições do art. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

**CONCORRÊNCIA Nº 95020/2026 - SFIL****PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 1123.2025/0001349-8**

Torna-se público que o Município de Guarulhos, por meio da Subsecretaria de Licitações e Contratos, sediado à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação deverá ser fornecido na forma e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. É parte integrante dos serviços:

1.2.1. O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao serviço descrito, na planilha do **ANEXO IV – Eventograma**;

1.2.2. O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;

1.2.3. O transporte de todos os resíduos resultantes da execução dos serviços até os locais indicados pela fiscalização; os resíduos sólidos provenientes de demolição deverão ser prioritariamente destinados ao sistema de reciclagem do Município

1.2.4. Caso seja necessário, a CONTRATADA deverá colocar placas de identificação dos serviços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a expedição da ordem de serviços, nos locais a serem indicados na referida ordem, conforme solicitação e modelo a ser fornecido pela fiscalização;

1.2.5. Instalação de canteiro de obras

1.2.6. Na entrega final dos produtos – relatórios, projetos e levantamentos – deverão ser entregues em 3 (três) vias impressas - assinadas e vistas e 03 (três) arquivos digitais em mídia (CD) com a respectiva assinatura digital no formato DWG (Auto Cad) e PDF, formato A1 ou A0 quando necessário.

1.3. As empresas deverão disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.

1.4. A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do **Memorial Descritivo/Termo de Referência** -



ANEXO III, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste edital.

1.5. Na hipótese de ser necessária a qualquer título a utilização de serviços não constantes do **ANEXO IV – Eventograma**;, serão observados se os mesmos são descritos na Tabela de Preços publicados na *SIURB – JAN/2026¹ SD, SINAPI – MAR/2026 SD, CDHU – FEV/2026 SD, CDHU SINTÉTICA FEV/2026 EXCLUÍDO BDI DE 20,81%, DER OUT/2025 excluído BDI de 35%, SICRO JAN/2026² E FDE JAN/2026 excluído BDI de 23% e acrescidos de BDI referencial de 25,00%*, e mantidas as mesmas condições da presente licitação. Em caso negativo, serão então compostos, de comum acordo, entre as partes, retroagindo-os a data base do Eventograma.

1.6. A vigência contratual iniciar-se-á na data da assinatura do contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

1.7. O prazo para execução total dos serviços será de **30 (trinta) meses**, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços.

1.8. O VALOR TOTAL ESTIMADO pela Administração para o objeto a ser contratado, **incluso o BDI referencial de 25,00% é de R\$ 77.704.246,00 (Setenta e sete milhões, setecentos e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais).**

1.8.1. Para a referida contratação, deverá ser prestada garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme previsto no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/21 no ato da assinatura do contrato. Quando a opção da garantia for na modalidade prevista seguro-garantia, o contratado terá o prazo de até 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

1.9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E REGIME DE EXECUÇÃO:

1.9.1. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

- 1548 – 0910.1545100111.007.07.1000356.449051.0837

1.9.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **contratação integrada**, na forma do artigo 46, V, da Lei nº. 14.133/21.

1.10. EMBASAMENTO LEGAL: O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições, bem como demais normas complementares aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/21

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)

- Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)

¹ As tabelas de referência SIURB / Janeiro de 2026 são as últimas versões disponíveis e foram publicadas no dia 06 de Abril de 2026.

² Planilha onerada em função da Lei nº 13.161/2015 quanto a contribuição previdenciária



2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.5.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

a) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.5.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



a) O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

a) A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5.12. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

2.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.5.4.** e **2.5.5.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. O disposto nos itens **2.5.4.** e **2.5.5.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.5 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

3.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas,



conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



3.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.2.** ou **3.6.** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

3.11. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 6.14.1.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os requisitos constantes no ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

4.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.1. valor global;

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



4.4.1 Todos os valores deverão ser apresentados em Reais (R\$), incluído no preço global da proposta todos os custos, impostos, fretes e toda e qualquer despesa que vier a incidir sobre o objeto licitado, inclusive o BDI.

4.4.2. O preço proposto constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços mencionados no objeto desta licitação, incluindo BDI.

4.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



4.11. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 8.3. deste Edital.

5.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 5.2. deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.5** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.5.1 SICAF; e

5.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

5.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

5.6.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

5.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



5.7.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

5.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item **3.6.** deste edital.

5.10. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

5.11. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

5.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

5.12.1. indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas;

5.12.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

5.13. Serão desclassificadas as propostas que:

5.13.1. contiverem vícios insanáveis;

5.13.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.13.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.13.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.13.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.14. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.



5.15. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no Anexo II deste edital (art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

5.16. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

5.17. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NPT) conforme o ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS.

5.18. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

5.19. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.19.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

5.19.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.19.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.20. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.20.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

5.20.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

5.20.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

5.20.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

5.21. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



5.22. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.22.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

5.22.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

5.22.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

5.22.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

5.22.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

5.23. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.23.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.



5.23.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.24. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.25. Será atribuída ao licitante Nota de Proposta de Preço, conforme o ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

5.26. Após análise das Propostas de Técnica e de Preço, será estabelecida a Nota Final (NF), de acordo com a média ponderada das valorações, conforme o ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

5.27. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.2. e 5.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

5.28. Será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.28.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

5.28.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.29. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.30. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as



propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência.

5.30.1 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.30.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.30.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.30.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.30.5. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

5.30.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.31. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.31.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

5.31.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.31.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.31.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.



5.31.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.31.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.31.2.2. empresas brasileiras;

5.31.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.32. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.33. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.34. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

5.34.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.34.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.35. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

5.36. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

5.37. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

5.38. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



5.39. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.40. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

5.41. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.42. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

I. Jurídica;

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c) Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II. Técnica: a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

- a) prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- b) registro ou inscrição na entidade profissional competente:
 - b1) Original ou cópia autenticada da Certidão de Registro de pessoa jurídica e de seus responsáveis técnicos, junto a entidade competente (CREA/CONFEA ou CAU) da região a que estiverem vinculados.
 - b2) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a



entidade profissional competente no Brasil, apresentando como documento de habilitação uma declaração do compromisso assumido.

c) indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

III. Fiscal, social e trabalhista;

a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

IV. Econômico-financeiro.

a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b1) Considera-se último exercício social, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados (mecanicamente) até o dia 30 (trinta) de abril do ano subsequente e, no caso de serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), até o último dia do mês de junho do ano subsequente, conforme Instrução Normativa RFB 2003/21, salvo disposição em contrário.

b2) Serão considerados como legais o balanço e as demonstrações contábeis (mecanicamente) assim apresentados:

i) pelas sociedades anônimas: publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada; ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

ii) pelas sociedades por cotas de responsabilidade limitada: fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou



fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iii) pelas sociedades criadas no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iv) No caso do balanço patrimonial e demonstrações contábeis serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), deverão estar acompanhados do respectivo recibo de entrega.

b3) A boa situação financeira será comprovada com as demonstrações a seguir, calculadas pelas seguintes fórmulas, cujo memorial deverá ser juntado ao Balanço Patrimonial e estar acompanhado de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital:

- Índice de Liquidez Geral (LG) superior ou igual a 1,00
- Índice de Liquidez Corrente (LC) superior ou igual a 1,00
- Índice de Solvência Geral (SG) superior ou igual a 1,00

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

onde: AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

AT = ATIVO TOTAL

PNC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

b4) os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b5) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) Capital social mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

V. - Documentação complementar

a) Declaração formal conforme ANEXO I – A

b) Declaração de cumprimento da lei estadual nº 12684/2007: Declaração formal elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não serão utilizados



produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em conformidade com a Lei Estadual nº 12.684/07 (**ANEXO I-C**).

c) Declaração de cumprimento da lei municipal 6.126/06: de que tem pleno conhecimento da Lei Municipal 6.126/06, que instituiu o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, assumindo a obrigação de atender aos dispositivos da referida lei, em especial as do artigo 19 e seus parágrafos, bem como observar e aplicar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços sob a sua inteira responsabilidade, assumindo ainda, responsabilidade em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores, conforme modelo (**ANEXO I-D**).

6.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

6.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência/Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

6.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, autenticação digital ou a publicação em órgão da imprensa na forma da lei.

6.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



6.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

6.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.11. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

6.11.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia, acompanhado de Profissional da Secretaria de Infraestrutura Urbana, terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, conforme Anexo II – Critérios de Pontuação das Propostas Técnicas, item Vistoria Técnica, junto ao Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana através do telefone (11) 2475-9913 e/ou e-mail: obrasinfraestrutura@gmail.com com Marcos André Elias Nunes, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes

6.11.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, o licitante poderá substituir o exigido no item 6.11, por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

6.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.13.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



6.14. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

6.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item , poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até no mínimo 02 (duas) horas, para:

6.16.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

6.16.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.16.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

6.16.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

6.16.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

6.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

6.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
e

6.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.18. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante



decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.14.1.

6.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

6.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6.23. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

- a) Serão aceitas certidões positivas de débito, com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.
- b) A documentação, conforme o caso, deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (números de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.).
- c) A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Subsecretaria de Licitações e Contratos.
- d) Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.
- e) Os documentos exigidos para habilitação, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento.

6.24 No caso de participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas serão acrescidos os seguintes procedimentos:

- a) As licitantes deverão comprovar, a sua condição de ME, EPP ou EQUIPARADAS por todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente (CNPJ, documento da Junta Comercial, por exemplo).



b) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas deverão apresentar, todos os documentos de habilitação exigidos, mesmo que apresentem alguma restrição, devendo estas serem sanadas no prazo definido neste edital.

b1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006.

b2) A não regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme art. 43, §2º da Lei Complementar 123/2006.

c) A não comprovação da sua condição de ME, EPP e EQUIPARADAS e/ou não regularização dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a licitante estará sujeita às sanções legais, ficando sujeita inclusive ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.24.1. Os incisos acima não serão aplicados quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte conforme ao art. 4º, §1º da Lei 14.133/21.

6.25. No caso de participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15. da Lei 14133/21, serão observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

VI - Para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.



a) O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

VII - O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso.

VII a - O prazo para comprovação da constituição do consórcio será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da convocação que será realizada por e-mail.

VII b - Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceite da Administração.

VIII - A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

7. DO TERMO DE CONTRATO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

7.3. Os prazos do item **7.2.** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico/Minuta de contrato.

7.5. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin (somente quando o recurso for de origem Federal) e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7.5.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. AS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.



9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.6. fraudar a licitação;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.



9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licita.guarulhos@gmail.com, podendo a sua confirmação ser feita através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações ou protocolada até às 16h30min do último dia do prazo, na Secretaria de Finanças na Seção Administrativa de Expediente da Subsecretaria de Licitações e Contratos, Sítio à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP - CEP 07111-080.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes/> ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/transparencia/consulta-de-licitacoes>.

11.11. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, conforme previsto no art. 122 da Lei 14.133/21, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

11.11.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

11.11.2. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

11.11.3. A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 30% do valor total do contrato.

11.11.3.1 Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato.



11.12 A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.

11.13. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Guarulhos.

11.14. É facultada ao agente/comissão ou à autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

11.15. Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Declarações

ANEXO II – Critérios de Pontuação das Propostas Técnicas

ANEXO III – Memorial Descritivo e Termo de Referência

Anexo III – A – Estudo Técnico Preliminar

Anexo III – B – Anteprojetos

Anexo IV – Eventograma

Anexo IV – A – BDI

Anexo IV – B – Acórdão

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Guarulhos, 13 de Maio de 2026

GLAUCO LUIZ SILVA
SUBSECRETÁRIO
Subsecretaria de Licitações e Contratos



1123.2025/0001349-8

ANEXO I

DECLARAÇÕES



1123.2025/0001349-8

ANEXO I - A

MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Concorrência nº

Processo Administrativo nº

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA:

- a) não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.
- b) não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;
- c) está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- d) é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



1123.2025/0001349-8

ANEXO I - B

MODELO DE DECLARAÇÃO APARELHAMENTO TÉCNICO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Concorrência nº

Processo Administrativo nº

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como indica o pessoal técnico com a respectiva qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme abaixo:

.....

.....

.....

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



1123.2025/0001349-8

ANEXO I-C

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 12684/2007

MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Concorrência nº

Processo Administrativo nº

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA não utilizar produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipo de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente tenham fibras de amianto na sua composição, em conformidade com a Lei Estadual nº 12684/2007.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



1123.2025/0001349-8

ANEXO I-D

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI MUNICIPAL Nº 6126/06

MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Concorrência nº

Processo Administrativo nº

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que tem pleno conhecimento da Lei Municipal 6126/06, que instituiu o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, assumindo a obrigação de atender aos dispositivos da referida lei, em especial as do artigo 19 e seus parágrafos, bem como observar e aplicar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços sob a sua inteira responsabilidade, assumindo, ainda, responsabilidade em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO II

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS



1. FORMA E CRITÉRIO SELEÇÃO DE FORNECEDOR

Para este objeto, a forma de seleção do contratado deverá ser feita pelo critério de julgamento da melhor ponderação entre a proposta técnica e a oferta de preço do licitante.

Esse critério de julgamento mostra-se o mais adequado para esta contratação, diante das complexidades envolvidas na contratação integrada, que demanda do contratado a implementação de diversas soluções técnicas que escapam às obras comuns de engenharia. Essas características permitem classificar o objeto licitado como obra especial de engenharia, de acordo com o art. 6º, inciso XXI, alínea 'b' da Lei federal nº 14.133/2021:

“Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso”.

A caracterização desse tipo de obra na categoria de obras especiais também decorre da classificação realizada pelo IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, especificamente na Nota Técnica IBR 001/2021 – Revisão 2025¹:

“Para orientar a aplicação da Lei 14.133/21, o Ibraop propõe as seguintes definições:

I. **Obra Comum**: Obra de baixa complexidade técnica e menor risco de execução, cujas características de desempenho e qualidade são objetivamente padronizáveis por meio de especificações usuais, por utilizar métodos construtivos e materiais amplamente disponíveis no mercado local.

II. **Obra Especial**: Aquela que, por sua alta heterogeneidade, alto risco ou elevada complexidade técnica, não permite a padronização objetiva de seu desempenho e de sua qualidade por meio de especificações usuais e não pode, portanto, se enquadrar na definição de obra comum”.

¹ Disponível em: https://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2025/08/NOTA-TECNICA-IBR-001_2021-R2025.pdf

Como exemplo dessas obras especiais, a mesma Nota Técnica menciona a “Construção de edificações administrativas, de educação ou de saúde de grande vulto e complexidade, ou nos quais predomine o emprego de soluções técnicas pouco usuais no mercado”.



Nesta contratação, além do objeto a ser construído (Hospital) possuir características e regulamentação especial, os equipamentos a serem implementados e os serviços de pré- operação impõem a necessidade de que a escolha do futuro contratado leve em consideração não apenas o preço e a experiência pretérita, mas também as soluções propostas que melhor atendam às necessidades da Administração.

Diante dessas características, surge a necessidade de que o critério técnico também seja avaliado na contratação do futuro prestador, o que atrai o critério técnica e preço para este certame, de acordo com o art. 36, §1º, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021:

“Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

§ 1º O critério de julgamento de que trata o **caput** deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

(...)

IV - obras e serviços especiais de engenharia”.

Nesse sentido afirma Marçal Justen Filho:

“A licitação para contratação integrada será necessariamente julgada pelo critério de melhor combinação de técnica e preço, tal como previsto no art. 36, §1º, inc. IV”.

O valor pecuniário a ser desembolsado pela Administração não será o único critério de avaliação das propostas. Caberá tomar em vista as vantagens técnicas propiciadas pelas soluções constantes da proposta do licitante.

Isso significará que a elevação da qualidade da solução poderá conduzir à vitória de uma proposta de valor mais elevado”. (*Comentários à lei de licitações e contratações administrativas*, 2021, p. 611).

Partindo, portanto, desse critério de julgamento, tem-se as seguintes regras a serem seguidas na apresentação das propostas.

As propostas serão apresentadas em sessão pública eletrônica, em data definida no edital de licitação, e seguirá as diretrizes do Art. 17, da LF 14.133.

A Proposta Técnica Técnica deverá ser apresentada em formato PDF, elaborada em papel timbrado da licitante e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com folhas numeradas sequencialmente, em formato A4, fonte Times New Roman 12, espaçamento simples, em linguagem clara, sem emendas, borrões, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e ser datada e assinada pelo representante legal da proponente ou procurador, juntando-se cópia do instrumento de procuração.

Admitir-se-á a utilização de outro tipo e tamanho de fonte para apresentação de quadros, fluxogramas, tabelas e ilustrações entre textos, bem como a apresentação destes.

Os textos contidos em páginas adicionais que ultrapassem o limite máximo definido para cada item, não serão objeto de qualquer análise para fins de atribuição de NOTA DE PROPOSTA TÉCNICA. Não serão computadas as folhas de rosto e índices para fins do limite



fixado para cada item.

Não serão computadas as páginas para a apresentação dos atestados e respectivas Certidões de Acervos Técnicos, porém cada currículo deverá ser apresentado em no máximo 3 (três) páginas.

A apresentação da proposta deverá descrever, resumidamente, o seu conteúdo, limitada a um máximo de duas páginas, formato A4, exclusive a folha de rosto.

O caderno da Proposta deverá conter, na capa, a titulação do conteúdo, o nome da proponente, o número da Concorrência, o Objeto da Licitação e ainda, conter o Termo de Início e o Termo de Encerramento, este ao final do volume.

Os documentos apresentados na Proposta Técnica serão utilizados na análise de julgamento técnico e pontuação, e serão considerados os tópicos relativos ao Conhecimento do Problema, à Metodologia e Plano de Trabalho e à Experiência da Empresa, Qualificação da Equipe de Projetos e Qualificação da Equipe de Obra.

No que tange à fórmula para ponderação da proposta técnica e de preço, quatro modelos são comumente utilizados no mercado para essa finalidade: Média Ponderada com Índices, Razão Custo-Pontos, Pontuação Mínima e Desconto, e o Preço Fixo.

As características, vantagens e desvantagens estão previstas a seguir:

1. Modelo de Média Ponderada com Índices (Índices IT/IP):

Este é o modelo clássico, amplamente adotado sob a égide da Lei nº 14.133/2021. Ele converte as grandezas heterogêneas (dinheiro e pontos) em índices adimensionais (0 a 100) e aplica pesos fixos.

• Características:

- Utiliza o cálculo do Índice Técnico (IT) e do Índice de Preço (IP) baseados nas melhores propostas do próprio certame (*benchmarking* interno).
- A Nota Final é uma soma aditiva:

$$NF = (IT \times Peso_T) + (IP \times Peso_P)$$

- Os pesos são definidos *a priori* (ex: 70/30 ou 60/40).

• Vantagens:

- Objetividade e Transparência: Os licitantes conhecem exatamente os critérios de ponderação e qual o “preço” de cada ponto técnico. A regra do jogo é clara e imutável.
- Equilíbrio Controlado: Permite à Administração calibrar a importância da técnica em relação ao preço, de acordo com uma análise custo-benefício, considerando o gasto público a ser realizado e as contingências orçamentárias.
- Competitividade Justa: Ao padronizar as notas de 0 a 100, evita-se que uma distorção na escala de preços ou de notas técnicas anule um dos critérios.

• Desvantagens:

- A maior desvantagem do Modelo 1 é a rigidez dos pesos fixos (e.g., 60/40), que pode não refletir adequadamente o valor real de uma diferença marginal entre propostas.



- Com a rigidez dos pesos, o modelo garante a *melhor ponderação*, mas não a *melhor relação “valor pelo dinheiro”*.

2. Modelo da Razão Custo-Pontos (*Cost-Per-Point*)

Esse modelo é focado na lógica de investimento e busca maximizar o retorno sobre o capital empregado. Não há pesos fixos; a relação entre preço e técnica define o vencedor.

- **Características:**

- Divide-se o Preço pela Nota Técnica (ou vice-versa).
- O vencedor é quem apresenta o menor custo por unidade de pontuação técnica.
- Fórmula típica:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Preço}}{\text{Nota Técnica}}$$

- **Vantagens:**

- Eficiência Econômica Pura: Seleciona matematicamente a proposta que entrega a maior qualidade possível pelo menor incremento de preço.
- Incentivo à Excelência: Encoraja os licitantes a oferecerem a máxima qualidade técnica, desde que o aumento de preço seja proporcionalmente menor que o ganho de qualidade.

- **Desvantagens:**

- Imprevisibilidade Orçamentária: Pode selecionar uma proposta com preço muito acima do estimado, desde que a nota técnica seja excepcionalmente alta (o que pode estourar o orçamento se não houver travas).
- Subjetividade Implícita: Como não há pesos fixos, é difícil para a Administração justificar juridicamente por que a "proporção" é mais importante que o valor absoluto do preço.

3. Modelo de Pontuação Técnica Mínima (*Barreira de Qualidade*)

Este modelo funciona como um filtro de qualificação seguido de uma disputa ajustada pelo preço. É comum em organismos internacionais e projetos onde o risco de falha técnica é inaceitável.

- **Características:**

- Estabelece uma nota técnica de corte (ex: 70 pontos). Quem não atinge, é desclassificado.
- Entre os classificados, vence o menor preço, podendo haver um mecanismo de bônus monetário fictício para quem exceder a nota mínima.

- **Vantagens:**

- Segurança na Contratação: Garante que nenhuma empresa tecnicamente fraca



vença, independentemente de quão baixo seja o preço.

- Foco no Preço (com segurança): Uma vez garantida a qualidade mínima, a disputa se torna agressiva no preço, favorecendo a economia.

- **Desvantagens:**

- Nivelamento por Baixo: Se o bônus técnico não for significativo, as empresas tendem a oferecer apenas a qualidade mínima necessária para passar no corte (NT_{\min}), focando toda a energia em baixar o preço, o que pode resultar em serviços apenas "medianos".
- Desperdício de Excelência: Propostas de alta qualidade podem perder para propostas "apenas suficientes" que sejam ligeiramente mais baratas.

4. Modelo de Preço Fixo (Melhor Técnica)

Neste modelo, a variável econômica é eliminada da equação competitiva. A Administração define quanto quer pagar, e o mercado compete para ver quem oferece mais por aquele valor.

- **Características:**

- O edital estipula o valor exato da remuneração.
- O julgamento é exclusivo pela Maior Nota Técnica.

- **Vantagens:**

- Qualidade Máxima Garantida: As empresas focam 100% dos esforços em melhorar a metodologia, equipe e prazos.
- Simplicidade de Julgamento: Elimina cálculos complexos de ponderação e evita o problema do "mergulho de preços" (propostas inexecutáveis).

- **Desvantagens:**

- Ausência de Economia: A Administração abre mão de pagar menos, pois o custo será sempre o teto estipulado.
- Risco de Estimativa: Se o preço fixado estiver abaixo do mercado, a licitação será deserta ou atrairá licitantes ruins. Exige, portanto, uma pesquisa de preços preliminar perfeita.

Considerando a comparação entre os quatro modelos, sob a ótica da Lei federal nº 14.133/2021, que exige a objetividade do julgamento (art. 5º) o **Modelo 1 (Média Ponderada com Índices IT/IP)** destaca-se como a escolha que melhor se adéqua às finalidades e objetivos legais.

Em primeiro lugar, ela possui a maior aderência legal, pois a legislação exige que os pesos sejam previamente definidos no edital (art. 36, §2º), como meio de assegurar a objetividade do julgamento.



O uso de índices padronizados (IT e IP) cria uma memória de cálculo clara, onde qualquer órgão de controle (Tribunais de Contas) pode refazer a conta e chegar ao mesmo resultado sem margem para interpretação subjetiva.

Ademais, diferente do Modelo 2 (que é dinâmico) ou do Modelo 3 (que pode desprezar a alta qualidade), o Modelo 1 garante que o esforço técnico do licitante será recompensado na exata medida do peso estipulado no edital.

Portanto, para garantir um edital robusto, com menor risco de impugnações e que selecione uma proposta vantajosa de forma transparente, o Modelo de Média Ponderada é a ferramenta mais recomendada e tem sido largamente utilizado pelas diversas entidades públicas contratantes, o que justifica a sua escolha.

A fórmula para a avaliação da Proposta Técnica e de Preço é a exposta a seguir:

$$NT = N1+N2+N3+N4+N5$$

$$\text{Índice de Preço (IP)} = \left(\frac{\text{Menor Preço Global entre as Propostas}}{\text{Preço Global da Proposta em Exame}} \right) \times 100$$

$$\text{Índice Técnico (IT)} = \frac{(\text{NT da Proposta em Exame})}{(\text{Maior NT entre as propostas})} \times 100$$

$$\text{Nota Final (NF)} = \frac{(IT \times 60) + (IP \times 40)}{100}$$

Onde:

NF = Nota final

NT = Nota técnica da

proposta N1 = Pontuação do

critério 1 N2 = Pontuação do

critério 2 N3 = Pontuação do

critério 3 N4 = Pontuação do

critério 4 N5 = Pontuação do

critério 5 IP = Índice de Preço

IT = Índice de Técnica

A ponderação 60 x 40 para as propostas técnica e de preço justifica-se, neste caso, pois permite um melhor equilíbrio entre as duas grandezas analisadas, o que é relevante para um cenário de restrição orçamentária e de necessidade de valorização dos recursos públicos aplicados. Ademais, é critério que está dentro da margem permitida pelo §2º do art. 36 da Lei de Licitações, que determina: “§ 2º No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica”.



1.1. CRITÉRIO 1 - CONHECIMENTO DO PROBLEMA

A licitante deverá apresentar trabalho dissertativo que será avaliado conforme os critérios de julgamento, visando demonstrar o grau de conhecimento sobre os aspectos envolvidos nos serviços a executar. O “Conhecimento do Problema” deverá ser desenvolvido utilizando-se no máximo 50 (cinquenta) páginas em tamanho A4, fonte Times New Roman 12, espaçamento simples, e até 5 páginas adicionais em tamanho A3, para apresentação de gráficos, quadros e ilustrações.

Vistoria Técnica

De acordo com §2º do art. 63 da Lei federal nº 14.133/2021, a vistoria técnica será facultativa.

No entanto, consideramos imprescindível a sua realização. Dada a singularidade de cada hospital, o conhecimento empírico da unidade irá ampliar a compreensão sobre as dinâmicas do serviço de saúde.

A licitante que pretender realizar a visita técnica, deverá solicitar o agendamento através do e-mail: obrasinfraestrutura@gmail.com, a qualquer momento até o dia anterior à data designada para a sessão pública, incluindo no assunto do E-MAIL: VISITA TÉCNICA.

Destacamos que nenhuma dúvida quanto ao objeto da licitação será tratada durante a vistoria. Caso ocorra, a licitante deverá seguir as orientações previstas no item do edital, que trata do pedido de esclarecimentos.

Caso a licitante opte por não realizar a visita técnica, deverá preencher declaração formal, assinada por seu responsável técnico, de que possui o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação (art. 63, §3º, LF 14.133/2021).

Relatório Técnico

Demonstrar o conhecimento sobre as demandas previstas neste Termo de Referência, análise do objeto da presente Licitação, através de uma abordagem sucinta, técnica e conceitual dos serviços, de que sejam relacionados os problemas potenciais que possam interferir nos serviços, e eventuais dificuldades que podem ser encontradas e as suas propostas de solução.

Elaborar Análise sobre a Matriz de Alocação de Riscos

Elaborar análise crítica sobre a Matriz de Alocação de Riscos anexada ao edital, com eventual sugestão de acréscimo de item e ou proposição de sua revisão, onde relacione as medidas mitigatórias para a sua prevenção.

1.2. CRITÉRIO 2 - PLANO DE TRABALHO

A licitante deverá apresentar trabalho dissertativo que será avaliado conforme os critérios de julgamento, visando demonstrar o grau de conhecimento sobre os aspectos envolvidos nos serviços a executar. O “Plano de Trabalho do Problema” deverá ser



desenvolvido utilizando-se no máximo 100 (cem) páginas em tamanho A4, fonte Times New Roman 12, espaçamento simples, e até 5 páginas adicionais em tamanho A3, para apresentação de gráficos, quadros e ilustrações.

Programa Físico Arquitetônico

Elaborar Programa Físico Arquitetônico, com base nos parâmetros mínimos previstos no Anteprojeto da licitação, no qual, seja relacionado a proposta de ambientação com as devidas descrições das áreas e suas respectivas medidas. Considerando que o plano de massas apresentado é uma abordagem conceitual, a licitante poderá apresentar sua sugestão crítica, propondo outra abordagem de solução técnica.

Estudo Preliminar de Arquitetura

Elaborar Estudo Preliminar de Arquitetura, com base nos parâmetros mínimos previstos no Anteprojeto da licitação, no qual seja relacionado a proposta de ambientação com as devidas descrições das áreas e suas respectivas medidas. Considerando que o plano de massas apresentado é uma abordagem conceitual, a licitante poderá apresentar sua sugestão crítica, propondo outra abordagem nova de solução técnica. Fica permitida a elaboração de até 1 prancha por pavimento do hospital, em formato superior ao tamanho A4, em escala livre, que deverá vir devidamente dobrada e inserida junto ao caderno da proposta técnica.

O modo de apresentação do estudo é livre, ou seja, croqui, elevações ou mesmo croqui ou mesmo planos tridimensionais.

Definição das Atividades e Metodologia.

Elaborar Plano de Serviço, no qual demonstre objetivamente como seria possível a execução das propostas, sempre alinhando com as diretrizes do objeto previsto no Termo de Referência. Em linhas gerais, é esperado a sequência cronológica das etapas necessárias ao desenvolvimento dos serviços, que poderá vir agregado material gráfica e ou analítica.

Organograma

Apresentar Organograma estimado, considerando a distribuição das equipes de trabalho, com descrição de funções e atribuições, considerando as disciplinas relacionadas e dependentes de deliberações da Secretaria da Saúde de Guarulhos.

EAP – Estrutura Analítica do Projeto

Elaborar EAP, no qual aborde as etapas principais para execução do objeto da licitação, considerando os eixos: Gestão, Projetos e Construção e suas interdependências.

1.3. CRITÉRIO 3 - EXPERIÊNCIA DA EMPRESA

A licitante deverá comprovar sua qualificação e experiência no desenvolvimento de serviços similares ao objeto da licitação, por meio da apresentação de Atestado(s) técnico(s)



fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da proponente, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, e de Certidão de Registro emitido por conselho profissional competente.

Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove: Elaboração de projeto de arquitetura de construção de Estabelecimento Assistencial da Saúde (EAS) de múltiplos pavimentos em BIM, provida de **UTI e Centro Cirúrgico**.

Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove: Elaboração de projeto de instalações de construção de Estabelecimento Assistencial da Saúde (EAS) de múltiplos pavimentos, **providos Sistema de Gases Medicinais e CME**.

Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove: Execução de obras de construção de Estabelecimento Assistencial da Saúde (EAS) de múltiplos pavimentos (**com no mínimo 3.550 m²**), provida de **UTI e Centro Cirúrgico**

Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove: Execução de obras de construção de Estabelecimento Assistencial da Saúde (EAS) de múltiplos pavimentos **com Sistemas de Gases Medicinais contendo pontos de** (oxigenio, ar comprimido, óxido nítrico e vácuo) **e CME**.

Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove Execução de obras de construção de Estabelecimento Assistencial da Saúde (EAS) de múltiplos pavimentos provido de instalações elétricas incluindo **subestação com cabine de transformação de energia, gerador de energia, SPDA e sistema DSI / DST**.

Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove Execução de obras de construção de Estabelecimento Assistencial da Saúde (EAS) de múltiplos pavimentos provida de instalações mecânicas contendo **sistemas de climatização em filtragem absoluta**.

Certidão de Registro do CREA para fins de pontuação sobre o **Tempo de Atuação da Licitante**.

1.4. CRITÉRIO 4 - QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PROJETO

A licitante deverá apresentar os seguintes elementos para comprovação da qualificação e experiência da equipe técnica a ser indicada, identificando os/as profissionais para os cargos de:

- Engenheiro Civil ou Arquiteto (Seniores) com tempo de experiência como Coordenador de Projetos, devendo comprovar domínio sobre a plataforma BIM, com pelo menos um atestado.
- Engenheiro Civil ou Arquiteto (Seniores) com tempo de experiência como responsável técnico por elaboração de projeto executivo em modelagem BIM de **edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas**.
- Engenheiro Civil ou Arquiteto (Plenos) com tempo de experiência como responsável técnico por elaboração de projeto executivo em modelagem BIM de **edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas**.



- Engenheiro Eletricista com tempo de experiência como responsável técnico por elaboração de projeto executivo em modelagem BIM de instalações elétricas em **edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas.**
- Engenheiro Mecânico com tempo de experiência como responsável técnico por elaboração de projeto executivo em modelagem BIM de instalações mecânicas de utilidades em **edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas.**

Capacidade técnica dos Profissionais, a empresa licitante deverá apresentar os seguintes elementos para comprovação da capacidade técnica profissional de sua equipe:

Currículo com, no máximo, 3 (três) páginas;

Declaração autorizando a sua inclusão na equipe técnica;

Certidão de Registro emitido por conselho profissional competente, para fins de aferição do tempo experiência;

Comprovação da experiência em serviços similares, por meio da apresentação de ao menos um Atestado.

1.5. CRITÉRIO 5 - QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE OBRA

A licitante deverá apresentar os seguintes elementos para comprovação da qualificação e experiência da equipe técnica a ser indicada, identificando os/as profissionais para os cargos de:

- Engenheiro civil ou Arquiteto com tempo de experiência como Coordenador ou Responsável Técnico por execução de obra de edificações hospitalares e / ou assistenciais de saúde.
- Engenheiro Civil ou Arquiteto (Seniores) com tempo de experiência como Coordenador ou Responsável Técnico por execução de obra de edificações hospitalares e / ou assistenciais de saúde.
- Engenheiro Civil Sênior com tempo de experiência como responsável técnico por execução de edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas.
- Engenheiro Civil Pleno com tempo de experiência como responsável técnico por execução de obra **de edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas.**
- Engenheiro Eletricista com tempo de experiência como responsável técnico por execução de obra de instalações elétricas em **edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas.**
- Engenheiro Mecânico com tempo de experiência como responsável técnico por execução de obra de instalações mecânicas em **edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas.**

Capacidade técnica dos Profissionais, a empresa licitante deverá apresentar os seguintes elementos para comprovação da capacidade técnica profissional de sua equipe:



Currículo com, no máximo, 3 (três) páginas;

Declaração autorizando a sua inclusão na equipe técnica;

Certidão de Registro emitido por conselho profissional competente, para fins de aferição do tempo experiência

Comprovação da experiência em serviços similares, por meio da apresentação de ao menos um Atestado.

1.6. Da pontuação da PROPOSTA TÉCNICA:

A Nota da Proposta Técnica (NPT), é de natureza qualitativa, e varia de 0 a 100 pontos e será atribuída por uma Banca Avaliadora previamente designada, de acordo com o inciso III do art. 37 da Lei 14.133.

As notas serão distribuídas da seguinte maneira:

Item	Descrição	LEGENDA	Pontuação máxima	Fator de Gradação
1	Conhecimento do problema	CP	10,0	
2	Plano de trabalho	PT	30,0	
3	Experiência da empresa	EE	36,0	
4	Qualificação da equipe de projetos	QEP	12,0	
5	Qualificação da equipe de obra	QEO	12,0	
Nota da Proposta Técnica		NPT	100,0	

Cada nota será atribuída com até duas casas decimais, com três fatores de gradação: 0,0; 0,5 e 1,0, sendo 0,0 o não atendimento total, 0,5 o atendimento parcial e 1,0 o atendimento pleno dos requisitos da proposta técnica.

A atribuição das notas de cada critério deverá ser motivada por escrito no relatório de análise da Banca Examinadora.

Exemplificativamente:

Empresa A

Item	Descrição	LEGENDA	Pontuação máxima	Fator de Gradação	Pontuação Obtida
1	Conhecimento do problema	CP	10,0	1,0 (atende totalmente)	10,0
2	Plano de trabalho	PT	30,0	0,5 (atende parcialmente)	15,0
3	Experiência da empresa	EE	36,0	1,0	36,0
4	Qualificação da equipe de projetos	QEP	12,0	0,5 (atende parcialmente)	6,0
5	Qualificação da equipe de obra	QEO	12,0	1,0 (atende totalmente)	12,0
Nota da Proposta Técnica		NPT	100,0	-----	79,0



Empresa B

Item	Descrição	LEGENDA	Pontuação máxima	Fator de Gradação	Pontuação Obtida
1	Conhecimento do problema	CP	10,0	1,0 (atende totalmente)	10,0
2	Plano de trabalho	PT	30,0	1,0 (atende totalmente)	30,0
3	Experiência da empresa	EE	36,0	1,0 (atende totalmente)	36,0
4	Qualificação da equipe de projetos	QEP	12,0	1,0 (atende totalmente)	12,0
5	Qualificação da equipe de obra	QEO	12,0	1,0 (atende totalmente)	12,0
Nota da Proposta Técnica		NPT	100,0	-----	100,0

Empresa C

Item	Descrição	LEGENDA	Pontuação máxima	Fator de Gradação	Pontuação Obtida
1	Conhecimento do problema	CP	10,0	0,5 (atende parcialmente)	5,0
2	Plano de trabalho	PT	30,0	1,0 (atende totalmente)	30,0
3	Experiência da empresa	EE	36,0	1,0 (atende totalmente)	36,0
4	Qualificação da equipe de projetos	QEP	12,0	0,5 (atende parcialmente)	6,0
5	Qualificação da equipe de obra	QEO	12,0	0,5 (atende parcialmente)	6,0
Nota da Proposta Técnica		NPT	100,0	-----	83,0

Diante das especificidades inerentes às reformas e construções de edificações especiais, se faz indispensável que a CONTRATADA e seus profissionais de obra e de projeto, nas áreas de Arquitetura, Instalações Elétricas e Instalações Mecânicas, etc, tenham experiência,

fundamentalmente, na elaboração de projetos e na execução de obras de edificações **hospitais e/ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas**, levando em consideração a necessidade de conhecimento em tais matérias exclusivas à execução de empreendimentos de tal natureza, cujas legislações e resoluções normativas demandam amplo e necessário conhecimento técnico especializado.

Os parâmetros exigidos para as equipes de projeto e obra, acerca do tempo de experiência serão considerados da seguinte maneira:

- Engenheiro ou Arquiteto Júnior: tempo de experiência profissional até 5 anos;



- Engenheiro ou Arquiteto Pleno: tempo de experiência profissional entre 5 e 8 anos;
- Engenheiro ou Arquiteto Sênior: tempo de experiência profissional acima de 8 anos.

A licitante poderá indicar os mesmos Responsáveis Técnicos de Projetos como os Responsáveis Técnicos da Execução, desde que comprovadas as respectivas atribuições nos seus atestados.

No caso de duas ou mais licitantes apresentarem o (a) mesmo (a) profissional indicado (a) nos subitens 9.16 ou 9.17 deste Termo de Referência, ambas serão desclassificadas.

A título de exemplo, para cálculo da Nota da Proposta Técnica (NPT), segue tabela com pontuação para demonstração de cálculo das empresas A, B e C abaixo:

Descrição	LEGENDA	Empresa A	Empresa B	Empresa C
Conhecimento do problema	CP	10,0	10,0	5,0
Plano de trabalho	PT	15,0	30,0	30,0
Experiência da empresa	EE	36,0	36,0	36,0
Qualificação da equipe de projetos	QEP	6,0	12,0	6,0
Qualificação da equipe de obra	QEO	12,0	12,0	6,0
NOTA PROPOSTA TÉCNICA	NPT	79,0	100,0	83,0

EMPRESA A:

$NPT = CP + PT + EE + QEP + QEO$ NPTA = 10 + 15 + 36 + 6 + 12 NPTA = 79,0 PONTOS

EMPRESA B:

$NPT = CP + PT + EE + QEP + QEO$ NPTB = 10 + 30 + 36 + 12 + 12 NPTA = 100,0 PONTOS

EMPRESA C:

$NPT = CP + PT + EE + QEP + QEO$ NPTC = 5 + 30 + 36 + 6 + 6 NPTC = 83,0 PONTOS

ÍNDICE TÉCNICO:

$$IT = (NT1 / NT2) \times 100$$

Onde:

IT: É o Índice Técnico

NT1: Nota da proposta em Exame

NT2: Maior NT entre as propostas em exame

EMPRESA A:

$$IT = 79,0 / 100 \times 100 = 79$$

EMPRESA B:

$$IT = 100,0 / 100 \times 100 = 100$$

EMPRESA C:

$$IT = 83,0 / 100 \times 100 = 83$$



Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pela licitante principal, deverá ser apresentada declaração formal, confirmando que o (a) técnico (a) indicado (a) foi responsável pela sua execução ou um de seus responsáveis.

Nos atestados de serviços executados em consórcio serão considerados, para comprovação dos quantitativos, os serviços executados pela licitante, que estejam discriminados separadamente no atestado técnico para cada participante do consórcio.

Se as quantidades de serviços não estiverem discriminadas no corpo do atestado, serão considerados os quantitativos comprovados na proporção da participação da licitante na composição inicial do consórcio.

Caso não esteja devidamente especificado para fins de comprovação, o percentual de participação do consorciado, deverá ser juntado ao atestado cópia do instrumento de constituição do consórcio.

A análise e o julgamento das Propostas Técnicas das empresas licitantes deverão ser procedidos pela Comissão Especial de Licitações da Secretaria da Saúde, que poderá contar com a participação de técnicos de outros setores, caso necessário.

Será suficiente, para a análise da proposta técnica da licitante:

Atestado(s) técnico(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da proponente, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT do profissional responsável, que comprove ter realizado serviços similares ao da presente licitação;

Currículo com, no máximo, 3 (três) páginas;

Declaração autorizando inclusão de profissional na equipe técnica;

Certidão de Registro emitido por conselho profissional competente, para fins de aferição do tempo experiência

Comprovação da experiência em serviços similares, por meio da apresentação de ao menos um Atestado.

A não apresentação da documentação comprobatória, a constar em Edital, não importará na desclassificação sumária da licitante, mas a sujeitará à diligência documental. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, a licitante será considerada desclassificada para o certame.

A Proponente, quando solicitada, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram executados os serviços.

No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata os itens a constar em Edital, poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

Para cada ALTERAÇÃO solicitada, a FISCALIZAÇÃO promoverá a análise individualizada



da capacidade técnica dos profissionais indicados, conforme as exigências específicas em cada caso.

Os atestados solicitados visam qualificar o procedimento e resguardar a CONTRATANTE com a participação de empresas que detenham infraestrutura adequada em razão das características dos trabalhos.

1.7. PROPOSTA DE PREÇOS

A proposta de preços deverá ser apresentada nos termos do modelo constante do Edital, sob pena de desclassificação, devendo ser impressa eletronicamente em uma via original, em papel com timbre da firma, tamanho ofício ou carta, em língua portuguesa, redigida com clareza, sem ressalvas, emendas rasuras ou entrelinhas, em que conste o número do Edital, numeradas sequencialmente, assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante ou seu procurador constituído, juntando-se, neste caso, cópia da procuração com poderes específicos.

A proposta deverá acompanhar os seguintes documentos.

Preço total em reais, pelo qual a empresa se compromete a executar os serviços objeto do presente Edital;

Cronograma físico-financeiro das obras e serviços, observando-se o prazo estabelecido no Edital e seus anexos;

Planilhas de Orçamento, com o nível de detalhamento superior (análítico) constante do orçamento estimativo adotado pela Administração (sintético), bem como, em mídia digital, gravado em Excel;

Demonstrativo da composição da Taxa de BDI proposta, em forma de porcentagem, em algarismos arábicos, apresentado com duas casas decimais, em formulário e mídia digital;

Declaração de que o preço proposto inclui todas as despesas de equipamentos, materiais, salários, seguros em geral, encargos da legislação social trabalhista, de infortunistica do trabalho e responsabilidade por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para o fornecimento, conforme especificações do Edital e seus Anexos, de forma que exima totalmente a Secretaria de Saúde de quaisquer outros custos adicionais, conforme modelo constante do Edital.

Nos preços ofertados pelas licitantes deverão estar incluídos todos os tributos, taxas e/ou encargos de quaisquer naturezas devidos aos poderes públicos, federais, estaduais e/ou municipais, comprometendo-se este a saldá-los, por sua conta, nos prazos e na forma prevista na legislação pertinente, bem como todos os custos direta ou indiretamente relacionados com a realização do objeto desta licitação.

Todos os tributos, inclusive taxas, contribuições fiscais, encargos previdenciários e trabalhistas e emolumentos devidos em decorrência da execução do objeto da presente licitação serão de exclusiva responsabilidade da licitante, que os recolherá sem direito a reembolso.

As propostas deverão permanecer válidas e em condições de aceitação por um



período não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos contados da data de sua entrega, findo este prazo, ficam os participantes liberados dos compromissos assumidos.

A Secretaria de Saúde não aceitará proposta de preços com valor global superior ao constante do orçamento sintético adotado pela Administração.

A análise da proposta de preços das Proponentes obedecerá a fórmula a seguir:

$$NPP = (X1 / X2) \times 100$$

Onde:

NPP: é a nota da proposta de Preço;

X1: é o preço da menor proposta ou menor oferta;

X2: é o preço da proponente avaliada.

A relação $X1 / X2$ será limitada ao valor máximo de 1.

A **título de exemplo** para cálculo da Nota da Proposta de Preço (NPP), segue tabela com valores meramente exemplificativos para demonstração de cálculo:

Descrição	LEGENDA	Empresa A	Empresa B	Empresa C
Valor da proposta de preço	PP	R\$ 100,00	R\$ 110,00	R\$ 125,00

EMPRESA A:

$$NPP = (X1 / X2) \times 100 \quad NPPA = (100 / 100) \times 100$$

$$NPPA = 1 \times 100$$

$$NPPA = 100,00 \text{ PONTOS}$$

EMPRESA B:

$$NPP = (X1 / X2) \times 100 \quad NPPB = (100 / 110) \times 100$$

$$NPPB = 0,91 \times 100 \quad NPPB = 91,00 \text{ PONTOS}$$

EMPRESA C:

$$NPP = (X1 / X2) \times 100 \quad NPPC = (100 / 125) \times 100$$

$$NPPC = 0,8 \times 100 \quad NPPC = 80,00 \text{ PONTOS}$$

O ÍNDICE DE PREÇO (IP) é igual a Nota da Proposta de Preço (NPP), pois seu cálculo segue o mesmo princípio.



1.8. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Acervo técnico:

a1) A Proponente deverá comprovar sua habilitação técnica de acordo com os quadros abaixo:

Exigências para habilitação técnica da empresa:

Referência Edital	Descrição	Unidade	Quantidade/ Metragem mínima
	Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove: Elaboração de projeto de arquitetura de construção de edificação de multiplos pavimentos não residencial em BIM, provida de UTI e Centro Cirúrgico .	-	qualitativo
	Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove: Elaboração de projeto de instalações de construção edificação de multiplos pavimentos não residencial, providos e Sistema de Gases Medicinais e CME .	-	qualitativo
	Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove: Execução de obras de construção de edificação de multiplos pavimentos não residencial com no mínimo 3.550,00 m2), provida de UTI e Centro Cirúrgico .	m²	3.550,00
	Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove: Execução de obras de construção de edificação de multiplos pavimentos não residencial com Sistemas de Gases Medicinais contendo pontos de	-	qualitativo



	(oxigenio, ar comprimido, oxido nitroso e vácuo) e CME.		
	Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove Execução de obras de edificação de multiplos pavimentos não residencial provido de instalações eletricas incluindo subestação com cabine de transformação de energia, gerador de energia, SPDA e sistema DSI / DST.	-	qualitativo
	Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove Execução de obras de construção de edificação de multiplos pavimentos não residencial provida de instalações mecânicas contendo sistemas de climatização em filtragem absoluta.	-	qualitativo

Exigências para habilitação técnica de profissionais:

Referência Edital	Descrição	Unidade	Quantidade
	Engenheiro Civil ou Arquiteto (Seniores) com tempo de experiência como Coordenador de Projetos e/ <u>ou</u> execução edificações hospitalares ou edificações assistenciais de	-	Qualitativo
	saúde, públicas ou privadas.		
	Engenheiro Civil ou Arquiteto (Seniores) com tempo de experiência como responsável técnico pela execução e/ <u>ou</u> elaboração de projeto executivo em modelagem BIM de edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas	-	Qualitativo
	Engenheiro Civil ou Arquiteto (Plenos) com tempo de experiência como responsável técnico pela execução de obras e/ <u>ou</u> elaboração de projeto executivo em modelagem BIM de edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas	-	Qualitativo



	Engenheiro Eletricista com tempo de experiência como responsável técnico pela execução de obras e/ou elaboração de projeto de instalações elétricas em edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas	-	Qualitativo
	Engenheiro Mecânico com tempo de experiência como responsável técnico pela execução de obras e/ou projeto de instalações mecânicas de utilidades em edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas	-	Qualitativo

1.9. CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DAS NOTAS DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

A Comissão Técnica elaborará um Relatório Técnico Objetivo contendo a análise detalhada de cada Proposta Técnica, a avaliação da documentação apresentada, as considerações objetivas sobre seu conteúdo e os critérios objetivos que determinaram a pontuação a ela atribuída, permitindo, assim, que os demais licitantes e os órgãos de controle possam aferir o julgamento efetuado.

A Nota da **PROPOSTA TÉCNICA** será atribuída de acordo com os critérios de qualificação distribuídos nos quadros 1, 2, 3, 4, e 5. Após julgamento dos documentos e informações apresentadas, o resultado de cada proposta receberá a definição conceitual a seguir:

a) NÃO ATENDIMENTO (0,00 pontos): a LICITANTE cujo item de avaliação:

(i) não apresentou as informações mínimas requeridas, demonstrando desconhecimento do assunto;

b) ATENDIMENTO PARCIAL (0,50 pontos): a LICITANTE apresentou as informações requeridas, demonstrando conhecimento suficiente do assunto e evidências que oferece condições de atuar com desempenho satisfatório.

c) ATENDIMENTO PLENO (1,00 pontos): a LICITANTE apresentou as informações e proposições acima das mínimas requeridas e em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e no seu Termo de Referência, mostrando além do profundo conhecimento dos aspectos relevantes, inovações de métodos de trabalho mais eficazes e eficientes, que oferecem condições de atuar com desempenho muito acima das expectativas da Contratante.

Para as Notas referentes aos quesitos de **EXPERIÊNCIA DA EMPRESA (EE)**, o Quadro 3 estabelece pontuação clara e objetiva, incluindo critérios de pontuação por quantidades mínimas de elaboração de projeto e execução de obras hospitalares, além do tempo de atuação no mercado. Dessa forma, bastará à comissão avaliar a documentação que comprove os dados informados pela empresa e proceder com a devida pontuação.

A Experiência da Empresa exigida reflete as necessidades operacionais mínimas a serem demonstradas pelas licitantes e os quantitativos exigidos para comprovação de capacidade operativa representam no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância estimadas, conforme disposto no § 1º, Art.67, da LF 14.133).



Em caso de consórcio, no quesito "tempo de atuação da licitante", a pontuação a ser considerada será a da empresa que apresentar o maior tempo de atuação.

Para a **QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PROJETO (QEP)** e **QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE OBRA (QEO)**, somente serão considerados os fatos alegados e devidamente comprovados por atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica em nome do profissional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, e que demonstrem a experiência com os serviços previstos no objeto da licitação.

1.10. QUADROS DE PONTUAÇÃO TÉCNICA

Item	Descrição	Legenda	Pontuação máxima
1	Conhecimento do problema	CP	10,0
2	Plano de trabalho	PT	30,0
3	Experiência da empresa	EE	36,0
4	Qualificação da equipe de projetos	QEP	12,0
5	Qualificação da equipe de obra	QEO	12,0
Nota da Proposta Técnica		NPT	100,0

A pontuação será calculada utilizando-se a fórmula a seguir:

$$\text{NPT} = \text{CP} + \text{PT} + \text{EE} + \text{QEP} + \text{QEO}$$

Onde:

CP: é o Conhecimento do Problema PT: é o Plano de Trabalho

EE: é a Experiência da Empresa

QEP: é a Qualificação da Equipe de Projeto

QEO: é a Qualificação da Equipe de Obra

NPT: é a Nota da Proposta Técnica

QUADRO 1 - CONHECIMENTO DO PROBLEMA				
Referência Edital	Descrição	Apresentado	Não Apresentado	Pontuação
	Descrição do local das obras	2,00	0,00	2,00
	Relatório Técnico	4,00	0,00	4,00
	Análise sobre a Matriz de Alocação de Riscos	4,00	0,00	4,00
PONTUAÇÃO (CP)				10,0



QUADRO 2 - PLANO DE TRABALHO				
Referência Edital	Descrição	Apresentado	Não Apresentado	Pontuação
	Programa Físico Arquitetônico	7,00	0,00	7,00
	Estudo Preliminar de Arquitetura	7,00	0,00	7,00
	Definição das Atividades e Metodologia,	12,00	0,00	12,00
	Organograma	2,00	0,00	2,00
	EAP – Estrutura Analítica do Projeto	2,00	0,00	2,00
PONTUAÇÃO (PT)				30,00

QUADRO 3 - EXPERIÊNCIA DA EMPRESA				
Referência Edital	Descrição	Unidade	Quantidade mínima *	Pontuação
	Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove: Elaboração de projeto de arquitetura de construção de Estabelecimento Assistencial da Saúde (EAS) de múltiplos pavimentos em BIM, provida de UTI e Centro Cirúrgico	-	qualitativo	4,00
	Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove: Elaboração de projeto de instalações de construção de Estabelecimento Assistencial da Saúde (EAS) de múltiplos pavimentos, providos Sistema de Gases Medicinais e CME	-	qualitativo	4,00
	Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da			



	proponente, que comprove: Execução de obras de construção de Estabelecimento Assistencial da Saúde (EAS) de multiplos pavimentos (com no mínimo 3.550 m²), provida de UTI e Centro Cirúrgico	m²	3.550	6,00
	Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove: Execução de obras de construção de Estabelecimento Assistencial da Saúde (EAS) de multiplos pavimentos com Sistemas de Gases Medicinais contendo pontos de (oxigenio, ar comprimido, oxido nitroso e vácuo) e CME	-	qualitativo	6,00
	Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove Execução de obras de construção de Estabelecimento Assistencial da Saúde (EAS) de multiplos pavimentos provido de instalações eletricas incluindo subestação com cabine de transformação de energia, gerador de energia, SPDA e sistema DSI / DST	-	qualitativo	6,00
	Certificado de Acervo Técnico (CAT) e Atestado Técnico da proponente, que comprove Execução de obras de construção de Estabelecimento Assistencial da Saúde (EAS) de multiplos pavimentos provida de instalações mecânicas contendo sistemas de climatização em filtragem absoluta.	-	qualitativo	6,00
	Certidão de Registro para fins de pontuação sobre o Tempo de Atuação da Licitante.	Ano	1 < anos ≤ 3	1,00
3 ≤ anos ≤ 6			2,00	
anos > 6			4,00	
PONTUAÇÃO (EE)				36



QUADRO 4 – QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PROJETO

QUADRO 4 – QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PROJETO				
Referência Edital	Descrição	Unidade	Tempo de Experiência Profissional	Pontuação
	Engenheiro Civil ou Arquiteto (Seniores) com tempo de experiência como Coordenador de Projetos, devendo comprovar domínio sobre a plataforma BIM, com pelo menos um atestado.	Ano	1 < anos ≤ 5	0,0
			5 < anos ≤ 8	1,5
			anos > 8	3,0
	Engenheiro Civil ou Arquiteto (Seniores) com tempo de experiência como responsável técnico por elaboração de projeto executivo em modelagem BIM de edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas.	Ano	1 < anos ≤ 5	0,0
			5 < anos ≤ 8	1,5
			anos > 8	3,0
	Engenheiro Civil ou Arquiteto (Plenos) com tempo de experiência como responsável técnico por elaboração de projeto executivo em modelagem BIM de edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas.	Ano	1 < anos ≤ 5	0,5
			5 < anos ≤ 8	1,0
			anos > 8	2,0
	Engenheiro Eletricista com tempo de experiência como responsável técnico por elaboração de projeto executivo em modelagem BIM de instalações elétricas em edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas.	Ano	1 < anos ≤ 5	0,50
			5 < anos ≤ 8	1,00
			anos > 8	2,00
	Engenheiro Mecânico com tempo de experiência como responsável técnico por elaboração de projeto executivo em modelagem BIM de instalações mecânicas de utilidades em edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas	Ano	1 < anos ≤ 5	0,5
			5 < anos ≤ 8	1,0
			anos > 8	2,0
PONTUAÇÃO (QEP)				12,0



QUADRO 5 - QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE OBRA				
Referência Edital	Descrição	Unidade	Tempo de Experiência Profissional	Pontuação
	Engenheiro Civil ou Arquiteto (Seniores) com tempo de experiência como Coordenador ou Responsável Técnico por execução de obra de edificações hospitalares e / ou assistenciais de saúde.	Ano	1 < anos ≤ 5	0,5
			5 < anos ≤ 8	1,5
			anos > 8	3,0
	Engenheiro Civil Sênior com tempo de experiência como responsável técnico por execução	Ano	1 < anos ≤ 5	0,0
			5 < anos ≤ 8	1,5
			anos > 8	3,0
	de edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas.			
	Engenheiro Civil Pleno com tempo de experiência como responsável técnico por execução de obra de edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas	Ano	1 < anos ≤ 5	0,5
			5 < anos ≤ 8	1,0
			anos > 8	2,0
	Engenheiro Eletricista com tempo de experiência como responsável técnico por execução de obra de instalações elétricas em edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas.	Ano	1 < anos ≤ 5	0,5
			5 < anos ≤ 8	1,0
			anos > 8	2,0
	Engenheiro Mecânico com tempo de experiência como responsável técnico por execução de obra de instalações mecânicas em edificações hospitalares ou edificações assistenciais de saúde, públicas ou privadas	Ano	1 < anos ≤ 5	0,5
			5 < anos ≤ 8	1,0
			anos > 8	2,0
PONTUAÇÃO (QEO)				12,0



1.11. CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DAS NOTAS DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

As propostas que atenderem aos requisitos do edital serão verificadas quanto a erros os quais serão corrigidos da seguinte forma:

Em caso de discrepâncias entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

Para a apuração do valor total proposto pelos licitantes, serão corrigidos eventuais erros constatados nos cálculos aritméticos, sendo adotados para o julgamento das Propostas de Preços os valores totais resultantes das correções efetuadas.

Para efeito de julgamento, os valores estimados pela Secretaria de Saúde serão atualizados até a data de apresentação das propostas, conforme segue:

Será utilizado o Índice apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE (Saúde), conforme estabelecido na Portaria SF/389/2017, considerando-se o orçamento sem desoneração, calculado pela seguinte fórmula:

$$\frac{V}{V_o}$$

Onde:

I: variação relativa do índice.

V: Valor do índice, para atualização dos custos unitários, no mês da apresentação das propostas. (último índice conhecido).

Vo: Mesmo índice, porém referente data-base do Orçamento Referencial (julho/2023).

Serão desclassificadas as propostas que:

Não atenderem as exigências do Edital ou apresentá-las em desacordo com a legislação vigente.

Apresentarem valor total dos serviços superior àquele constante do orçamento estimativo da Secretaria de Saúde, atualizado conforme disposto em Edital.

Forem omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

Apresentarem oferta de vantagem não prevista neste Edital, ou preço ou vantagem baseada nas propostas de outras licitantes.

A Comissão especial de Licitações poderá, a seu exclusivo critério, solicitar das licitantes que prestem esclarecimentos quanto aos documentos referentes à Proposta de Preços, desde que, as informações não alterem os preços apresentados e não correspondam a documentos que, originariamente, deveriam figurar da proposta. O não atendimento ao estabelecido implicará na desclassificação da Licitante.

Caso todas as propostas sejam desclassificadas, poderá ser fixado o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a reapresentação de outras propostas, escoimadas das causas de desclassificação.



1.12. PONDERAÇÃO ENTRE TÉCNICA E PREÇO

Será julgada vencedora a proponente que obtiver a maior quantidade de pontos, numa escala de 0 a 100, atribuindo-se peso 60 (sessenta) para a PROPOSTA TÉCNICA e peso 40 (quarenta) para a PROPOSTA DE PREÇOS, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Fórmula: } NF = \frac{(60 \times IT) + (40 \times IP)}{100}$$

Onde:

NF: é a Nota Final

IT: é o Índice Técnico da Proposta Técnica;

IP: é o Índice de preço

A **título de exemplo** para cálculo da Nota Final (NF), segue tabela com pontuação de Proposta de Preço e de Proposta Técnica:

Descrição	Empresa A	Empresa B	Empresa C
Índice de Preço (IP)	100,0	91,0	80,0
Índice Técnico (IT)	76,5	93,5	92,0

EMPRESA A: $NF = \frac{(60 \times IT) + (40 \times IP)}{100}$ $NFA = \frac{(60 \times 76,5) + (40 \times 100)}{100}$ $NFA = \frac{4.590 + 4.000}{100}$ NF Empresa A = 85,90 PONTOS	EMPRESA B: $NF = \frac{(60 \times IT) + (40 \times IP)}{100}$ $NFB = \frac{(60 \times 93,5) + (40 \times 91)}{100}$ $NFB = \frac{5.610 + 3.640}{100}$ NF Empresa B = 92,50 PONTOS	EMPRESA C: $NF = \frac{(60 \times IT) + (40 \times IP)}{100}$ $NFC = \frac{(60 \times 92) + (40 \times 80)}{100}$ $NFC = \frac{5.520 + 3.200}{100}$ NF Empresa C = 87,20 PONTOS
--	---	---

Ao fim do cálculo exemplificativo de melhor combinação de **Técnica e Preço**, a Empresa B, que apresentou o melhor desempenho no quesito Técnica e o segundo menor Preço, ficou como primeira colocada, acumulando 92,50 pontos.

A pontuação final será arredondada até os centésimos, de acordo com a regra definida



pela norma da NBR 5891/ABNT - Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

Não serão aceitos protocolos em substituição de documentos.

Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

Empresas brasileiras;

Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

Caso todas as licitantes sejam inabilitadas ou todas as propostas sejam desclassificadas, a Comissão Especial de Licitações poderá fixar às empresas o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras, escoimadas das causas que as desclassificaram.

A Comissão Especial de Licitações poderá admitir propostas que apresentarem vícios de forma ou erros evidentes, sempre que estes vícios não abranjam questões substantivas ou que sua correção não viole o princípio de igualdade das proponentes.

Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais empresas.

O resultado do julgamento das propostas e dos recursos apresentados será publicado na imprensa oficial e disponibilizado em Diário Oficial da Cidade de Guarulhos.



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO

E

TERMO DE REFERÊNCIA

Memorial Descritivo

Especificações Técnicas



Índice Geral

I. INTRODUÇÃO	3
1. Objeto	3
2. Considerações Gerais	3
3. Normas	4
4. Qualidade dos Serviços e Materiais	4
5. Materiais e Equipamentos	4
6. Dúvidas	4
II. INFORMAÇÕES TÉCNICAS	4
III. PARTIDO ARQUITETÔNICO E PROGRAMA	5
Anteprojeto	6
1. Prédio Principal	9
2. Blocos Periféricos	10
3. Critérios para implantação do Hospital	10
4. Características Gerais	10
5. Características próprias das Unidades de internação Adulto	11
6. Características próprias das Unidades de Tratamento Intensivo UTI adulto	13
7. Características próprias do Atendimento de Urgência e Emergência	14
8. Disposições Gerais	15
9. Bloco Cirúrgico	16
10. Departamento Diretivo	18
11. Departamento de Recursos Humanos	19
12. Dormitório dos Médicos Plantonistas	19
13. Áreas de apoio logístico Laboratório	19
14. Farmácia	20
15. Serviço Arquivo Médico e Estatística	21
16. Área de Informática	21
17. SND	21
18. Lavanderia	22
19. Limpeza e Desinfecção	22
20. Central de Instalações	23
21. Almoxarifado	23
22. Centro Técnico de Segurança	23
23. Necrotério	23
24. Vestiários Centrais	24
25. Endoscopia	24
26. Consultas Ambulatoriais de especialidades	25
27. Atribuições e Áreas de Atenção	25
28. Ambientações	26
IV. PROJETOS	27
V. RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA	30
VI. QUALIDADE E CONTROLE TECNOLÓGICO	31
VII. RECEBIMENTO DA OBRA	31
VIII. SERVIÇOS FINAIS/TERMO DE GARANTIA	32
1. Desmobilizações das Instalações do Canteiro	32
2. Inspeções Finais	32
3. Notas Fiscais, Manuais e Termos de Garantia de Equipamentos	32
IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33



I. INTRODUÇÃO

1. Objeto

Contratação integrada de empresa ou consórcio, para serviços de arquitetura e engenharia para elaboração de Projetos Básico, Projetos executivo e execução de obras de construção do Hospital São João.

2. Considerações Gerais

O presente Memorial Descritivo e de Especificações Técnicas tem como objetivo definir e esclarecer as características técnicas adotadas para a estimativa de custos das obras previstas no Anteprojeto integrante do certame.

A Proponente participante, doravante denominada “Proponente”, deverá utilizar o anteprojeto fornecido como base e seguir integralmente todas as especificações aqui apresentadas, realizando as adequações necessárias ao sistema construtivo que venha a adotar.

Nos casos em que a proposta técnica preveja alterações no sistema construtivo indicado neste documento, os projetos apresentados deverão conter todos os elementos e especificações técnicas suficientes para sua caracterização, avaliação e posterior aprovação pela Prefeitura.

Assim, o anteprojeto fornecido pela Prefeitura deverá ser tratado como referência para a elaboração das propostas, devendo a Proponente apresentar todos os elementos técnicos exigidos, necessários à avaliação dos projetos e do desempenho das edificações. Tais elementos deverão detalhar as características básicas do processo construtivo e dos materiais a serem empregados.

Todos os materiais, serviços e processos construtivos propostos deverão ser submetidos à apreciação e aprovação da Prefeitura, atendendo às normas técnicas aplicáveis.

Durante a execução da obra, a Proponente deverá utilizar, nas partes não afetadas pelo processo construtivo já aprovado pela Prefeitura, produtos que atendam às características estipuladas nas especificações e que possuam desempenho comprovado por laboratórios acreditados pelo INMETRO, submetendo-os à aprovação da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

O projeto a ser apresentado poderá ser modificado e/ou acrescido a qualquer tempo a critério exclusivo da Prefeitura Municipal de Guarulhos que, de comum acordo com a Proponente, fixará as implicações e acertos decorrentes, visando a boa continuidade da obra.

Caso sejam necessárias modificações ou complementações durante a execução, caberá à Proponente elaborar o projeto detalhado dessas alterações e submetê-lo à apreciação da área de projetos da Prefeitura Municipal de Guarulhos.



3. Normas

Todos os materiais e suas aplicações/instalações devem atender conformidade com as Normas Técnicas da ABNT aplicáveis, sempre na versão vigente.

Em ambientes de permanência prolongada e quando exigidos por órgão licenciador, deverão ser feitos testes de desempenho acústico e térmico no local do empreendimento onde o edifício será implantado, de modo a atingir os índices estabelecidos nas normas específicas para cada quesito, incluso, mas não somente à NBR 15575

4. Qualidade dos Serviços e Materiais

Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as boas práticas de engenharia, atendendo rigorosamente aos critérios de aceitação e rejeição estabelecidos pelas Normas Técnicas vigentes.

A aplicação dos materiais será supervisionada de forma rigorosa pela equipe de fiscalização da Prefeitura Municipal de Guarulhos, sendo recusados aqueles que apresentarem qualidade inferior à especificada. Em caso de dúvida, a equipe de fiscalização poderá exigir a realização de ensaios ou a apresentação de demais comprovações necessárias, tais como ensaios laboratoriais ou relatórios técnicos.

5. Materiais e Equipamentos

Os materiais e equipamentos serão transportados e estocados sob responsabilidade da Proponente.

Todos os materiais e equipamentos, bem como a energia elétrica e água necessários para execução dos trabalhos serão a cargo da Proponente.

6. Dúvidas

No caso de dúvidas, os proponentes deverão procurar os esclarecimentos junto à Secretaria de Infraestrutura Urbana – SIURB da Prefeitura de Guarulhos, devendo todas as dúvidas serem sanadas antes da apresentação das propostas.

Durante a execução das obras, a Prefeitura Municipal de Guarulhos manterá no canteiro uma equipe de acompanhamento, responsável por esclarecer eventuais dúvidas e fornecer ao executor as informações e detalhes adicionais necessários à realização dos trabalhos.

II. INFORMAÇÕES TÉCNICAS

A fiscalização da obra ficará a cargo da Secretaria de Infraestrutura Urbana, que solicitará ART da empresa do respectivo técnico responsável pelo seu acompanhamento, para a emissão da ordem de Início, bem como ART do Fiscal.



O andamento da obra e todas as ocorrências deverão ser registrados em Diário de Obras. A elaboração e a manutenção do Diário de Obras são de responsabilidade da contratada. Nele, deverão ser anotadas diariamente, pelo engenheiro responsável, informações sobre o andamento da obra e outros fatos relacionados, bem como, comunicados a Fiscalização sobre a situação da obra em relação ao cronograma proposto. Será de responsabilidade da fiscalização a verificação, em todas as visitas, de todas as informações contidas no Diário de Obras e solicitar providências no que couber.

Toda mão de obra empregada deverá ser especializada, ou receber treinamento adequado de forma a obter resultados de acabamento de 1ª qualidade em todas as etapas da construção, bem como deverá atender as exigências para trabalhar em ambientes hospitalares.

A obra deverá ser executada de acordo com os Projetos que serão executados pela contratada, bem como deverá seguir o padrão de acabamento em todos os andares. Em caso de dúvida, antes da execução do serviço, a fiscalização deverá ser consultada, para prestar esclarecimento e/ou dirimir dúvida, no sentido do bom andamento dos trabalhos, lembrando que todos os assuntos relacionados ao objeto, deverão ser registrados no Diário de Obra.

A contratada deverá a juízo da Fiscalização, demolir por conta própria os serviços de partes de obra executado em desacordo com os projetos e especificações técnicas, bem como os que apresentarem vícios ou defeitos de execução, refazendo-os dentro da boa técnica exigida, sem ônus para contratante.

Todo o material empregado na obra deverá ser submetido à aprovação da fiscalização, antes de ser utilizado, devendo estes possuir certificado da qualidade da INMETRO.

Antes de iniciar a obra, deverá ser realizada uma reunião entre a contratada, equipe de fiscalização e Secretaria da Saúde para esclarecimentos que se fazem necessário sobre as peculiaridades desta obra.

III. PARTIDO ARQUITETÔNICO E PROGRAMA

A proposta para construção do Hospital São João tem como finalidade proporcionar a população de Guarulhos, um atendimento de qualidade e ofertar serviços médicos especializados carentes na região. Deverá ser uma construção moderna, obedecendo aos critérios técnicos das RDC 50 e RDC 7, com uso dos recursos naturais, eficiência energética, uso das novas tecnologias para propiciar um atendimento humanizado e eficiente, permitindo o uso intensivo dos sistemas de informação e funcionamento em sua organização, dispondo de registros e arquivos totalmente digitalizados, apoiado num sistema potente e integrado, contando com infraestrutura sem fio que cubra todo Hospital, permitindo o acesso dos profissionais a informação de pacientes de qualquer ponto da Instituição. Conceito de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente com soluções construtivas inovadoras, como o uso de luz natural e energia limpa, utilizando as mais avançadas tecnologias em energia renováveis como energia fotovoltaica, reaproveitamento das águas pluviais e uso de materiais voláteis, recicláveis e reutilizáveis.



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA – SIURB

Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana

Anteprojeto



Imagem 01 – Implantação geral e corte esquemático.



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA – SIURB
Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana

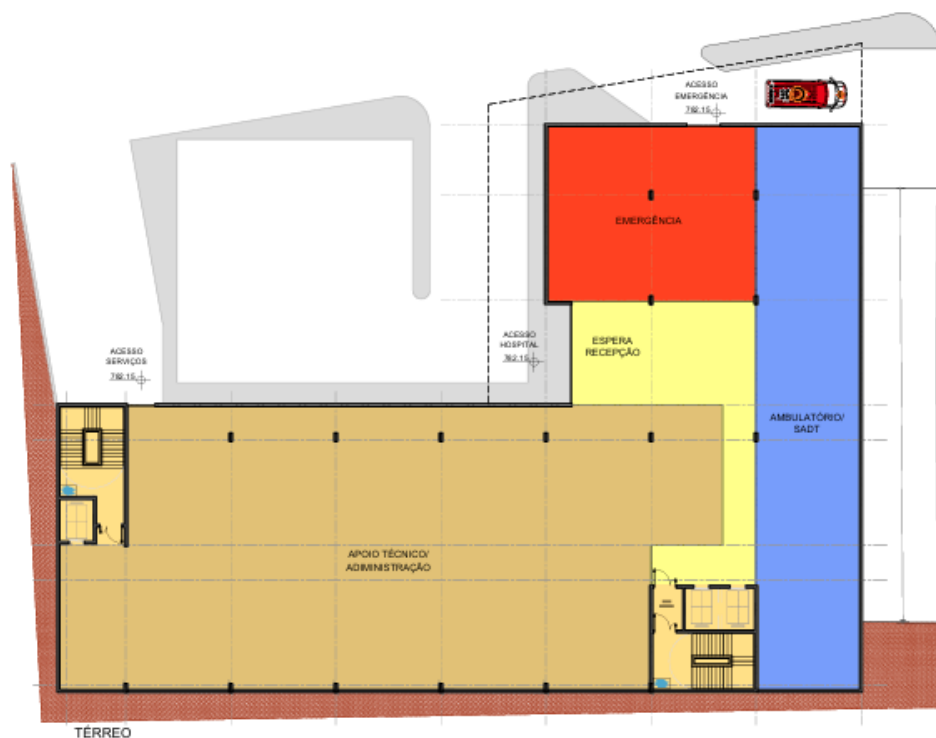


Imagem 02 – Anteprojeto térreo.

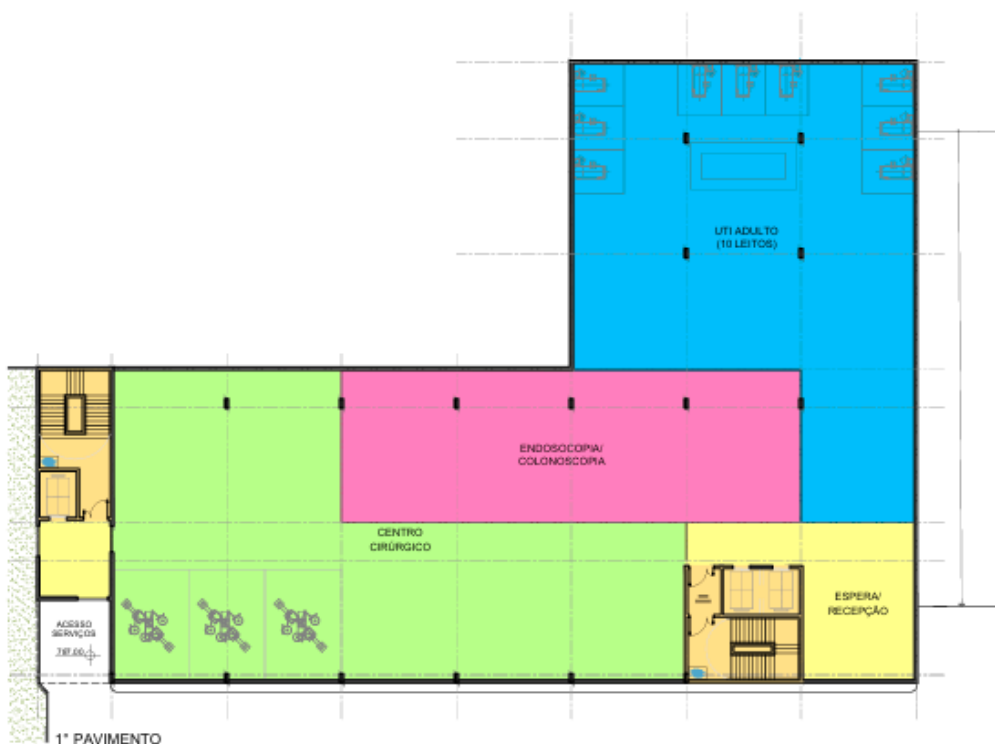


Imagem 03 – Anteprojeto 1º Pavimento.



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA – SIURB
Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana

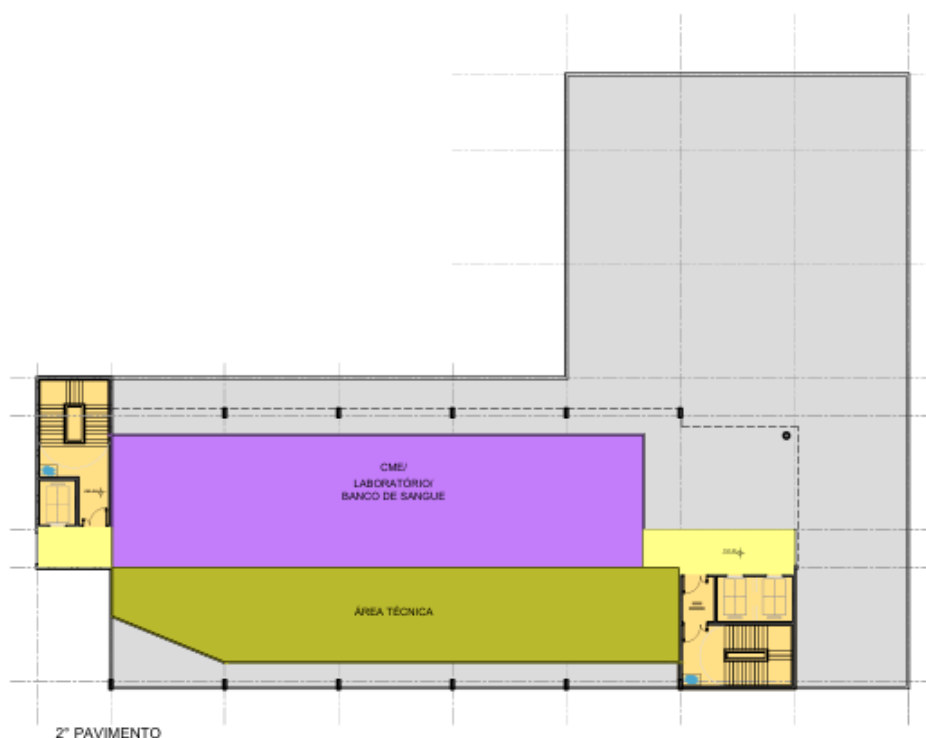


Imagem 04 – Anteprojeto 2º Pavimento.



Imagem 05 - Anteprojeto Pav. Tipo (3º ao 5º pavimento).



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA – SIURB

Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana



IMAGEM 01



IMAGEM 02

Imagem 06 – Perspectivas.



IMAGEM 03



IMAGEM 04

Imagem 07 – Perspectivas.

Atendendo a proposta assistencial, o Hospital São João deverá contar com 120 leitos distribuídos da seguinte forma:

1. Prédio Principal

Térreo: Emergência, Recepção do Hospital, Apoio técnico e administrativo, Ambulatório com 20 leitos de observação, Apoio ao Diagnóstico, SND e Refeitório.

1º Pavimento: Centro Cirúrgico com 3 salas de Cirurgia, Serviço de Endoscopia e Colonoscopia com Hospital Dia, e 10 leitos de UTI Adulto com um 1 leito de isolamento.

2º Pavimento: Laje técnica, CME, Laboratório de Análises Clínicas e Banco de Sangue.

3º Pavimento: Unidade de internação com 30 leitos.

4º Pavimento: Unidade de internação com 30 leitos.

5º Pavimento: Unidade de internação com 30 leitos.



2. Blocos Periféricos

Portaria; Subestação de Energia; Central de Gases Medicinais; Central de Resíduos.

3. Critérios para implantação do Hospital

O Hospital São João será implantado em terreno urbano, próprio da Prefeitura Municipal de Guarulhos, situado na Avenida Monte Alegre, confrontando com a Rua Pedranópolis e a Rua Poços de Caldas.

A Implantação do hospital deverá otimizar as características topográficas do terreno visando aproveitar o perfil natural do terreno, com objetivo de minimizar as movimentações de terra e evitar a construção de muros de arrimo.

Utilizar os critérios das RDC 50 e demais normas pertinentes ao uso da edificação. O prédio principal deverá contar com 3 elevadores sendo 02 de emergência e duas escadas de segurança. Deverá ser avaliado junto a gestão local a interligação da Upa São João (existente) com o novo Hospital São João, mantendo o acesso controlado.

4. Características Gerais

Acessos deverão ser diferenciados de pedestre e de veículos, a partir dos quais serão definidos o fluxo do público ao Hospital. Sua concepção e design obedecerão às ordens urbanísticas municipais:

4.1. Acessos

Contará com estacionamento para veículos na área externos e subterrâneos com comunicação direta com vias de circulação externa;

Contará com acesso exclusivo para acesso das ambulâncias ao Pronto Socorro;

Serão instaladas vias (calçadas) com largura suficiente, com sinalizações e acessibilidade para pedestres.

4.2. Urbanismo

Pátios e entorno ajardinados;

Aproveitamento ao Máximo de Luz natural e ventilação;

Projeto arquitetônico que facilite o trabalho e permita o uso racional de recursos humanos;

Cumprimento de toda a legislação que trata da segurança das edificações, normas do corpo de Bombeiros, etc.



As áreas construídas deverão ser planejadas com os critérios de sustentabilidade anteriormente descritos, Climatização em todas as áreas;

Sistema de segurança planejados com base nos alarmes e detectores de movimentos, sistema de controle de entrada e das áreas restritas, circuito fechado de TV;

Sistema de portas corta fogo, detectores de fumaça, extintores de incêndio (mangueiras e borrifadores), acessibilidade para os bombeiros;

Sistemas eficientes de distribuição de Gases medicinais, vácuo, vapor e ar comprimido assegurando um serviço contínuo.

5. Características próprias das Unidades de internação Adulto

A distribuição dos leitos deverá ter o melhor aproveitamento da luz natural;

Os apartamentos deverão ter dois leitos e banheiro próprio com toda acessibilidade;

A configuração dos andares deverá favorecer o uso compartilhado de espaços e dependências da unidade;

O projeto deverá garantir que a distância máxima entre o posto de enfermagem e os quartos não seja superior a 30 metros, permitindo o controle visual de todos os quartos;

Em cada unidade deverá contar com quartos que permitam o isolamento de pacientes contando com pressão negativa e eclusa;

Os corredores deverão permitir a passagem simultânea de duas macas de transporte, luminosidade adequada, luminosidade gradual que permita o trabalho das equipes e proporcione descanso aos pacientes, corrimão de proteção arredondado em toda a extensão;

Climatização em todas as áreas com ajuste individual de temperatura;

Máxima luz natural nas áreas de uso comum dos pacientes e equipes de atendimento;

Iluminação noturna nos quartos e corredores que não ofusque a visão e isolamento acústico;

Utilização de cores claras e de efeito relaxante;

Dispensador automático de medicamentos;

Janelas dos quartos com abertura controlada de segurança;

Piso que não reflita luz;

Banheiros com total acessibilidade;



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA – SIURB
Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana

Sistema de intercomunicação entre pacientes e equipe de enfermagem (acústico e visual) centralizada no posto de enfermagem com pontos extra em áreas comuns da enfermagem;

Sistema de RCP através de sinal luminoso no lado exterior do quarto para acionamento do restante da equipe;

Sala da equipe multiprofissional;

Sala de acolhimento estar para pacientes e familiares;

Sala de curativos;

Telefonia móvel bidirecional verbal e imediata entre os profissionais;

Posto de enfermagem área polivalente destinada ao atendimento a pacientes internados nas unidades, amplo para desenvolver as funções de forma técnica contando com material e documentação necessária;

Área de preparação de medicação e outras intervenções terapêuticas contígua ao posto de enfermagem com espaço suficiente para estoque da medicação e permitir o trabalho de pelo menos duas pessoas;

Dispor de área intermediária para limpeza e guarda de carrinhos de medicação;

Iluminação sobre os balcões de preparo;

Sala de utilidades; destinada a limpeza de materiais sujos e contaminados, dividida em duas áreas distintas uma para limpeza propriamente dita e outra para o armazenamento do material após a limpeza;

Tubo pneumático para remessa bidirecional de amostras e medicamentos entre a unidade de internação e os serviços de apoio e documentos;

Sala de apoio para enfermagem com controle por senha;

Rede de informática e telefônica em todos os pontos de trabalho, conexão de WIFI em toda unidade;

Sinalização visual de todas as dependências;

Área contígua ao Posto de enfermagem para prescrição médica e multiprofissional;

Área contígua ao Posto de enfermagem para trabalho da equipe de apoio administrativo com privacidade;

Sanitários para os visitantes serão diferenciados por sexo e com acessibilidade;

Sanitários para funcionários serão diferenciados por sexo e com acessibilidade;



Deposito de Equipamentos e Materiais; espaço amplo para acomodar os equipamentos e manipulação dos mesmos (cadeiras de roda, macas, suportes, biombos, etc.), prateleiras para equipamentos menores e grupo de tomadas para equipamentos que necessitem permanecer a elas ligados;

Rouparia; área localizada em cada pavimento destinada a guarda de enxoval limpo necessário a substituição dos leitos a guarda dos carrinhos de transportes

Copa espaço destinado à guarda do carrinho térmico de refeição, dotado de monta carga direto da cozinha, para distribuição das dietas dos pacientes, dotado de pia para higienização das bandejas usadas, carrinho de resíduos para descarte posterior;

Deposito de Material de Limpeza (DML); local destinado a guarda dos materiais de limpeza e carrinho para higienização dos quartos;

Porta corta fogo mantidas fechadas, porém de fácil acesso.

6. Características próprias das Unidades de Tratamento Intensivo UTI adulto

As Unidades de Cuidados Intensivos são destinadas a pacientes que necessitam de assistência médica e de enfermagem que requerem monitorização contínua e cuidados de suporte a vida, obedecendo as especificações da RDC 7 permitindo tratamento rápido com medicamentos e intervenções necessárias.

Os leitos de pacientes críticos são situados em quartos Individuais contendo toda estrutura para qualquer procedimento necessário, se possível com banheiros com total acessibilidade, permitindo o descarte dos fluidos individualmente, deverão todos ter total visibilidade da equipe, para tanto a parede frontal deverá ser inteira de vidro com pressão negativa, ter presença de luz natural, iluminação noturna confortável e gradual permitindo os procedimentos quando necessários e conforto ao paciente;

A área de trabalho da equipe deverá ser centralizada facilitando a visibilidade e o pronto deslocamento a qualquer paciente, contará com central de monitoramento e tubo pneumático conectado aos serviços de apoio;

Os corredores deverão ser amplos para permitir o transporte de pacientes e equipamentos;

Todas as Unidades Críticas deverão obrigatoriamente estar ligadas ao Gerador para alimentação ininterrupta de eletricidade da unidade e dos Equipamentos;

A Unidade Adulto contará com equipamento de hemodiálise que deverá ser instalado em qualquer um dos quartos;

A climatização deverá ser independente do restante do Hospital obedecendo a regulamentação específica;



Deverá ter área específica para descanso da enfermagem de acesso restrito com presença de luz natural;

Deverá ter área específica para descanso da equipe médica com acesso restrito contando com sala de descanso e dormitórios duplos com banheiro próprio com total acessibilidade;

Iluminação artificial confortável e gradual permitindo os procedimentos quando necessários e conforto ao paciente;

A área de trabalho da equipe deverá ser centralizada facilitando a visibilidade e o pronto deslocamento a qualquer paciente, contará com central de monitoramento e tubo pneumático conectado aos serviços de apoio;

Os corredores deverão ser amplos pra permitir o transporte de pacientes e equipamentos;

Todas as Unidades Críticas deverão obrigatoriamente estar ligadas ao Gerador para alimentação ininterrupta de eletricidade da unidade e dos Equipamentos.

A Unidade Adulto contará com equipamento de hemodiálise que deverá ser instalado em qualquer um dos quartos;

A climatização deverá ser independente do restante do Hospital obedecendo a regulamentação específica;

Deverá ter área específica para descanso da enfermagem de acesso restrito com presença de luz natural;

Deverá ter área específica para descanso da equipe médica com acesso restrito contando com sala de descanso e dormitórios duplos com banheiro próprio com total acessibilidade;

Espaço específico para área administrativa e guarda de Documentos;

Área para limpeza e saída separada para não haver contaminação (DML);

Copa para distribuição de dietas para pacientes que a recebam, seguindo as especificações gerais;

Sala de espera para visitas e familiares confortável, onde terão as informações sobre a evolução do seu ente querido.

7. Características próprias do Atendimento de Urgência e Emergência

Espaço destinada ao atendimento de urgência e emergência de pacientes oriundos das unidades de referência, SAMU e COBOM, dividido em adultos e pediátrico contendo acesso direto das ambulâncias e espaço para familiares aguardar informações, contará com dois acessos separados para adultos e pediátrico.

Área para atendimento adulto deverá conter as seguintes funcionalidades:



Sala de emergência (vermelha) com capacidade para até 3 atendimentos simultâneos;

Sala para estabilização dos pacientes oriundos da Sala Vermelha com capacidade para 10 pacientes e 01 isolamento com posto de enfermagem com total visibilidade;

Sala de Observação masculina dividida em boxes individuais com capacidade para 10 pacientes e 01 isolamento composto de enfermagem com total visibilidade;

Sala de observação feminina dividida em box individuais com capacidade para 10 pacientes e um isolamento e posto de enfermagem com visibilidade total;

Sala de procedimentos cirúrgicos (ex. Sutura);

Sala de procedimento ortopédicos.

8. Disposições Gerais

O serviço permitirá um acompanhante por paciente nas salas de observação, cirúrgica e ortopédica;

A área administrativa será localizada próximo aos acessos;

O processo de registro será automatizado baseado de prontuário eletrônico do paciente;

Haverá um espaço para macas e cadeiras de rodas a espera de utilização;

Acesso da Ambulância direto a sala de emergência;

Posto de Enfermagem: local onde se centraliza a supervisão dos pacientes atendidos concentra o trabalho da equipe de plantão (médicos e enfermagem) com maior visibilidade possível, espaço amplo que permita a realização das tarefas de diagnóstico, registro, observação e com área adicional para o preparo das prescrições e guarda de medicamentos e equipamentos necessários;

Sala de estar da equipe médica localizada em área anexa a de atendimento do pronto socorro, espaço confortável com banheiros feminino e masculino com acessibilidade com acesso restrito;

Sala de estar para equipe de enfermagem anexa ao pronto socorro, espaço destinado ao descanso e relaxamento dos funcionários que não podem se ausentar da área de atendimento, espaço confortável com banheiros feminino e masculino com acessibilidade e acesso restrito;

Salas Administrativas para atendimento do Serviço Social, Supervisão de Enfermagem e Chefia Médica, todas localizadas anexas ao Pronto Socorro Posto de informações destinado a informar com privacidade os familiares, além de ter a função de acolhimento em situação de luto, deve estar em área anexa a recepção;



Depósito de equipamentos e materiais destinados à guarda dos aparelhos usados na respectiva área;

Rouparia para guarda dos enxovais necessários ao setor;

Depósito de material de limpeza (DML), destinado a armazenar material de limpeza;

Copa, espaço destinado à guarda do carrinho de dietas para distribuição dos pacientes com prescrição de dietas;

Área de desembarque das ambulâncias: são espaços destinados as ambulâncias que trazem pacientes para atendimento;

9. Bloco Cirúrgico

Corresponde à área onde serão realizadas as intervenções cirúrgicas programadas e de urgência composto por 03 salas cirúrgicas. Recuperação pós-anestésica com 06 leitos.

A organização funcional deverá obedecer a RDC 50, está distribuída em áreas:

Não restrita que é composta por recepção, sala de espera de familiares e sala de informação e vestiários dos funcionários;

Semi restrita que é composta de descanso dos funcionários, RPA;

Restrita que é composta por salas cirúrgicas, sala de equipamentos e materiais estéreis, enxoval esterilizado e lavatórios;

Área suja para descarte do material usado nos procedimentos cirúrgicos.

Permite:

Fluxo de Pacientes e materiais: os pacientes entrarão no centro cirúrgico através de transferência de maca do bloco cirúrgico, sendo encaminhado à sala cirúrgica, quando ao término do procedimento, o paciente será conduzido a RPA até que esteja recuperado para ser transferido para unidade de internação pertinente. Os materiais deverão ser entregues pela CME de acordo com o mapa cirúrgico do dia, colocados em espaços destinados para tal e distribuídos de acordo com cada procedimento a ser realizado, ao término, o material deverá ser acondicionado em caixas fechadas e transferidos para área suja da CME, as roupas deverão ser descartadas por fluxo próprio.

As Salas Cirúrgicas deverão em média ter de 40 a 45m² e no mínimo 3,3m de altura, contar com portas hidráulicas de fácil manuseio e que permita passagem de equipamentos grandes quando necessário, que sejam fáceis, de serem fechadas em caso de contaminação ou de manutenção, as réguas de gases deverão estar em duas paredes opostas. Deverá ter iluminação regulável e pelo menos duas salas deverão ter as paredes chumbadas possibilitando o uso de equipamentos de robótica e radiológicos.



Área de Recuperação Anestésica, (RPA) deverá ter capacidade para 06 leitos separados por cortinas móveis com posto de enfermagem com visibilidade total e com saída para área de transferência.

Área de escovação são espaços para lavagem das mãos da equipe cirúrgica compartilhada por duas salas, contendo pia com cuba alta, torneiras com fechamento com o cotovelo e temperatura regulável.

Vestiários dos funcionários e equipe médica, de acesso restrito, dividido em masculino e feminino com armários e banheiros, de acordo ao número de funcionários, em torno de 30 por período, deverão ser amplos e confortáveis.

Sala de estar dos funcionários com acesso externo e interno amplo que possa acomodar pelo menos 15 pessoas, anexo aos vestiários devendo ter suporte de informática para realização de relatórios e consultas, material que serão usados nos procedimentos cirúrgicos.

Depósito destinado ao armazenamento de aparelhos radiológicos móveis, tais como Microscópio cirúrgico, componentes das mesas cirúrgicas, videolaparoscopias e outros itens.

Depósito de materiais estéreis deverá comportar carrinhos de enxovais e de material que serão usados nos procedimentos cirúrgicos.

Sala de utilidades à área suja do bloco cirúrgico deverá receber as caixas do material contaminados pós-cirúrgico e os materiais que serão destinados ao descarte correto, deverá ter um acesso direto para a área suja da CME e área de descarte do material contaminado.

Depósito de Material de Limpeza (DML) espaço destinado ao armazenamento dos materiais de limpeza e carrinhos que serão usados para limpeza do centro cirúrgico.

Área de espera para familiares espaço confortável de preferência com iluminação natural contando com espaço reservado para informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes.

9.1. Departamento de Diagnóstico por Imagem

Área destinada a realização de exames por imagem de pacientes internados e ambulatoriais, atendendo as especificações arquitetônicas de acordo com a RDC 50.

O serviço estará disponível 24hs para permitir os exames de urgências Composto por:

Radiologia digital intervencionista;

Radiologia convencional;

Ecocardiografia;



Ultrassonografia;

Tomografia computadorizada;

Salas de telecomando; Contará com:

Sala de espera para exames ambulatoriais onde pacientes e acompanhantes aguardarão os exames, deverá ser amplo e com banheiros feminino e masculino com acessibilidade;

Posto administrativo permitindo desenvolver o trabalho e o atendimento aos usuários;

Laudos e as imagens estarão disponíveis na base de dados do Hospital e acessíveis nos terminais credenciados;

Área limpa utilizada para preparação de materiais, medicação e contrastes;

Área Suja utilizada para limpeza, custódia e retirada de material contaminado;

Sala para guarda de equipamentos;

DML espaço para guarda de material de limpeza e carrinho de limpeza;

Sala administrativa destinada a equipe médica para elaboração de laudos; consulta a outros profissionais e descanso com banheiros anexo, de preferência com luz natural;

Sanitários para funcionários diferenciados por sexo e com acessibilidade;

Unidades Administrativas de Serviços Médicos são áreas destinadas aos departamentos de gestão administrativa da Unidade, composto por gerenciamentos técnicos e administrativos.

10. Departamento Diretivo

Sala para Direção Técnica deverá ser ampla, contendo espaço para escritório e mesa de reunião;

Sala para Direção Médica deverá ser ampla, contendo espaço para escritório e mesa de reunião;

Sala para Direção Administrativa deverá ser ampla, contendo espaço para escritório e mesa de reunião;

Sala para Direção de Enfermagem deverá ser ampla, contendo espaço para escritório e mesa de reunião;

Sala para Apoio Técnico deverá ser ampla, contendo espaço para escritório e mesa de reunião;



Sala ampla para pool de servidores administrativos;

Sala de Reunião para 20 pessoas.

11. Departamento de Recursos Humanos

São áreas destinadas a gestão administrativa de pessoas da Unidade, composto por gerenciamentos técnicos e administrativos.

Sala da Diretoria de RH deverá ser ampla, contendo espaço para escritório e mesa de reunião;

Sala de Apoio Técnico deverá ser ampla, contendo espaço para trabalho simultâneo de 6 funcionários;

Sala para guarda de documentos;

Sala para treinamentos e orientações aos funcionários;

12. Dormitório dos Médicos Plantonistas

Espaço que garanta conforto e tranquilidade, destinado ao descanso das equipes médicas de plantão nos diversos setores do Hospital em quartos duplos com banheiros completos e total acessibilidade. Sala de descanso com copa que possa receber em média quinze profissionais simultaneamente.

13. Áreas de apoio logístico Laboratório

Área destinada a prática de análises clínicas, integrada em rede com um laboratório de referência, com funcionamento 24hs por dia.

O laboratório terá comunicação com as unidades solicitantes por tubos pneumáticos, as amostras serão recepcionadas e processadas e os resultados fornecidos por meio eletrônico. As amostras de rotina serão encaminhadas ao laboratório de referência para o processamento.

O espaço deverá contar com:

Sala de espera para os pacientes ambulatoriais onde pacientes e acompanhantes aguardarão;

Sala administrativa destinada a equipe e descanso com banheiros anexo, de preferência com luz natural;



A coleta dos exames, deverá ser amplo e com banheiros feminino e masculino com acessibilidade;

Salas para coleta de exames;

Posto administrativo permitindo desenvolver o trabalho e o atendimento aos usuários;

O serviço estará disponível 24hs para permitir os exames de urgências;

Área limpa utilizada para preparação de materiais;

Área Suja utilizada para limpeza, custódia e retirada de material contaminado;

Sala para guarda de equipamentos;

DML espaço para guarda de material de limpeza e carrinho de limpeza.

14. Farmácia

Área destinada aos serviços de farmácia hospitalar tem três funções básicas:

Função administrativa: gestão de compras, controle de estoque, controle de dispensação e análise de custos;

Função de atendimento e dispensação de medicamentos e atividades de farmácia clínica nas unidades de internação;

Dispensa de medicação a pacientes ambulatoriais.

Os espaços deverão contar com:

Área técnica, de logística, de guarda de medicamentos e área para trabalho dos funcionários;

Os pedidos de medicamentos proveniente das unidades de internação serão recebidos via digital e preparados pela equipe para dispensação;

Armários com sistema de liberação automática (farmácia ambulatorial) e carrinhos para dispensa automática para as áreas de urgência;

Sala para recepção dos pedidos e dispensa dos fármacos entregues ambulatorialmente;

Sala para depósito de fármacos especiais (psicotrópicos, anestésicos etc.);

Sala para armazenagem de fármacos termolábeis;

Espaço para guarda e preparação dos carrinhos de dose unitária;



Sala administrativa para chefia da farmácia;

DML espaço para guarda de material de limpeza do serviço.

15. Serviço Arquivo Médico e Estatística

Caracteriza-se por área destinada a gestão de documentação clínica, controle da qualidade da informação e o processamento nela contida. Tem a função de digitalizar, classificar, indexar, providenciar o faturamento e emitir relatórios gerenciais e estatísticos e epidemiológicos da Unidade e permitir o acesso e consultas aos prontuários médicos.

Composto por postos de trabalho flexíveis que permitam:

Arquivo documental;

Digitalização dos processos;

Sala para consulta pela comissão de prontuários e emissão de relatórios;

Sala para coordenação administrativa;

Sala para relaxamento da equipe com banheiros masculinos e femininos com acessibilidade;

Sala destinada à gestão de internação e recepção de documentação;

16. Área de Informática

Espaço destinado a tecnologia da informação do Hospital. Controle de funcionamento de computadores, servidores, da aplicação de dados, formação no desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias e suas aplicações.

Os espaços contarão com:

Sala de trabalho simultâneo de pelo menos 3 funcionários;

Sala para guarda dos equipamentos;

Sala para estabilizadores;

17. SND

Espaço destinado a preparação das refeições de pacientes, funcionários e acompanhantes

Contarão com:



Espaço para preparação dos alimentos;

Espaço para servir alimentação aos funcionários e acompanhantes;

Espaço para recebimentos de viveres;

Espaço para guarda dos carrinhos de distribuição das refeições dos pacientes nas unidades de internação;

Espaço para área administrativa para controle dietético e administração;

Banheiros diferenciados por sexo fora da área de trabalho.

18. Lavanderia

Espaço destinado ao armazenamento e distribuição de roupa hospitalar e uniformes, deverá contar com:

Sala administrativa;

Espaço para recebimento e armazenamento do enxoval hospitalar;

Espaço para classificação e preparação para distribuição dos enxovais;

Acesso externo para recebimento dos enxovais;

Espaço para área suja onde será acumulada as roupas provenientes dos diversos setores, situado próxima a área de carga e descarga.

19. Limpeza e Desinfecção

Espaço destinado a coordenação dos serviços de limpeza e eliminação de resíduos.

Dotado de:

Central de limpeza e desinfecção, espaço destinado ao armazenamento dos materiais e equipamentos de limpeza geral hospitalar;

Central de resíduo espaço destinado à coleta, classificação e retirada dos diferentes tipos de resíduos gerados pelo hospital;

Espaço destinado à coordenação dos trabalhos, treinamento e controle dos funcionários;

Banheiros definidos por sexo e total acessibilidade.



20. Central de Instalações

Espaço destinado as instalações e equipamentos gerais do edifício, composto por central hidráulica, quadros elétricos, quadro de plantas etc.

Deverão obedecer às normas técnicas de segurança e arquitetônicas necessárias a suprir todas as dependências do complexo hospitalar.

21. Almoxarifado

Área de armazenamento e distribuição dos insumos. Tem a função de receber, conferir, armazenar e distribuir os produtos adquiridos para consumo do Hospital.

Deverá contar com:

Plataforma de carga e descarga;

Área destinada ao recebimento dos produtos;

Área para armazenamento;

Setor administrativo para controle dos estoques conferência de notas e emissão de relatórios;

Sala administrativa da chefia;

Banheiros divididos por sexo e com acessibilidade.

22. Centro Técnico de Segurança

Espaço destinado a acolher o serviço de segurança cuja função é a vigilância direta, o controle dos acessos e a vigilância indireta dos pontos estratégicos do hospital através do circuito interno

Deverá contar com:

Espaço amplo, contando balcão de trabalho, central de monitoramento;

Sala administrativa;

Banheiros divididos por sexo com acessibilidade.

23. Necrotério



Área destinada a colocação dos cadáveres em condições apropriadas até o traslado aos serviços funerários

Dotado de:

Geladeiras e espaço para movimentação de macas;

Saída independente ao exterior afastada dos acessos dos pacientes;

24. Vestiários Centrais

Área destinada a troca de uniformes pelos funcionários com acesso restrito espaço amplo contendo:

Vestiários masculinos e femininos;

Banheiros em número suficiente com duchas;

Contêineres de uniformes sujos;

Armários individuais usados no período de trabalho para guarda de pertences pessoais;

Bancos para apoio.

25. Endoscopia

Espaço destinado a realização dos procedimentos endoscópicos de pacientes internados e ambulatoriais.

Endoscopia Digestiva Alta;

Colonoscopias;

Broncoscopias;

Procedimentos associados aos exames tais como: pulpectomias, com ou sem biopsias, escleroses, dilatação.

Deverá contar com:

Salas para exames distintas (Centro cirúrgico hoje existente);

Sala para preparo do Paciente;

Espaço de espera dos Pacientes internados;

Sala destinada a equipe para emissão de laudos;



Descanso da equipe com banheiro anexo;

Sala para limpeza e esterilização dos equipamentos;

Sala para guarda dos equipamentos.

26. Consultas Ambulatoriais de especialidades

Espaço destinado ao atendimento ambulatorial de pacientes egressos pós alta hospitalar. Deverá contar com:

Sala de espera ampla e confortável;

Consultórios médicos diferenciados e indiferenciados;

Sala de curativo;

Posto de enfermagem;

Acesso diferenciado da Unidade de Pronto Atendimento;

27. Atribuições e Áreas de Atenção

Atribuições ou Áreas de Atenção são conjuntos de atividades e subatividades específicas, que correspondem a uma descrição sinóptica da organização técnica do trabalho na assistência à saúde.

De acordo com a Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, ficam definidas as seguintes áreas de Atenção no Hospital São João em questão:

Prestação de atendimento eletivo de promoção e assistência à saúde em regime ambulatorial - atenção à saúde incluindo atividades de promoção, prevenção, vigilância à saúde da comunidade e atendimento a pacientes externos de forma programada e continuada, ações.

Prestação de atendimento imediato de assistência à saúde - atendimento a pacientes externos em situações de sofrimento, sem risco de vida (urgência) ou com risco de vida (emergência);

Prestação de atendimento de assistência à saúde em regime de internação- atendimento a pacientes que necessitam de assistência direta programada por período superior a 24 horas (pacientes internos);

Prestação de atendimento de apoio ao diagnóstico e terapia- atendimento a pacientes internos e externos em ações de apoio direto ao reconhecimento e recuperação do estado da saúde (contato direto);



Prestação de serviços de apoio técnico- atendimento direto a assistência à saúde em funções de apoio (contato indireto);

Formação e desenvolvimento de recursos humanos e de pesquisa- atendimento direta ou indiretamente relacionado à atenção e assistência à saúde em funções de ensino e pesquisa;

Prestação de serviços de apoio à gestão e execução administrativa- atendimento ao estabelecimento em funções administrativas;

Prestação de serviços de apoio logístico - atendimento ao estabelecimento em funções de suporte operacional.

28. Ambientações

Todos os ambientes receberão revestimentos conforme a RDC 50, como indicados nas tabelas descritas no item anterior.

As ambientações serão detalhadas no projeto executivo adotando-se cores claras e harmônicas, seguindo tons pastéis, nos pisos e paredes, além do cuidado com o design da marcenaria e projeto de luminotécnica, no sentido de criar ambientes aconchegantes e assépticos.

A escolha da manta vinílica hospitalar será o ponto de partida das ambientações dos ambientes hospitalares, com proposta de utilização de cores neutras e que permitam a liberdade das escolhas das tintas para a pintura das paredes.

As cores das tintas serão apresentadas à Contratante para aprovação, sendo utilizada tinta acrílica hospitalar devido as suas características de limpeza e assepsia, além de serem antibacterianas. Nos ambientes da radiologia (imagem) – tomografias e raio-x, as paredes receberão argamassa em massa baritada, e pintura epóxi. As salas cirúrgicas receberão pintura epóxi na cor verde claro, por questões técnicas e de conforto a equipe cirúrgica.

Os setores e unidades serão definidos por cores conforme detalhamento do Projeto de Comunicação Visual, de modo a facilitar a localização dos ambientes pelos pacientes, colaboradores e médicos.

Os bate-macas serão em polipropileno de alto impacto e terão a função de proteção das paredes e de corrimão, nas circulações de pacientes.

As portas serão revestidas em laminado, algumas com visores e estão consideradas portas revestidas em chumbo no caso das portas de ambientes da radiologia (imagem) – tomografias, raio-x. Deverá ser previsto visores plumbíferos nas salas de comando dos equipamentos da Tomografia e Raio-x.



Porta, caixilhos, bate-macas, protetores de cantos, balcões, bancadas e armários de marcenaria fixa, pintura de forros, régua hospitalares serão brancas, para perfeita harmonização com a paleta de cores a ser escolhida para as unidades.

Todas as áreas molhadas serão revestidas em porcelanato técnico no piso e porcelanato esmaltado nas paredes. Lavatórios de uso médico em ambientes de atendimento terão as paredes protegidas por placa de laminado melamínico, na cor branca ou próxima ao tom da parede.

Os pisos de áreas extremas como, manutenção, SND, lactário, necrotério, almoxarifado, farmácia, CME entre outros serão em porcelanato técnico antiderrapante, com rodapé no mesmo material.

Sanitários de uso público, com mais de 1 bacia, terão divisórias em laminado estrutural e perfis de alumínio.

As ferragens das portas serão do tipo alavanca, para facilitar o acionamento pelo antebraço, quando necessário, com molas aéreas nas portas duplas das salas cirúrgicas e outros ambientes que devam ser mantidos fechados.

Metais sanitários específicos para uso médico e atendendo aos conceitos de sustentabilidade ambiental, sendo em geral, do tipo hidromecânico temporizada, e no caso das torneiras dos lavatórios cirúrgicos, com alavanca.

Todos os acessórios definidos na NR 9050/2021 serão adotados nos sanitários e banheiros acessíveis.

IV. PROJETOS

A elaboração de todos os projetos necessários para a perfeita execução da obra serão responsabilidade da empresa contratada, sendo balizadas pelo anteprojeto disponibilizado e por este memorial.

Projetos mínimos exigidos para esta contratação:

- Relatórios de estudo de solo e ensaios;
- Projeto de Arquitetura: plantas, cortes, cobertura, layout para equipamentos e mobiliário, detalhamento construtivos para apoio;
- Projetos de estruturas: planta de locação de pilares, planta de cargas, planta de pilares por nível, detalhamento dos pilares (seção, armadura longitudinal, estribos, emendas e ancoragens, quadro de pilares), planta de forma das vigas e detalhamentos (armaduras positiva e negativa, estribos, cortes e detalhes, quadro de vigas), planta de forma das lajes e detalhamento (armaduras, negativos, reforços, aberturas, detalhe de borda e apoios), planta de escadas e detalhamento (cortes, elevações, detalhamento das armaduras e montagem); quadro de aço, quadro de concreto, resumo dos materiais;



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA – SIURB
Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana

- Projeto de fundações: planta de locação das fundações, eixos, cota de nível detalhamentos (tipo, detalhe das armaduras, dimensões), cortes e detalhes construtivos, quadro resumo de fundações;
- Projeto de Instalações Hidráulicas e Sanitárias (Esgoto): rede de águas frias, quentes, cinzas e aquecimento em geral com detalhamento e cortes internos;
- Projeto de Instalações Elétricas, Lógica e Telefonia: rede de alimentação em geral com detalhamento e cortes internos;
- Projeto de Instalação de Ar-Condicionado: com detalhamento e cortes internos;
- Projeto de Instalações de Gases Medicinais e Ar Comprimido: Planta baixa com indicações da rede de distribuição de gases medicinais (oxigênio e ar comprimido) derivadas de rede existente;
- Projetos Complementares: Plantas de Piso, Forros, Portas e Tampos e LTA (Laudo Técnico de Avaliação da Vigilância Sanitária);

Os projetos, materiais e equipamentos indicados respeitarão as normas abaixo mencionadas, ou outras internacionalmente reconhecidas e aceitas para casos específicos.

NBR-6401 - Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - Instalações centrais de ar-condicionado.

ASHRAE - American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers - Handbooks: Fundamentals, Systems, HVAC Applications - Fonte de dados de referência para sistemas de ar-condicionado, ventilação, aquecimento e refrigeração.

SMACNA - Sheet Metal and Air Conditioning Contractors' National Association – Dimensionamento, construção de redes de dutos de ar.

AMCA - Air Movement and Control Association - Ventiladores.

NBR-5410 - Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - Instalações elétricas de baixa tensão - Procedimento.

NBR-7008 - Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - Chapa de aço zincadas pelo processo de imersão a quente.

NBR-6118 - Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – Projetos de estruturas de concreto – Procedimento.

RDC nº 51 ANVISA, de 06/10/2011.

Instrução Normativa ANVISA nº 01, de 28/01/2013.

NBR 9050/21, atualizada.

SOMASUS – Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde.



Código de Edificações e Licenciamento Urbano do Município de Guarulhos, Lei nº 6.046, de 05/11/2004.

RDC nº 222 ANVISA, de 22/03/2018 GERENCIAMENTO DE RESIDUOS

Instrução Técnica nº 01/2019 Corpo de Bombeiros

Instrução Técnica nº 11/2018 – Saídas de Emergência em Edifícios

NBR 9070 – Saídas de Emergência em Edifícios

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:

URGÊNCIA/EMERGÊNCIA

- PORTARIA GM/MS nº 2.048, de 05/11/2002;
- RDC nº 63 ANVISA, de 25/11/2011;

UTI

- PORTARIA 551/MS/GM, de 13/04/2005;
- RDC nº 07 ANVISA, de 24/02/2010;
- PORTARIA GM/MS nº 930, de 10/05/2012;
- PORTARIA GM/MS nº 3.432, 12/08/1998;
- RDC nº 63 ANVISA, de 25/11/2011;

CME

- RDC nº 15 ANVISA, de 15/03/2012
- RDC nº 63 ANVISA, de 25/11/2011

ALIMENTOS

- RDC nº 211/20214 ANVISA,
- Instrução Normativa nº 04/2014, DODF nº 160, 19/08/2015, págs. 11 a 16

ENDOSCOPIA

- RDC nº 06 ANVISA, de 01/03/2013
- RDC nº 63 ANVISA, de 25/11/201

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

- RDC nº 11 ANVISA, de 26/11/2011
- RDC nº 63 ANVISA, de 25/11/2011
- RDC nº 302 ANVISA, de 13/10/2005



Outras normas poderão ser aplicadas em função de necessidades específicas, fazendo **prevalecer** sempre que possível, as normas da ABNT, utilizando-se normas internacionais, salvo melhor juízo, no caso de inexistência da nacional.

V. RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA

A construtora contratada, terá obrigatoriedade e, deverá se responsabilizar pelos seguintes itens:

Elaboração dos projetos básicos e executivos, bem como elaboração de planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro da obra e especificações técnicas pertinentes para a fase de execução da obra;

Limpar a área a ser ocupada pela obra, pelas instalações necessárias à sua execução retirando a vegetação existente (caso houver), bem como, remoção dos detritos e obstáculos que afetem o bom andamento da obra, bem como a segurança do canteiro, das instalações internas, externas e de terceiros;

Fazer ligação provisória de água e luz para utilização no período de obra, devendo ser independente da utilizada pelo Hospital e sem interferências;

Alugar máquinas e equipamentos para suprir toda e qualquer necessidade da obra, de preferência para equipamentos silenciosos e/ou, que tenham equipamentos acessórios redutores de ruído;

Instalar elevador de carga tipo cremalheira para o período de obra, pois não será permitido o uso dos elevadores do hospital por funcionários da construtora contratada para transporte de pessoas, equipamentos, insumos destinados à obra, ou terceiros para uso de carga e descarga. Sugerimos evitar ao máximo o acesso às dependências do hospital, deverá ser acordado com a administração do hospital, rotas de serviços que não interfiram na dinâmica de funcionamento do hospital;

Deverá ser fornecido todo o equipamento de segurança inclusive no que diz respeito aos visitantes;

Apresentar ART e/ou RRT de todos e qualquer serviços de empresas contratados;

Atender à solicitação de documentação dos funcionários;

Utilizar a entrada para carga e descarga de materiais, de acordo com o layout do canteiro a ser implantado, atentando-se para as condições de manobra dos caminhões e acomodação das demais instalações presentes no canteiro de obras;

Atentar que a locação da obra deverá ser de total responsabilidade da empresa construtora, devendo obedecer rigorosamente às dimensões apresentadas no projeto de arquitetura, não se admitindo variações;



Limpar ao Final da Obra, o que correrá às expensas da empresa contratada;

Instalar placas de obra em local visível, com dimensões mínimas conforme modelo a ser fornecido pela fiscalização e a construtora deverá retirar a placa após a conclusão da obra;

Demolir e/ou movimentar terra, para execução de algum serviço na obra, deverão ser tomadas as medidas indispensáveis à garantia da estabilidade e segurança do terreno, estruturas e de terceiros;

Destinar os entulhos/resíduos resultantes destes trabalhos e encaminhar a locais devidamente licenciados e/ou aptos a receber este material;

Remover da área da obra todo o entulho resultante do trabalho de demolição e material escavado que não deverá ser reutilizado, carregar em caminhões basculantes e transportar até bota fora legalizados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO;

A contratada será responsável por todas as licenças e aprovações necessárias à execução e operação do hospital.

VI. QUALIDADE E CONTROLE TECNOLÓGICO

A Contratada deverá apresentar listagem com marca de todos os materiais a serem utilizados na obra com as respectivas certificações exigidas.

Os materiais deverão ser de primeira qualidade e, após a aprovação da listagem por parte da fiscalização, não poderão ser substituídos. Na divergência sobre primeira qualidade, serão utilizados os critérios do IPT. A listagem deverá também, contar com preço unitário e global.

A fiscalização poderá exigir, a seu critério, controle tecnológico de quaisquer materiais empregados na obra.

Deverão ser submetidas à fiscalização amostras dos materiais a serem empregados nos serviços, e no caso de acabamentos de pisos, paredes e forros, ser executado área de (aproximadamente) 1 m² com o protótipo da aplicação.

VII. RECEBIMENTO DA OBRA

A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação.

Deverá apresentar funcionamento perfeito de todas as instalações, equipamentos e aparelhos, com as instalações definitivamente ligadas às redes de serviços públicos (água, esgoto, luz e força, telefone, gás etc.).



É terminantemente proibido o uso de ácido muriático para lavagem de piso cerâmico, azulejos, calçadas em concreto e peças de ferro/metálicas.

Inicialmente a CONTRATADA enviará uma carta à FISCALIZAÇÃO informando estarem concluídas as obras, declarando, que ela já executou todas as verificações a seguir relacionadas:

- Teste de funcionamento de todos os aparelhos sanitários;
- Teste de funcionamento de todas as luminárias;
- Teste de vedação dos caixilhos;
- Inexistência de vazamento de água das tubulações;
- Inexistência de infiltração de água pelas impermeabilizações;
- Teste de funcionamento dos equipamentos de Ar-Condicionado;
- Teste de funcionamento do Sistema de Combate a Incêndio;

Deverão ser entregues 02 jogos completos de chaves de todas as portas instaladas na obra do Hospital São João, chaves estas que já fazem parte da fechadura, mas no caso de perda durante a execução da obra a CONTRATADA deverá providenciar cópia delas.

Os jogos deverão ser entregues protocolados ao Fiscal da obra.

VIII. SERVIÇOS FINAIS/TERMO DE GARANTIA

1. Desmobilizações das Instalações do Canteiro

A contratada deverá executar, após o encerramento dos serviços de construção do prédio, a tarefa de desmontagem de todas as instalações provisórias do canteiro de obras, bem como retirada das Placas da Obra. O prazo para esse serviço está incluso no prazo total a obra.

2. Inspeções Finais

Após o encerramento de todos os serviços da obra, deverá ser feita a inspeção final com a participação conjunta da Contratada e da Fiscalização, produzindo-se o Relatório de Inspeção Final, para fins de Recebimento Provisório, no qual serão apontados todos os eventuais acertos ou complementos de serviços constantes no contrato e finalmente o Recebimento Definitivo.

3. Notas Fiscais, Manuais e Termos de Garantia de Equipamentos



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA – SIURB
Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana

Por ocasião do recebimento provisório da obra deverão ser entregues à fiscalização, devidamente documentadas através de carta, as Notas Fiscais e os respectivos Manuais de Instrução e termos de garantia de todos os equipamentos constantes no contrato, tais como: equipamentos contra incêndio, sistema de alarme, fluxômetros de ar comprimido, e metais sanitários. A fiscalização deverá entregar toda a documentação à Coordenação da Unidade, após a ocupação da obra.

IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este memorial estabelece parâmetros mínimos obrigatórios, preservando a liberdade técnica da contratada para propor as melhores soluções, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da economicidade, eficiência e competitividade.

Documento assinado digitalmente
gov.br **RAPHAEL GUARDABASSI GUERRERO**
Data: 23/01/2026 14:19:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAPHAEL GUARDABASSI GUERRERO

SECRETÁRIO ADJUNTO DE INFRAESTRUTURA URBANA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Contratação Integrada de empresa ou consórcio para Serviços de Arquitetura e Engenharia para a elaboração de Projetos Básico, Projetos Executivo e execução de Obras de construção do Hospital São João com fornecimento de material, equipamento e mão-de-obra necessárias e suficientes à entrega final do objeto.

SUMÁRIO

ANEXO I.....	1
1. INTRODUÇÃO.....	4
2. DO OBJETO.....	5
3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	5
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO.....	7
5. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	23
6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	24
6.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	24
6.2. PRAZOS.....	26
6.3. INÍCIO DAS ATIVIDADES.....	26
6.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....	27
6.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	29
7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	32
7.2. PROJETO BÁSICO (Inciso XXV, Art.6º, LF 14.133, texto da lei, adaptado para este TR.)	32
7.3. PROJETO EXECUTIVO (Inciso XXVI, Art.6º, LF 14.133, texto da lei, adaptado para este TR.)	33
7.4. ALTERAÇÕES NO PROJETO DE ENGENHARIA.....	34
7.5. SERVIÇOS DE ENGENHARIA (Inciso XXI, Art.6º, LF 14.133, texto da lei, adaptado para este TR.)	35
7.6. ORÇAMENTO E PLANO DE EXECUÇÃO.....	35
7.7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA ORÇAMENTO.....	37
7.8. ESPECIFICAÇÕES GERAIS PARA PLANO DE EXECUÇÃO DE OBRAS	37
7.9. FORMA DE APRESENTAÇÃO.....	38
7.10. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	38
7.11. QUANTITATIVOS DA OBRA.....	39
8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	40
9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....	42
10. FORMA E CRITÉRIO SELEÇÃO DE FORNECEDOR.....	42
10.1. CRITÉRIO 1 - CONHECIMENTO DO PROBLEMA.....	48
10.2. CRITÉRIO 2 - PLANO DE TRABALHO.....	49
10.3. CRITÉRIO 3 - EXPERIÊNCIA DA EMPRESA.....	50
10.4. CRITÉRIO 4 - QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PROJETO.....	51
10.5. CRITÉRIO 5 - QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE OBRA.....	51
10.6. Da pontuação da PROPOSTA TÉCNICA.....	52
10.7. PROPOSTA DE PREÇOS.....	56
10.8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	58
10.8.1. Relativamente à Habilitação Jurídica.....	58
10.8.2. Relativamente à Regularidade Fiscal e Trabalhista.....	58
10.8.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira.....	59
10.8.4. Relativos à Qualificação Técnica.....	60
10.9. Documentos de caráter geral.....	63
10.10. CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DAS NOTAS DAS PROPOSTAS TÉCNICAS	63
10.11. QUADROS DE PONTUAÇÃO TÉCNICA.....	64

10.12. CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DAS NOTAS DAS PROPOSTAS DE PREÇOS	69
10.13. PONDERAÇÃO ENTRE TÉCNICA E PREÇO.....	70
11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	72
12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	72
13. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA.....	73

1. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência, consolida as informações contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, e tem como objetivo subsidiar a formalização da Contratação Integrada de empresa ou consórcio, para Serviços de Arquitetura e Engenharia para a **elaboração de Projetos Básico, Projetos Executivo e execução de Obras de construção do Hospital São João**, com fornecimento de material, equipamento e mão-de-obra necessárias e suficientes à entrega final do objeto.

A demanda a ser apresentada neste documento, está prevista no Contrato de Financiamento para Investimentos Municipais – Linhas Municípios Sustentáveis – LMS – Número 25090

No que diz respeito às AÇÕES E SERVIÇOS DA SAÚDE EM ATENÇÃO HOSPITALAR E DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, a meta para 2026 é que a **Prefeitura Municipal de Guarulhos** o contribua com a manutenção/expansão na proporção de 0,76 leitos para cada 1000 habitantes, representando um incremento de aproximadamente 10% na taxa de leitos por habitantes. No entanto, essa taxa permanece abaixo dos parâmetros técnicos comumente adotados em planejamento da rede assistencial (2,5 a 3,0 leitos por 1.000 hab.), demonstrando a necessidade estruturante de expansão da oferta de leitos no município.

A construção do hospital São João é uma ação imprescindível para garantir a preservação do bem estar e saúde da população e reforçar o compromisso social com a comunidade local, além, de fazer parte de um planejamento que, a longo prazo, poderá contribuir nas áreas de pesquisa e educação voltadas à área e impulsionar o desenvolvimento econômico local.

O objetivo da contratação é a construção de uma nova unidade com a devida modernização de infraestrutura hospitalar, utilizando as melhores e mais modernas práticas construtivas, permitindo que o Município conte com uma estrutura atualizada e que tenha condições de se alinhar aos métodos e modos de gestões ágeis dos serviços da saúde. Isso inclui o fornecimento de toda a infraestrutura necessária para que ocorra a digitalização dos processos de trabalho, otimizando e qualificando a comunicação intraunidades acerca dos dados gerados e produzidos, desde resultados de exames, dados de prontuários eletrônicos, quanto à oferta e disponibilidade de vagas de leitos e ofertas dos serviços gerais.

Cabe destacar que **Prefeitura Municipal de Guarulhos** tem efetuado diversas ações para mitigar problemas pontuais de infraestrutura em cada unidade sob sua gestão. Alguns serviços estão em andamento e serão compatibilizados ao objeto previsto neste termo de referência, mas ressaltamos que a **Contratação Integrada** dos serviços tem duas finalidades: a primeira é permitir que a empresa ou consórcio contratado adote as melhores técnicas e práticas em projetos e construção, aproveitando as sinergias e vantagens existentes quando o mesmo agente elabora os projetos e os executa. A segunda visa dar maior celeridade entre as diversas disciplinas da engenharia e da arquitetura que serão adotadas para qualificação dos hospitais de urgência e emergência.

O resultado esperado é um plano de ação integrada que permita a execução da obra sem o comprometimento da continuidade dos serviços de saúde adjacentes, ou seja, o objeto da contratação deverá ser realizado implementando medidas de controle de emissão de poluentes e com gestão de ruídos, considerando eventuais ajustes nos fluxos internos, previamente articulados entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

2. DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência, a **Contratação Integrada de empresa ou consórcio, para Serviços de Arquitetura e Engenharia** para a elaboração de Projetos Básico, Projetos Executivo e execução de Obras de construção do Hospital São João.

O objeto designado se refere especialmente, às atividades que serão detalhadas no item 4 deste Termo de Referência e rege-se pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

A Modalidade de Licitação é de Concorrência Pública, pois o objeto do presente Termo de Referência, corresponde a obras e serviços especiais de engenharia.

O critério primário que caracteriza a singularidade do objeto é a condição para a sua execução, que deverá ser planejada considerando todo o entorno do qual a obra esta contida; ou seja, os projetos e a execução dos serviços de engenharia, deverão ser desenvolvidos sem interromper as atividades locais.

O critério secundário que caracteriza a singularidade do objeto é que o hospital não possui tipologia padronizada, de modo que não é possível neste momento, estabelecer um programa de necessidade e que se aplique integralmente ao objeto. Portanto, de acordo com o Artigo 29 da LF 14.133, a Concorrência Pública, é o rito procedimental adequado.

O Critério de Julgamento é a melhor combinação entre Técnica e Preço, pois o objeto do presente Termo de Referência corresponde à serviços especiais e obras de engenharia no âmbito da arquitetura e engenharias, conforme previsto no Art. 36 da LF 14.133.

Dada a singularidade das atividades, é imprescindível estimarmos a elevação do nível da qualificação técnica, elencando objetivamente os itens de maior relevância para aferir pontuação como capacitação e da experiência do licitante, além de atribuir critérios para a qualificação econômico-financeira, de modo que a proposta de preço reflita não somente o custo com o objeto do presente Termo de Referência, mas que a licitante demonstre ter condições para a sua execução, sob risco de comprometer a condução das atividades para a Administração Pública. (Art. 37 da LF 14.133).

O objeto do presente Termo de Referência corresponde a serviços especiais e obras de engenharia no âmbito da arquitetura e engenharias, pois os valores estimados para a sua execução superam o limite indicado no inciso XXII do Art. 6º da LF 14.133.

Prazo de execução: 30 (trinta) meses ou 900 (novecentos) dias, contados da data fixada na Ordem de Serviço.

Prazo de Vigência do Contrato: 30 (trinta) meses contados a partir da data da assinatura do Termo de início.

A área estimada de intervenção é de 7.100.00 m².

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**, nos termos dos artigos 196 a 200 da Constituição Federal, 234 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Guarulhos e da Lei federal n. 8080/1990, tem como atribuição promover ações para proteger e recuperar a saúde

da população, através do Sistema Único de Saúde – SUS. O SUS é um instrumento que demanda por planejamento, organização, controle de qualidade, e ações de Políticas Públicas de saúde, cuja meta é dar sustentação ao próprio sistema, que também é mantido com o fortalecimento do controle social, alinhamento sempre atualizado com pesquisas e estudos na área de saúde, buscando sempre que possível incorporar novas tecnologias, para que as demandas da população sejam sempre sanadas, com a devida qualificação dos equipamentos públicos de saúde.

Para fazer frente a essa demanda, a Prefeitura pretende construir o Hospital São João, de acordo com as melhores e mais modernas práticas existentes no setor de medicina, proporcionando às equipes médicas e administrativas envolvidas no atendimento à população, a infraestrutura de ponta para o ambiente de trabalho, o que gerará vantagens para os usuários do serviço de saúde municipal.

Portanto faz-se necessária a condução estratégica pela modalidade de Contratação Integrada, pois desta maneira, a gestão municipal alcançará no menor tempo, relacionar a proposta (projeto), com a prática (obra), pois a mesma empresa ou consórcio, responderá tecnicamente pela execução, entregando as soluções e os resultados esperados para a construção do hospital.

Dos sete regimes de contratação listados no artigo 46 da LF 14.133/21, o regime de Contratação Integrada se mostra o modelo mais adequado. Em primeiro lugar, pois ele permite que os projetos sejam elaborados pela mesma empresa ou consórcio responsável pela execução da obra e dos serviços correlatos, o que tende a gerar ganhos na sinergia entre essas fases.

Em segundo lugar, essa modalidade de contratação permite que a Administração tenha contato com práticas de projeto e construção modernas, muitas vezes não conhecidas dos agentes públicos. Com efeito, nas empreitadas tradicionais (preço unitário, global ou integral), é necessário que a obra seja licitada com todos os projetos que, por sua vez, foram elaborados por engenheiros ou arquitetos da Prefeitura ou por empresas contratadas, de acordo com as diretrizes rígidas dos respectivos editais. Trata-se de fórmula que remete a um sistema hermético, no qual acaba-se por contratar as mesmas tecnologias e formas de execução que a Administração está habituada.

No caso da contratação integrada, por outro lado, a licitação apenas com o anteprojeto permite que a expertise do particular traga maiores graus de inovação e das melhores práticas no mercado, pois os projetos básico e executivo serão por ele executados, juntamente com as obras.

Ademais, esse regime transfere ao particular os riscos inerentes aos projetos básico e executivo, que, notoriamente, são causas de aditivos que aumentam os custos das obras públicas, além de gerarem disputas entre as partes, atrasando a execução.

Ressaltamos que a contratação prévia dos projetos básico e os executivos, para edificações complexas, e para novas edificações, seria possível, mas sem alcançar os mesmos resultados, em termos de emprego de tecnologia e de sinergia entre as fases de projetos, execução e entrega da obra em condições de uso pela Prefeitura. O destaque que aqui fazemos, é que estamos contratando a construção de uma Obra Nova de grande complexidade (Obras Hospitalares), em um local que faz divisa com uma Unidade de Pronto Atendimento e que, portanto, deve ter como critério de desenvolvimento de projetos e execução também o impacto gerado no entorno, de forma a não comprometer o serviço de saúde em andamento.

Quando elencamos o Modo de Contratação Integrada, estimamos de forma global, as demandas, que serão desenvolvidas durante os projetos básico e executivo, para que tenha o máximo de critério e objetividade, e isso só será possível após a realização de sondagens, laudos e estudos.

Portanto o modo escolhido nesta licitação, reflete sobre a possibilidade de se trabalhar com projetos executivos de forma parcelada e paralela ao desenvolvimento concomitante das obras.

Assim, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS** por meio deste **Termo de Referência, relacionará as diretrizes e os programas de necessidades** para o Hospital, para que as licitantes tenham instrumentos para a compreensão e preparação de suas propostas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A proposta para construção do Hospital São João tem como finalidade proporcionar a população de Guarulhos, um atendimento de qualidade e ofertar serviços médicos especializados carentes na região. Deverá ser uma construção moderna, obedecendo aos critérios técnicos das RDC 50 e RDC 7, com uso dos recursos naturais, eficiência energética, uso das novas tecnologias para propiciar um atendimento humanizado e eficiente, permitindo o uso intensivo dos sistemas de informação e funcionamento em sua organização, dispondo de registros e arquivos totalmente digitalizados, apoiado num sistema potente e integrado, contando com infraestrutura sem fio que cubra todo Hospital, permitindo o acesso dos profissionais a informação de pacientes de qualquer ponto da Instituição. Conceito de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente com soluções construtivas inovadoras, como o uso de luz natural e energia limpa, utilizando as mais avançadas tecnologias em energia renováveis como energia fotovoltaica, reaproveitamento das águas pluviais e uso de materiais voláteis, recicláveis e reutilizáveis.

Atendendo a proposta assistencial o Hospital São João deverá contar com 120 leitos distribuídos da seguinte forma:

Prédio Principal

- Térreo: Emergência, Recepção do Hospital, Apoio técnico e administrativo, Ambulatório com 20 leitos de observação, Apoio ao Diagnóstico, SND e Refeitório.
- 1º Pavimento: Centro Cirúrgico com 3 salas de Cirurgia, Serviço de Endoscopia e Colonoscopia com Hospital Dia, e 10 leitos de UTI Adulto com um 1 leito de isolamento.
- 2º Pavimento: Laje técnica, CME, Laboratório de Análises Clínicas e Banco de Sangue.
- 3º Pavimento: Unidade de internação com 30 leitos.
- 4º Pavimento: Unidade de internação com 30 leitos.
- 5º Pavimento: Unidade de internação com 30 leitos.

Blocos Periféricos

- Portaria.
- Subestação de Energia.
- Central de Gases Medicinais.
- Central de Resíduos.

Critérios para implantação do Hospital:

Implantação do hospital otimizando as características topográficas do terreno visando aproveitar o perfil natural do terreno visando minimizar a movimentações de terra e evitar a construção de muros de arrimo.

Utilizar os critérios das RDC 50 e demais normas pertinentes ao uso da edificação. O prédio principal deverá contar com 3 elevadores sendo 02 de emergência e duas escadas de segurança. Deverá ser avaliado junto a gestão local a interligação da Upa São João (existente) com o novo Hospital São João.

Características Gerais

Acessos deverão ser diferenciados de pedestre de veículos, a partir dos quais serão definidos o fluxo do público ao Hospital. Sua concepção e design obedecerão às ordens urbanísticas municipais:

➤ **Acessos**

- Contará com estacionamento para veículos na área externos e subterrâneos com comunicação direta com vias de circulação externa;
- Contará com acesso exclusivo para acesso das ambulâncias ao Pronto Socorro;
- Serão instaladas vias (calçadas) com largura suficiente, com sinalizações e acessibilidade para pedestres.

➤ **Urbanismo**

- Pátios e entorno ajardinados;
- Aproveitamento ao Máximo de Luz natural e ventilação;
- Projeto arquitetônico que facilite o trabalho e permita o uso racional de recursos humanos;
- Cumprimento de toda a legislação que trata da segurança das edificações, normas do corpo de Bombeiros e etc.
- As áreas construídas deverão ser planejadas com os critérios de sustentabilidade anteriormente descritos, Climatização em todas as áreas;
- Sistema de segurança planejados com base nos alarmes e detectores de movimentos, sistema de controle de entrada e das áreas restritas, circuito fechado de TV;
- Sistema de portas corta fogo, detectores de fumaça, extintores de incêndio (mangueiras e borrifadores), acessibilidade para os bombeiros;

- Sistemas eficientes de distribuição de Gases medicinais, vácuo, vapor e ar comprimido assegurando um serviço contínuo.

Características próprias das Unidades de internação Adulto

- A distribuição dos leitos devera ter o melhor aproveitamento da luz natural;
- Os apartamentos deverão ter dois leitos e banheiro próprio com toda acessibilidade;
- A configuração dos andares deverá favorecer o uso compartilhado de espaços e dependências da unidade;
- O projeto deverá garantir que a distância máxima entre o posto de enfermagem e os quartos não seja superior a 30 metros, permitindo o controle visual de todos os quartos;
- Em cada unidade deverá contar com quartos que permitam o isolamento de pacientes contando com pressão negativa e eclusa;
- Os corredores deverão permitir a passagem simultânea de duas macas de transporte, luminosidade adequada, luminosidade gradual que permita o trabalho das equipes e proporcione descanso aos pacientes, corrimão de proteção arredondado em toda a extensão;
- Climatização em todas as áreas com ajuste individual de temperatura;
- Máxima luz natural nas áreas de uso comum dos pacientes e equipes de atendimento;
- Iluminação noturna nos quartos e corredores que não ofusque a visão e isolamento acústico;
- Utilização de cores claras e de efeito relaxante;
- Dispensador automático de medicamentos;
- Janelas dos quartos com abertura controlada de segurança;
- Piso que não reflita luz;
- Banheiros com total acessibilidade;
- Sistema de intercomunicação entre pacientes e equipe de enfermagem (acústico e visual) centralizada no posto de enfermagem com pontos extra em áreas comuns da enfermagem;
- Sistema de RCP através de sinal luminoso no lado exterior do quarto para acionamento do restante da equipe;
- Sala da equipe multiprofissional;
- Sala de acolhimento estar para pacientes e familiares;
- Sala de curativos;
- Telefonia móvel bidirecional verbal e imediata entre os profissionais;

- Posto de enfermagem área polivalente destinada ao atendimento a pacientes internados nas unidades, amplo para desenvolver as funções de forma técnica contando com material e documentação necessária;
- Área de preparação de medicação e outras intervenções terapêuticas contígua ao posto de enfermagem com espaço suficiente para estoque da medicação e permitir o trabalho de pelo menos duas pessoas;
- Dispor de área intermediária para limpeza e guarda de carrinhos de medicação;
- Iluminação sobre os balcões de preparo;
- Sala de utilidades; destinada a limpeza de materiais sujos e contaminados, dividida em duas áreas distintas uma para limpeza propriamente dita e outra para o armazenamento do material após a limpeza;
- Tubo pneumático para remessa bidirecional de amostras e medicamentos entre a unidade de internação e os serviços de apoio e documentos;
- Sala de apoio para enfermagem com controle por senha;
- Rede de informática e telefônica em todos os pontos de trabalho, conexão de WIFI em toda unidade;
- Sinalização visual de todas as dependências;
- Área contígua ao Posto de enfermagem para prescrição médica e multiprofissional;
- Área contígua ao Posto de enfermagem para trabalho da equipe de apoio administrativo com privacidade;
- Sanitários para os visitantes serão diferenciados por sexo e com acessibilidade;
- Sanitários para funcionários serão diferenciados por sexo e com acessibilidade;
- Depósito de Equipamentos e Materiais; espaço amplo para acomodar os equipamentos e manipulação dos mesmos (cadeiras de roda, macas, suportes, biombos, etc.), prateleiras para equipamentos menores e grupo de tomadas para equipamentos que necessitem permanecer a elas ligados;
- Rouparia; área localizada em cada pavimento destinada a guarda de enxoval limpo necessário a substituição dos leitos a guarda dos carrinhos de transportes
- Copa espaço destinado à guarda do carrinho térmico de refeição, dotado de monta carga direto da cozinha, para distribuição das dietas dos pacientes, dotado de pia para higienização das bandejas usadas, carrinho de resíduos para descarte posterior;
- Depósito de Material de Limpeza (DML); local destinado a guarda dos materiais de limpeza e carrinho para higienização dos quartos;
- Porta corta fogo mantidas fechadas, porém de fácil acesso.

Características próprias das Unidades de Tratamento Intensivo UTI adulto

As Unidades de Cuidados Intensivos são destinadas a pacientes que necessitam de assistência médica e de enfermagem que requerem monitorização contínua e cuidados de suporte a vida, obedecendo as especificações da RDC 7 permitindo tratamento rápido com medicamentos e intervenções necessárias.

Os leitos de pacientes críticos são situados em quartos Individuais contendo toda estrutura para qualquer procedimento necessário, se possível com banheiros com total acessibilidade, permitindo o descarte dos fluidos individualmente, deverão todos ter total visibilidade da equipe, para tanto a parede frontal deverá ser inteira de vidro com pressão negativa, ter presença de luz natural, iluminação noturna confortável e gradual permitindo os procedimentos quando necessários e conforto ao paciente;

- A área de trabalho da equipe deverá ser centralizada facilitando a visibilidade e o pronto deslocamento a qualquer paciente, contará com central de monitoramento e tubo pneumático conectado aos serviços de apoio;
- Os corredores deverão ser amplos pra permitir o transporte de pacientes e equipamentos;
- Todas as Unidades Críticas deverão obrigatoriamente estar ligadas ao Gerador para alimentação ininterrupta de eletricidade da unidade e dos Equipamentos;
- A Unidade Adulto contará com equipamento de hemodiálise que deverá ser instalado em qualquer um dos quartos;
- A climatização deverá ser independente do restante do Hospital obedecendo a regulamentação específica;
- - Deverá ter área específica para descanso da enfermagem de acesso restrito com presença de luz natural;
- Deverá ter área específica para descanso da equipe médica com acesso restrito contando com sala de descanso e dormitórios duplos com banheiro próprio com total acessibilidade;
- Iluminação artificial confortável e gradual permitindo os procedimentos quando necessários e conforto ao paciente;
- A área de trabalho da equipe deverá ser centralizada facilitando a visibilidade e o pronto deslocamento a qualquer paciente, contará com central de monitoramento e tubo pneumático conectado aos serviços de apoio;
- Os corredores deverão ser amplos pra permitir o transporte de pacientes e equipamentos;
- Todas as Unidades Críticas deverão obrigatoriamente estar ligadas ao Gerador para alimentação ininterrupta de eletricidade da unidade e dos Equipamentos.
- A Unidade Adulto contará com equipamento de hemodiálise que deverá ser instalado em qualquer um dos quartos;
- A climatização deverá ser independente do restante do Hospital obedecendo a regulamentação específica;
- - Deverá ter área específica para descanso da enfermagem de acesso restrito com presença de luz natural;
- Deverá ter área específica para descanso da equipe médica com acesso restrito contando com sala de descanso e dormitórios duplos com banheiro próprio com total acessibilidade;
- Espaço específico para área administrativa e guarda de Documentos;

- Área para limpeza e saída separada para não haver contaminação (DML);
- Copa para distribuição de dietas para pacientes que a recebam, seguindo as especificações gerais;
- Sala de espera para visitas e familiares confortável, onde terão as informações sobre a evolução do seu ente querido.

Características próprias do Atendimento de Urgência e Emergência

Espaço destinada ao atendimento de urgência e emergência de pacientes oriundos das unidades de referência, SAMU e COBOM, dividido em adultos e pediátrico contendo acesso direto das ambulâncias e espaço para familiares aguardar informações, contará com dois acessos separados para adultos e pediátrico.

Área para **atendimento adulto** deverá conter as seguintes funcionalidades:

- Sala de emergência (vermelha) com capacidade para até 3 atendimentos simultâneos;
- Sala para estabilização dos pacientes oriundos da Sala Vermelha com capacidade para 10 pacientes e 01 isolamneto com posto de enfermagem com total visibilidade;
- Sala de Observação masculina dividida em boxs individuais com capacidade para 10 pacientes e 01 isolamento composto de enfermagem com total visibilidade;
- Sala de observação feminina dividida em box individuais com capacidade para 10 pacientes e um isolamento e posto de enfermagem com visibilidade total;
- Sala de procedimentos cirúrgicos (ex. Sutura);
- Sala de procedimento ortopédicos.

Disposições Gerais

- O serviço permitirá um acompanhante por paciente nas salas de observação, cirúrgica e ortopédica;
- A área administrativa será localizada próximo aos acessos;
- O processo de registro será automatizado baseado de prontuário eletrônico do paciente;
- Haverá um espaço para macas e cadeiras de rodas a espera de utilização;
- Acesso da Ambulância direto a sala de emergência;
- Posto de Enfermagem: local onde se centraliza a supervisão dos pacientes atendidos concentra o trabalho da equipe de plantão (médicos e enfermagem) com maior visibilidade possível, espaço amplo que permita a realização das tarefas de diagnóstico, registro, observação e com área adicional para o preparo das prescrições e guarda de medicamentos e equipamentos necessários;
- Sala de estar da equipe médica localizada em área anexa a de atendimento do pronto socorro, espaço confortável com banheiros feminino e masculino com acessibilidade com acesso restrito;

- Sala de estar para equipe de enfermagem anexa ao pronto socorro, espaço destinado ao descanso e relaxamento dos funcionários que não podem se ausentar da área de atendimento, espaço confortável com banheiros feminino e masculino com acessibilidade e acesso restrito;
- Salas Administrativas para atendimento do Serviço Social, Supervisão de Enfermagem e Chefia Médica, todas localizadas anexas ao Pronto Socorro Posto de informações destinado a informar com privacidade os familiares, além de ter a função de acolhimento em situação de luto, deve estar em área anexa a recepção;
- Depósito de equipamentos e materiais destinados à guarda dos aparelhos usados na respectiva área;
- Rouparia para guarda dos enxovais necessários ao setor;
- Depósito de material de limpeza (DML), destinado a armazenar material de limpeza;
- Copa, espaço destinado à guarda do carrinho de dietas para distribuição dos pacientes com prescrição de dietas;
- Área de desembarque das ambulâncias: são espaços destinados as ambulâncias que trazem pacientes para atendimento;

Bloco Cirúrgico

Corresponde a área onde serão realizadas as intervenções cirúrgicas programadas e de urgência composto por 03 salas cirúrgicas. Recuperação pós anestésica com 06 leitos.

A organização funcional deverá obedecer a RDC 50, esta distribuída em áreas:

- **Não restrita** que é composta por recepção, sala de espera de familiares e sala de informação e vestiários dos funcionários;
- **Semi restrita** que é composta de descanso dos funcionários, RPA;
- **Restrita** que é composta por salas cirúrgicas, sala de equipamentos e materiais estéreis, enxoval esterilizado e lavatórios;
- **Área suja** para descarte do material usado nos procedimentos cirúrgicos. Permite:

- **Fluxo de Pacientes e materiais:** os pacientes entrarão no centro cirúrgico através de transferência de maca do bloco cirúrgico, sendo encaminhado à sala cirúrgica, quando ao término do procedimento, o paciente será conduzido a RPA até que esteja recuperado para ser transferido para unidade de internação pertinente. Os materiais deverão ser entregues pela CME de acordo com o mapa cirúrgico do dia, colocados em espaços destinados para tal e distribuídos de acordo com cada procedimento a ser realizado, ao término, o material deverá ser acondicionado em caixas fechadas e transferidos para área suja da CME, as roupas deverão ser descartadas por fluxo próprio.

- **As Salas Cirúrgicas** deverão em média ter de 40 a 45m² e no mínimo 3,3m de altura, contar com portas hidráulicas de fácil manuseio e que permita passagem de equipamentos grandes quando necessário, que sejam fáceis, de serem fechadas em caso de contaminação ou de manutenção, as réguas de gases deverão estar em duas paredes opostas.

Deverá ter iluminação regulável e pelo menos duas salas deverão ter as paredes chumbadas possibilitando o uso de equipamentos de robótica e radiológicos.

- **Área de Recuperação Anestésica, (RPA)** deverá ter capacidade para 06 leitos separados por cortinas móveis com posto de enfermagem com visibilidade total e com saída para área de transferência.

- **Área de escovação** são espaços para lavagem das mãos da equipe cirúrgica compartilhada por duas salas, contendo pia com cuba alta, torneiras com fechamento com o cotovelo e temperatura regulável.

- **Vestiários** dos funcionários e equipe médica, de acesso restrito, dividido em masculino e feminino com armários e banheiros, de acordo ao número de funcionários, em torno de 30 por período, deverão ser amplos e confortáveis.

- **Sala de estar** dos funcionários com acesso externo e interno amplo que possa acomodar pelo menos 15 pessoas, anexo aos vestiários devendo ter suporte de informática para realização de relatórios e consultas, material que serão usados nos procedimentos cirúrgicos.

- **Depósito** destinado ao armazenamento de aparelhos radiológicos móveis, tais como Microscópio cirúrgico, componentes das mesas cirúrgicas, videolaparoscopias e outros itens.

- **Depósito de materiais estéreis** deverá comportar carrinhos de enxovais e de material que serão usados nos procedimentos cirúrgicos.

- **Sala de utilidades** à área suja do bloco cirúrgico deverá receber as caixas do material contaminados pós-cirúrgico e os materiais que serão destinados ao descarte correto, deverá ter um acesso direto para a área suja da CME e área de descarte do material contaminado.

- **Depósito de Material de Limpeza (DML)** espaço destinado ao armazenamento dos materiais de limpeza e carrinhos que serão usados para limpeza do centro cirúrgico.

- **Área de espera** para familiares espaço confortável de preferência com iluminação natural contando com espaço reservado para informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes.

- **Departamento de Diagnóstico por Imagem**

Área destinada à realização de exames por imagem de pacientes internados e ambulatoriais, atendendo as especificações arquitetônicas de acordo com a RDC 50.

O serviço estará disponível 24hs para permitir os exames de urgências Composto por:

- Radiologia digital intervencionista;
- Radiologia convencional;
- Ecocardiografia;
- Ultrassonografia;
- Tomografia computadorizada;
- Salas de telecomando; Contará com:

- **Sala de espera** para exames ambulatoriais onde pacientes e acompanhantes aguardarão os exames, deverá ser amplo e com banheiros feminino e masculino com

acessibilidade;

- **Posto administrativo** permitindo desenvolver o trabalho e o atendimento aos usuários;
- **Laudos e as imagens** estarão disponíveis na base de dados do Hospital e acessíveis nos terminais credenciados;
- **Área limpa** utilizada para preparação de materiais, medicação e contrastes;
- **Área Suja** utilizada para limpeza, custódia e retirada de material contaminado;
- **Sala** para guarda de equipamentos;
- **DML** espaço para guarda de material de limpeza e carrinho de limpeza;
- **Sala administrativa** destinada a equipe médica para elaboração de laudos; consulta a outros profissionais e descanso com banheiros anexo, de preferência com luz natural;
- **Sanitários** para funcionários diferenciados por sexo e com acessibilidade;

Unidades Administrativas de Serviços Médicos são áreas destinadas aos departamentos de gestão administrativa da Unidade, composto por gerenciamentos técnicos e administrativos.

Departamento Diretivo

- Sala para Direção Técnica deverá ser ampla, contendo espaço para escritório e mesa de reunião;
- Sala para Direção Médica deverá ser ampla, contendo espaço para escritório e mesa de reunião;
- Sala para Direção Administrativa deverá ser ampla, contendo espaço para escritório e mesa de reunião;
- Sala para Direção de Enfermagem deverá ser ampla, contendo espaço para escritório e mesa de reunião;
- Sala para Apoio Técnico deverá ser ampla, contendo espaço para escritório e mesa de reunião;
- Sala ampla para pool de servidores administrativos;
- Sala de Reunião para 20 pessoas.

Departamento de Recursos Humanos

São áreas destinadas a gestão administrativa de pessoas da Unidade, composto por gerenciamentos técnicos e administrativos.

- Sala da Diretoria de RH deveser ampla, contendo espaço para escritório e mesa de reunião;
- Sala de Apoio Técnico deverá ser ampla, contendo espaço para trabalho simultâneo de 6 funcionários;
- Sala para guarda de documentos;

- Sala para treinamentos e orientações aos funcionários;

Dormitório dos Médicos Plantonistas

Espaço que garanta conforto e tranquilidade, destinado ao descanso das equipes médicas de plantão nos diversos setores do Hospital em quartos duplos com banheiros completos e total acessibilidade. Sala de descanso com copa que possa receber em média quinze profissionais simultaneamente.

Áreas de apoio logístico Laboratório

Área destinada a prática de análises clínicas, integrada em rede com um laboratório de referência, com funcionamento 24hs por dia.

O laboratório terá comunicação com as unidades solicitantes por tubos pneumáticos, as amostras serão recepcionadas e processadas e os resultados fornecidos por meio eletrônico. As amostras de rotina serão encaminhadas ao laboratório de referência para o processamento.

O espaço deverá contar com:

- Sala de espera para os pacientes ambulatoriais onde pacientes e acompanhantes aguardarão;
- Sala administrativa destinada a equipe e descanso com banheiros anexo, de preferência com luz natural;
- A coleta dos exames, deverá ser amplo e com banheiros feminino e masculino com acessibilidade;
- Salas para coleta de exames;
- Posto administrativo permitindo desenvolver o trabalho e o atendimento aos usuários;
- O serviço estará disponível 24hs para permitir os exames de urgências;
- Área limpa utilizada para preparação de materiais;
- Área Suja utilizada para limpeza, custódia e retirada de material contaminado;
- Sala para guarda de equipamentos;
- DML espaço para guarda de material de limpeza e carrinho de limpeza.

Farmácia

Área destinada aos serviços de farmácia hospitalar tem três funções básicas:

➤ Função administrativa: gestão de compras, controle de estoque, controle de dispensação e análise de custos;

➤ Função de atendimento e dispensação de medicamentos e atividades de farmácia clínica nas unidades de internação;

➤ Dispensa de medicação a pacientes

ambulatoriais. Os espaços deverão contar com:

- Área técnica, de logística, de guarda de medicamentos e área para trabalho dos

funcionários;

- Os pedidos de medicamentos proveniente das unidades de internação serão recebidos via digital e preparados pela equipe para dispensação;
- Armários com sistema de liberação automática (farmácia ambulatorial) e carrinhos para dispensa automática para as áreas de urgência;
- Sala para recepção dos pedidos e dispensa dos fármacos entregues ambulatorialmente;
- Sala para depósito de fármacos especiais (psicotrópicos, anestésicos, etc.);
- Sala para armazenagem de fármacos termoláveis;
- Espaço para guarda e preparação dos carrinhos de dose unitária;
- Sala administrativa para chefia da farmácia;
- DML espaço para guarda de material de limpeza do serviço.

Serviço Arquivo Médico e Estatística

Caracteriza-se por área destinada a gestão de documentação clínica, controle da qualidade da informação e o processamento nela contida. Tem a função de digitalizar, classificar, indexar, providenciar o faturamento e emitir relatórios gerenciais e estatísticos e epidemiológicos da Unidade e também permitir o acesso e consultas aos prontuários médicos.

Composto por postos de trabalho flexíveis que permitam:

- Arquivo documental;
- Digitalização dos processos;
- Sala para consulta pela comissão de prontuários e emissão de relatórios;
- Sala para coordenação administrativa;
- Sala para relaxamento da equipe com banheiros masculinos e femininos com acessibilidade;
- Sala destinada à gestão de internação e recepção de documentação;

Área de Informática

Espaço destinado a tecnologia da informação do Hospital. Controle de funcionamento de computadores, servidores, da aplicação de dados, formação no desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias e suas aplicações.

Os espaços contarão com:

- Sala de trabalho simultâneo de pelo menos 3 funcionários;
- Sala para guarda dos equipamentos;
- Sala para estabilizadores;

SND

Espaço destinado a preparação das refeições de pacientes, funcionários e

acompanhantes Contarão com:

- Espaço para preparação dos alimentos;
- Espaço para servir alimentação aos funcionários e acompanhantes;
- Espaço para recebimentos de viveres;
- Espaço para guarda dos carrinhos de distribuição das refeições dos pacientes nas unidades de internação;
- Espaço para área administrativa para controle dietético e administração;
- Banheiros diferenciados por sexo fora da área de trabalho.

Lavanderia

Espaço destinado ao armazenamento e distribuição de roupa hospitalar e uniformes, deverá contar com:

- Sala administrativa;
- Espaço para recebimento e armazenamento do enxoval hospitalar;
- Espaço para classificação e preparação para distribuição dos enxovais;
- Acesso externo para recebimento dos enxovais;
- Espaço para área suja onde será acumulada as roupas provenientes dos diversos setores, situado próxima a área de carga e descarga.

Limpeza e Desinfecção

Espaço destinado a coordenação dos serviços de limpeza e eliminação de resíduos.

Dotado de:

- Central de limpeza e desinfecção, espaço destinado ao armazenamento dos materiais e equipamentos de limpeza geral hospitalar;
- Central de resíduo espaço destinado à coleta, classificação e retirada dos diferentes tipos de resíduos gerados pelo hospital;
- Espaço destinado à coordenação dos trabalhos, treinamento e controle dos funcionários;
- Banheiros definidos por sexo e total acessibilidade.

Central de Instalações

Espaço destinado as instalações e equipamentos gerais do edifício, composto por central hidráulica, quadros elétricos, quadro de plantas, etc.

Deverão obedecer às normas técnicas de segurança e arquitetônicas necessárias a suprir todas as dependências do complexo hospitalar.

Almoxarifado

Área de armazenamento e distribuição dos insumos. Tem a função de receber,

conferir, armazenar e distribuir os produtos adquiridos para consumo do Hospital.

Deverá contar com:

- Plataforma de carga e descarga;
- Área destinada ao recebimento dos produtos;
- Área para armazenamento;
- Setor administrativo para controle dos estoques conferência de notas e emissão de relatórios;
- Sala administrativa da chefia;
- Banheiros divididos por sexo e com acessibilidade.

Centro Técnico de Segurança

Espaço destinado a acolher o serviço de segurança cuja função é a vigilância direta, o controle dos acessos e a vigilância indireta dos pontos estratégicos do hospital através do circuito interno

Deverá contar com:

- Espaço amplo, contando balcão de trabalho, central de monitoramento;
- Sala administrativa;
- Banheiros divididos por sexo com acessibilidade.

Necrotério

Área destinada a colocação dos cadáveres em condições apropriadas até o traslado aos serviços funerários

Dotado de:

- Geladeiras e espaço para movimentação de macas;
- Saída independente ao exterior afastada dos acessos dos pacientes;

Vestiários Centrais

Área destinada a troca de uniformes pelos funcionários com acesso restrito espaço amplo contendo:

- Vestiários masculinos e femininos;
- Banheiros em numero suficiente com duchas;
- Contêineres de uniformes sujos;
- Armários individuais usados no período de trabalho para guarda de pertences pessoais;
- Bancos para apoio.

Endoscopia

Espaço destinado a realização dos procedimentos endoscópicos de pacientes internados e ambulatoriais.

- Endoscopia Digestiva Alta;
- Colonoscopias;
- Broncoscopias;
- Procedimentos associados aos exames tais como: pulpectomias, com ou sem biopsias, escleroses, dilatação.

Deverá contar com:

- Salas para exames distintas (Centro cirúrgico hoje existente);
- Sala para preparo do Paciente;
- Espaço de espera dos Pacientes internados;
- Sala destinada a equipe para emissão de laudos;
- Descanso da equipe com banheiro anexo;
- Sala para limpeza e esterilização dos equipamentos;
- Sala para guarda dos equipamentos.

Consultas Ambulatoriais de especialidades

Espaço destinado ao atendimento ambulatorial de pacientes egressos pós alta hospitalar. Deverá contar com:

- Sala de espera ampla e confortável;
- Consultórios médicos diferenciados e indiferenciados;
- Sala de curativo;
- Posto de enfermagem;
- Acesso diferenciado da Unidade de Pronto Atendimento;

Atribuições e Áreas de Atenção

Atribuições ou Áreas de Atenção são conjuntos de atividades e subatividades específicas, que correspondem a uma descrição sinóptica da organização técnica do trabalho na assistência à saúde.

De acordo com a Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, ficam definidas as seguintes áreas de Atenção no Hospital São João em questão:

- Prestação de atendimento eletivo de promoção e assistência à saúde em regime ambulatorial - atenção à saúde incluindo atividades de promoção, prevenção, vigilância à saúde da comunidade e atendimento a pacientes externos de forma programada e continuada, ações.
- Prestação de atendimento imediato de assistência à saúde - atendimento a pacientes externos em situações de sofrimento, sem risco de vida (urgência) ou com risco de vida (emergência);

- Prestação de atendimento de assistência à saúde em regime de internação- atendimento a pacientes que necessitam de assistência direta programada por período superior a 24 horas (pacientes internos);
- Prestação de atendimento de apoio ao diagnóstico e terapia- atendimento a pacientes internos e externos em ações de apoio direto ao reconhecimento e recuperação do estado da saúde (contato direto);
- Prestação de serviços de apoio técnico- atendimento direto a assistência à saúde em funções de apoio (contato indireto);
- Formação e desenvolvimento de recursos humanos e de pesquisa- atendimento direta ou indiretamente relacionado à atenção e assistência à saúde em funções de ensino e pesquisa;
- Prestação de serviços de apoio à gestão e execução administrativa- atendimento ao estabelecimento em funções administrativas;
- Prestação de serviços de apoio logístico - atendimento ao estabelecimento em funções de suporte operacional.

Ambientações

- Todos os ambientes receberão revestimentos conforme a RDC 50, como indicados nas tabelas descritas no item anterior.
- As ambientações serão detalhadas no projeto executivo adotando-se cores claras e harmônicas, seguindo tons pastéis, nos pisos e paredes, além do cuidado com o design da marcenaria e projeto de luminotécnica, no sentido de criar ambientes acolhedores e assépticos.
- A escolha da manta vinílica hospitalar será o ponto de partida das ambientações dos ambientes hospitalares, com proposta de utilização de cores neutras e que permitam a liberdade das escolhas das tintas para a pintura das paredes.
- As cores das tintas serão apresentadas à Contratante para aprovação, sendo utilizada tinta acrílica hospitalar devido as suas características de limpeza e assepsia, além de serem antibacterianas. Nos ambientes da radiologia (imagem) – tomografias e raio-x, as paredes receberão argamassa em massa baritada, e pintura epóxi. As salas cirúrgicas receberão pintura epóxi na cor verde claro, por questões técnicas e de conforto a equipe cirúrgica.
- Os setores e unidades serão definidos por cores conforme detalhamento do Projeto de Comunicação Visual, de modo a facilitar a localização dos ambientes pelos pacientes, colaboradores e médicos.
- Os bate-macas serão em polipropileno de alto impacto e terão a função de proteção das paredes e de corrimão, nas circulações de pacientes.
- As portas serão revestidas em laminado, algumas com visores e estão consideradas portas revestidas em chumbo no caso das portas de ambientes da radiologia (imagem) – tomografias, raio-x. Deverá previsto visores plumbíferos nas salas de comando dos equipamentos da Tomografia e Raio-x.
- Porta, caixilhos, bate-macas, protetores de cantos, balcões, bancadas e armários de marcenaria fixa, pintura de forros, régua hospitalares serão brancas, para perfeita harmonização com a paleta de cores a ser escolhida para as unidades.
- Todas as áreas molhadas serão revestidas em porcelanato técnico no piso e porcelanato esmaltado nas paredes. Lavatórios de uso médico em ambientes de atendimento

terão as paredes protegidas por placa de laminado melamínico, na cor branca ou próxima ao tom da parede.

- Os pisos de áreas extremas como, manutenção, SND, Lactário, necrotério, almoxarifado, farmácia, CME entre outros serão em porcelanato técnico antiderrapante, com rodapé no mesmo material.

- Sanitários de uso público, com mais de 1 bacia, terão divisórias em laminado estrutural e perfis de alumínio.

- As ferragens das portas serão do tipo alavanca, para facilitar o acionamento pelo antebraço, quando necessário, com molas aéreas nas portas duplas das salas cirúrgicas e outros ambientes que devam ser mantidos fechados.

- Metais sanitários específicos para uso médico e atendendo aos conceitos de sustentabilidade ambiental, sendo em geral, do tipo hidromecânico temporizada, e no caso das torneiras dos lavatórios cirúrgicos, coma alavanca.

- Todos os acessórios definidos na NR 9050/2021 serão adotados nos sanitários e banheiros acessíveis.

LEGISLAÇÃO GERAL:

- RDC nº 51 ANVISA, de 06/10/2011.
- Instrução Normativa ANVISA nº 01, de 28/01/2013.
- NBR 9050/21, atualizada.
- SOMASUS – Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde.
- Código de Edificações e Licenciamento Urbano do Município de Guarulhos, Lei nº 6.046, de 05/11/2004.
- RDC nº 222 ANVISA, de 22/03/2018 GERENCIAMENTO DE RESIDUOS
- Instrução Técnica nº 01/2019 Corpo de Bombeiros
- Instrução Técnica nº 11/2018 – Saídas de Emergência em Edifícios
- NBR 9070 – Saídas de Emergência em Edifícios
- Outras Instruções Técnicas pertinentes e complementares
- NBRs de Projeto e Execução de Obra

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:

- **URGÊNCIA/EMERGÊNCIA**

PORTARIA GM/MS nº 2.048, de 05/11/2002

RDC nº 63 ANVISA, de 25/11/2011

- **UTI**

PORTARIA 551/MS/GM, de 13/04/2005

RDC nº 07 ANVISA, de 24/02/2010

PORTARIA GM/MS nº 930, de 10/05/2012

PORTARIA GM/MS nº 3.432, 12/08/1998

RDC nº 63 ANVISA, de 25/11/2011

- **CME**
RDC nº 15 ANVISA, de 15/03/2012
RDC nº 63 ANVISA, de 25/11/2011
- **ALIMENTOS**
RDC nº 211/20214 ANVISA,
Instrução Normativa nº 04/2014, DODF nº 160, 19/08/2015, págs. 11 a 16
- **ENDOSCOPIA**
RDC nº 06 ANVISA, de 01/03/2013
RDC nº 63 ANVISA, de 25/11/201
- **LABORATÓRIO DE ANÁLISES**
CLÍNICAS RDC nº 11 ANVISA, de
26/11/2011 RDC nº 63 ANVISA, de
25/11/2011 RDC nº 302 ANVISA, de
13/10/2005

5. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência estabeleceu os parâmetros para a definição da modalidade de contratação. Sua definição:

"Contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré- operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto; (Inciso XXXII, Art.6º, LF 14.133)

Portanto, a empresa CONTRATADA deverá compreender integralmente a demanda para o objeto contratado, entregando:

- Projetos Básicos;
- Projetos Executivos;
- Execução dos serviços e obras de engenharia.

Execução de todas as etapas e ações necessárias, bem como cumprimento de todas as obrigações e condicionantes requeridas no processo de licenciamento ambiental da obra.

Todos os estudos, levantamentos, análises, coleta de dados e documentação técnica, necessários ao atendimento do escopo do objeto e elaborados pela CONTRATADA, tanto relativa a obras e/ou projetos, serão de direito da Prefeitura Municipal de Guarulhos, que deles se utilizará conforme melhor lhe convier, a qualquer tempo.

É vedado à CONTRATADA dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros quaisquer estudos, levantamentos, análises, dados coletados e documentação técnica, preparado ou recebido para a execução dos serviços e/ou obras, salvo com prévia autorização.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os Projetos Básico e Executivo além das obras deverão ser desenvolvidos de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em vigor.

Deverão ser observadas e atendidas todas as Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC's), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, especialmente a RDC nº50, RDC nº7, integralmente as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT, e devem atender às diretrizes, especificações e condições mínimas do programa de necessidades elaborado pela SS.

O Programa de Necessidade, é um documento esquemático que estabelece uma relação macro e básica para o desenvolvimento dos diversos tipos de estudos e projetos de engenharia necessários para a sua efetiva implantação, indicando a perspectiva da gestão por meio da SS, os procedimentos e etapas esperadas.

O Plano de Trabalho deve ser elaborado na inauguração das atividades, pois nele serão compreendidas e definidas as fases, a elaboração e apresentação dos resultados. Por princípio, trata-se do planejamento básico.

As Instruções de Serviço são documentos que fornecem a orientação geral para o desenvolvimento dos diversos Estudos, Projetos Básicos e Projetos Executivos integrantes de determinados tipos de projetos de engenharia, com indicação de procedimentos referentes às sucessivas etapas técnicas a serem cumpridas, incluindo objetivo, fases, elaboração e apresentação de resultados.

A Contratada poderá subcontratar parcelas de serviços, desde que não ultrapasse 30% (trinta por cento) do valor total do contrato. A subcontratação estará condicionada à prévia e expressa autorização da Administração, que deverá ser solicitada formalmente e com a devida justificativa.

A subcontratação não exime a Contratada de sua responsabilidade integral pela execução do objeto perante a Administração. A Contratada será a única responsável por todas as obrigações contratuais, civis e trabalhistas, decorrentes das atividades executadas pela subcontratada.

A empresa a ser subcontratada deverá comprovar qualificação técnica compatível com a parcela dos serviços a ser executada. A Contratada deverá apresentar a documentação necessária para a análise e aprovação da Administração antes de iniciar a subcontratação

É vedada a subcontratação do objeto já subcontratado.

A Administração se reserva o direito de fiscalizar e auditar a execução dos serviços realizados pela subcontratada a qualquer tempo, com o objetivo de garantir a qualidade e o cumprimento das especificações técnicas e demais condições do contrato.

6.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A empresa CONTRATADA deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios indicados abaixo:

Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;

Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;

Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso

racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;

Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;

Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos;

Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;

Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos e ou garrafas pessoais;

Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999;

Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 001, de 08 de março de 1990, principalmente quanto à produção de ruídos;

Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação de empresas que tenham certificação ou compromisso ambiental;

Atendimento às Instruções de Serviços e Instruções Normativas vigentes.

A CONTRATADA deverá observar o disposto no Decreto nº 7746/2012, Lei nº 12.305/2010, suas atualizações, legislação e demais normas ambientais, no que tange os critérios e práticas de sustentabilidade, de modo que suas ações tornem o contrato sustentável.

A CONTRATADA deverá ainda observar o disposto no art. 45 da Lei nº 14.133/2021 o qual cita que as licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:

I - Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais;

IV - Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - Acessibilidade para o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em suma, os preceitos apresentados neste Termo de Referência e Anteprojeto são referenciais, e constituem a síntese das expectativas quanto à qualificação dos hospitais, portanto os níveis operacionais, de qualidade, segurança e durabilidade mínimos que deverão

ser alcançados pela CONTRATADA, e dada condição macro dos planos de massa, a CONTRATADA poderá apresentar propostas de soluções diferenciadas das referenciais, desde que comprovadamente garantam ao objeto níveis iguais ou superiores de operacionalização e aceitas pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**.

6.2. PRAZOS

Os prazos para elaboração dos projetos e execução das obras deverão, em seus limites, atender aos prazos determinados pela Administração no cronograma físico-financeiro anexo neste Termo de Referência.

Os prazos para o cumprimento de metas associadas referentes à execução das obras serão aqueles estabelecidos em cronograma físico proposto pela CONTRATADA e aprovado pelo CONTRATANTE.

A elaboração dos Projetos Básico e Executivo completos e a Execução das Obras em sua totalidade, deverão se ocorrer no período de 900 (novecentos) dias consecutivos, dos quais são estimados 180 (cento e oitenta) dias para elaboração e aprovação dos Projetos.

Dada complexidade do objeto contratado, admite-se que algumas etapas de projeto, poderão ocorrer concomitantemente à execução das obras, sendo vedada a execução de qualquer alteração na unidade de saúde, sem a aprovação prévia do Projeto Executivo pela CONTRATANTE, e conforme previsto no §1º do artigo 46 da Lei Federal 14.133 de 2021.

Cabe destacar que algumas atividades inerentes a obra independem de projeto executivo. Essas atividades deverão estar devidamente relacionadas no Plano de Trabalho proposto pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE.

O Prazo de Vigência do Contrato, será de 900 (novecentos) dias, contado a partir de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

Ordem de Início de Serviços será dada pelo Secretário Municipal da Saúde, e ou área técnica designada.

A ordem de início dos serviços inaugural ocorrerá em até 2 (dois) dias úteis, após a assinatura deste Termo de Contrato.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, eventual prorrogação de prazos e ou ajustes de cronograma poderão ser admitidos, desde que devidamente justificados, e em atendimentos aos critérios de risco, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, restando à Administração a abertura de Processo de Apuração de Responsabilidade - PAR para a definição de possíveis sanções administrativas.

O prazo de garantia contratual da obra é aquele estabelecido no artigo 618 do Código Civil.

6.3. INÍCIO DAS ATIVIDADES

No prazo máximo de 5 dias corridos após a assinatura do Contrato, deverá ser emitida a Ordem de Serviço autorizando o início dos trabalhos. Os prazos de execução e de vigência serão contabilizados a partir deste momento.

No caso de ausência de manifestação da CONTRATANTE durante este período, estes

prazos passarão a contar a partir de 5 dias corridos da assinatura do contrato.

No prazo máximo de 2 dias úteis após a emissão da Ordem de Início de Serviços, será realizada reunião inicial de alinhamento onde serão tratados assuntos gerais do Contrato, assim como expectativas quanto ao andamento das atividades. A CONTRATADA apresentará seu plano de trabalho para atendimento aos prazos apresentados no cronograma anexo a este Termo de Referência.

No prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá protocolizar documento formal de indicação de preposto, a ser aceito pela Administração e mantido atualizado durante toda a execução contratual, conforme Art.º 118 da Lei nº 14.133/2021.

A emissão de Ordem de Início, passará a integrar este contrato e na qual será definida a data de início da execução dos serviços, respeitada a vigência contratual.

Dada a Ordem de Início dos serviços, a CONTRATADA se responsabiliza por todas as tratativas de serviços complementares, isto é, elaborar o projeto básico e executivo, em atendimento à todas as cláusulas contratuais, incluindo a necessidade de eventual estudo de contaminação de solo e seu devido acompanhamento e ou tratamento a ser previsto no projeto, caso a Secretaria da Saúde vier a solicitar, bem como, de toda a tramitação para obtenção de licença ambiental caso seja pertinente e imprescindível para a execução do objeto contratado.

Considerando que as atividades serão executadas em etapas, haverá a emissão de Ordem de Serviços para cada fase do plano de trabalho, com a respectiva emissão do Termo de Recebimento Provisório após a conclusão de cada evento, até o recebimento definitivo dos todos os serviços contratados.

Os prazos para o cumprimento de metas associadas referentes à execução dos serviços, serão aqueles estabelecidos em cronograma físico proposto pela CONTRATADA e aprovados pela CONTRATANTE.

6.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

Indicar um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá

notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para

o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais inconsistências, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com o Anexo XI, item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento/a execução em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, e com as especificações do Edital e seus anexos.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto desta licitação.

Efetuar o pagamento nas condições e nos preços pactuados.

Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme aprovação dos produtos.

Constituem direitos e prerrogativas da SS, além do previsto em outras Leis, o constante do Artigo 104 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e no que couber, os normativos e instruções sobre contratações de obras e serviços de engenharia vigentes na SS, os quais a CONTRATADA aceita e aos quais se submete.

6.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa vencedora da licitação será responsável pelo cumprimento integral das exigências constantes do Edital, das normas e especificações de serviços da SS, pertinentes ao projeto das obras, assim como pelas demais atribuições descritas neste Edital.

Manter o(s) Profissional(is) que comprovou(varam) ter capacidade técnica para habilitar a empresa no procedimento licitatório durante todo o período efetivo de execução das respectivas etapas dos serviços para os quais foram habilitados.

Manter a quantidade e especialidade de profissionais tecnicamente habilitados para acompanhar o ritmo dos trabalhos executados pela consultora.

Manter, durante todo o período da execução efetiva dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Manter a quantidade de equipamentos de topografia, de laboratórios, de veículos e de outros que se fizerem necessários, assim como a quantidade de imóveis e de mobiliário necessários e suficientes para o perfeito desenvolvimento dos serviços.

Elaborar o cronograma, detalhando todas as etapas de execução dos serviços dentro da metodologia que será adotada pela empresa, dentro dos prazos estabelecidos para sua conclusão, permitindo a análise e aprovação da fiscalização da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**.

Sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato, comprovar a vinculação dos funcionários ao Contrato.

Providenciar, junto ao Conselho de Classe competente da Unidade da Federação, onde se localizam os serviços, o devido registro da Responsabilidade Técnica – ART/RRT, relativos aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho das tarefas.

A inadimplência da Licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do Contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a SS, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a Licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**.

Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital.

Quando da contratação de profissionais para serem vinculados ao Contrato que será celebrado com **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS** a empresa vencedora deverá cumprir as exigências Sindicais e/ou de Conselhos Profissionais quanto aos valores mínimos de salários estabelecidos para a categoria profissional correspondente.

Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem

a regularidade, perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal, do domicílio ou da sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

A CONTRATADA deverá informar anualmente à CONTRATANTE, a sua opção tributária durante o período de vigência do contrato.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e pelas demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, de segurança e de bem-estar no trabalho.

Prestar todo esclarecimento ou toda informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e as especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar estes sem limitações.

Os direitos autorais da solução do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, são exclusivos da CONTRATANTE, ficando proibida a sua utilização sem autorização expressa desta, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

O não atendimento das solicitações feitas pela fiscalização será considerado motivo para apuração de responsabilidade, podendo a Administração, inclusive, aplicar as sanções contratuais.

Providenciar junto ao CREA e ou CAU os Registros de Responsabilidade Técnica

referentes ao objeto do contrato e às especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes.

Obter, junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, os ensaios, os exames e as provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, dos serviços e dos equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e nos demais documentos anexos.

Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos por esta Lei, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Implantar obrigatoriamente, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, Programa de Integridade, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento. (§ 4º, do Art. 25, da LF 14.133).

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

O prazo estimado para elaboração e aprovação dos Projetos Básico e Executivos será de **180 dias** consecutivos contados a partir da Ordem de Serviço.

Serão admitidos prazos diferenciados para as demandas que dependam de órgãos de controle e regulamentadores externos, como concessionárias públicas, agências ambientais, etc.

A Administração (CONTRATANTE), é dispensada da elaboração de projeto básico nos casos de contratação integrada, hipótese em que deverá ser elaborado anteprojeto de acordo com metodologia definida em ato do órgão competente, observados os requisitos estabelecidos no inciso XXIV do art. 6º da LF 14.133.

Art.46 § 3º, LF 14.133, na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração (CONTRATANTE), que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico.

7.2. PROJETO BÁSICO (Inciso XXV, Art.6º, LF 14.133, texto da lei, adaptado para este TR.)

Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para

definir e dimensionar a obra ou os serviços, a seguir as diretrizes do programa de necessidades, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a)** levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;
- b)** soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;
- c)** identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis;
- d)** informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra;
- e)** subsídios para montagem do plano e gestão da obra, que compreenda a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados que se fizerem necessários;
- f)** orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados;

7.3. PROJETO EXECUTIVO (Inciso XXVI, Art.6º, LF 14.133, texto da lei, adaptado para este TR.)

Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes;

Desta forma, caberá à CONTRATADA a elaboração dos Projetos Executivos de Arquitetura e Engenharia, necessários e satisfatórios à execução do empreendimento, com nível máximo de detalhamento possível de todas as suas etapas. Para tanto, deverão ser respeitados e levados em consideração os parâmetros técnicos aferidos em normas vigentes.

Na elaboração do Projeto de Arquitetura, os traçados e soluções deverão ser executados de acordo com os projetos básicos aprovados pela Secretaria da Saúde, para desta forma, evitarmos grandes alterações no Projeto Executivo.

Após aprovado o projeto pela CONTRATANTE, eventuais alterações deverão ser rigorosamente justificadas e discutidas com PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS, para de alguma forma avaliar o impacto pela revisão. Os riscos associados estão indicados na matriz de riscos.

A CONTRATADA, poderá propor inovações ao Anteprojeto elaborado pela CONTRATANTE em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados.

A elaboração do Projeto Executivo deverá seguir o que dispõe os normativos em vigor no âmbito da Saúde e das demais normas aplicáveis, com destaque para o seguinte:

Código de Edificações e Licenciamento Urbano do Município de Guarulhos LEI 6.046 de 05 de novembro de 2004;

Normas relativas à avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

Normas relativas à acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Normas relativas à utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.

Normas e Instruções a serem utilizadas não serão limitadas às citadas, cabendo à CONTRATADA a verificação de existência de normas/manuais nos órgãos e intervenientes envolvidos. Não será aceita como justificativa o desconhecimento existência de normatização.

Cabe observar que os dados fornecidos neste Termo de Referência, não eximem a CONTRATADA, da necessidade de realização de novos levantamentos e estudos para a elaboração do Projeto Executivo, realizando a atualização e/ou complementação do que se fizer necessário.

O Projeto Executivo assegurará ampla apresentação dos Projetos/Estudos: Geológicos e Geotécnicos, Topográficos, Hidrológicos, Operacionais, Componente Ambiental, Geométrico, Interferências com Sistema Viário e Serviços Públicos, Pavimentação, Terraplenagem, Drenagem, Sinalização, Iluminação, Obras Complementares, Projeto Ambiental, Especificação de Serviços e Materiais, Quantitativo e Orçamentos e Plano de Execução.

O Projeto Executivo incluirá memórias de cálculo de dimensionamento, especificações de serviços e plano de execução de toda a obra, considerando ainda, a questão logística para sua execução.

As revisões de projeto, por qualquer motivo, inclusive os decorrentes da necessidade de adição de elementos, são de responsabilidade da CONTRATADA.

O não atendimento às solicitações da CONTRATANTE para revisão dos projetos ensejarão descumprimento do objeto contratual.

Destaca-se que o projeto deverá prever as medidas preventivas e de mitigação para cumprimento da legislação ambiental. Seguindo essa orientação, a CONTRATADA deve prever soluções no projeto de modo a atender as legislações vigentes, para a efetiva responsabilidade ambiental.

Os locais, quantidades e soluções técnicas finais, em relação às questões ambientais, serão determinadas no Projeto Executivo de Componente Ambiental a ser desenvolvido pela CONTRATADA, que deverá seguir as diretrizes e seguir as determinações e orientações do processo de licenciamento ambiental em seus respectivos estudos/planos desenvolvidos, sem prejuízo da necessidade de se seguir as demais orientações e normas aplicáveis.

Caso se faça necessária a supressão de vegetação, a CONTRATADA deverá elaborar os estudos necessário e pleitear a obtenção da Autorização para Supressão de Vegetação – ASV.

7.4. ALTERAÇÕES NO PROJETO DE ENGENHARIA

Haverá permissão para a CONTRATADA inovar em soluções metodológicas e tecnológicas desde que mantidas as características do objeto, sendo permitidas inovações nos meios e recursos utilizados para obtenção do melhor resultado.

As frações do empreendimento ou serviços em que a CONTRATADA inovar em soluções

metodológicas ou tecnológicas, deverão previamente serem aprovadas pela CONTRATANTE, para aprovação, devendo ser entregue para análise, um relatório técnico descritivo da solução a ser adotada.

As inovações tecnológicas que venham a ser apresentadas pela CONTRATADA precisarão ser discutidas nas fases dos Projetos, ocasião em que serão aprovadas as mudanças de concepção das soluções Projetuais.

A apresentação dessas soluções devem estar bem embasada, por meio de um Relatório Técnico, onde deverão constar os estudos e informações capazes de inferir que a inovação atende aos critérios de desempenho, vida útil e eficiência da solução indicada no Projeto de Engenharia. Além disso, deve ser apresentado estudo comparativo de custo de manutenção, quando couber. Desde que haja vantajosidade para a Administração, a CONTRATANTE poderá atualizar as especificações que possuem conflitos com as inovações metodológicas e tecnológicas propostas a fim de permiti- las.

A CONTRATADA assumirá automaticamente os custos adicionais advindos de alterações de soluções metodológicas ou tecnológicas previamente definidas em projeto básico, exceto em casos em que a alteração seja solicitada diretamente pela própria CONTRATANTE após a aprovação de projeto, ou cuja motivação e justificativas sejam formalmente aprovadas pela Administração.

A CONTRATADA será a responsável técnica pelo projeto executivo elaborado, assumindo toda e qualquer inconsistência não corrigida, se houver, sendo igualmente responsável pelas adequações e correções futuras, se necessário.

Ao final dos serviços, a CONTRATADA deverá fornecer informações à CONTRATANTE, necessárias à elaboração do Relatório Final da Obra, informando seu histórico e antecedentes, desde a fase de projeto, incluindo todos os eventos técnicos, administrativos e financeiros relevantes ocorridos, assim como fornecer indicações sobre alterações ocorridas no projeto e seus motivos, serviços necessários não realizados e recomendações para os serviços de conservação rotineira.

7.5. SERVIÇOS DE ENGENHARIA (Inciso XXI, Art.6º, LF 14.133, texto da lei, adaptado para este TR.)

Execução do conjunto de atividades necessárias à efetiva entrega do objeto deste termo de referência, e que atendam aos níveis de qualidade estabelecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS.

7.6. ORÇAMENTO E PLANO DE EXECUÇÃO

A elaboração do Orçamento deverá atender aos requisitos previstos para a efetiva implementação do programa de necessidades constante deste Termo de Referência.

Os Custos Referenciais deverão considerar preferencialmente as tabelas de preços públicos mais recentes.

Será admitida a elaboração dos custos de itens específicos por meio de COTAÇÃO, através da média de três orçamentos, e desde que devidamente justificada a sua necessidade.

Para fins de referência, estimamos o Valor Global, com base em contratações similares feitas pela Administração Pública, já acrescidos da taxa máxima de Bonificação e despesas

Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais, conforme demonstrado no ETP.

Cada licitante deverá apresentar sua proposta de preço, explicitando a Taxa BDI adotada e respeitando as alíquotas tributárias vigentes no município de Guarulhos.

A PLANILHA RESUMIDA, foi estruturada em 22 grupos que de forma GLOBAL, consolidam as etapas previstas para a execução do objeto deste termo de referência, sendo eles:

GRUPO	DESCRIÇÃO
1	SERVIÇOS PRELIMINARES / PROJETOS
2	INICIO, APOIO E CANTEIRO DE OBRA
3	MOVIMENTO DE TERRA
4	FUNDAÇÃO
5	ESTRUTURA
6	ALVENARIA E ELEMENTO DIVISOR
7	TELHAMENTO /ESTRUTURA / REFORÇO
8	REVESTIMENTOS
9	FORRO
10	ESQUADRIAS, BRISES, PORTAS, MARCENARIAS, VIDROS, CORRIMÃO
11	IMPERMEABILIZAÇÃO, PROTEÇÃO E JUNTA
12	PREPARO E PINTURA
13	INSTALAÇÕES ELETRICAS, ELETRICAS ESPECIAIS
14	GASES MEDICINAIS
15	INSTALAÇÕES HIDRAULICAS
16	DETECÇÃO, COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIO
17	CLIMATIZAÇÃO
18	PAVIMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL
19	ÁREA EXTERNA E PERIFÉRICOS
20	LIMPEZA E ARREMATE
21	PAISAGISMO
22	ADMINISTRAÇÃO/ MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA

A CONTRATADA deverá apresentar orçamento detalhado contendo a descrição, unidade de medida, quantitativo, preços unitários de todos os serviços da obra, acompanhado das respectivas composições de custo unitário, bem como do detalhamento de encargos sociais e da taxa de BDI.

O orçamento é composto, resumidamente, pela planilha orçamentária com as

descrições dos serviços, dos quantitativos, dos preços unitário e total, das composições de custo, do plano de execução da obra, do detalhamento dos custos de instalação de canteiro de obras, dos custos de mobilização de equipamento e dos custos de administração local. Esse conjunto de componentes representa a etapa final do projeto; por esse motivo, deve ser elaborado após todas as disciplinas do projeto estarem com seus quantitativos e serviços definidos.

O plano de execução de obras visa à apresentação dos parâmetros considerados para a obtenção da análise e verificação quanto à compatibilidade do plano estabelecido com os cronogramas físicos e ou eventos/etapas, correspondentes às atividades específicas afins, ao dimensionamento dos equipamentos e do pessoal técnico necessário.

Na execução de contrato administrativo deve haver documento específico para controle dos serviços prestados, para o fim de pagamento à contratada, que deverá conter a definição e a especificação dos serviços a serem realizados e as métricas utilizadas para avaliar o volume de serviços solicitados e realizados. (Acórdão TCU 1545 / 2008)

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/jurisprudencia-selecionada/JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-31064>

Elaboração da Apresentação de Plano de Obra/Serviços deve compreender todas as tarefas de plano de ataque dos serviços, dos cronogramas/Eventos e do dimensionamento e do layout das instalações necessárias à execução dos serviços, que deverá ser avaliado e aprovado pela CONTRATANTE.

7.7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA ORÇAMENTO

O orçamento deve ser elaborado e apresentado seguindo as premissas definidas pelo Sistema de Custos Referenciais de Obras de SINAPI/ CDHU/ SIURB e ou utilizado outras planilhas referenciais pública, mais recentes.

As Composições de Custos Unitários (CCUs) devem ser apresentadas compatíveis com o os bancos de dados oficiais das tabelas de preços públicos.

A CONTRATADA deverá avaliar a melhor posição para a localização das instalações de canteiro de obras, considerando aspectos logísticos, técnicos e econômicos, procurando otimizar as distâncias de transporte e relacionando a agenda operacional de cada unidade hospitalar, que deverá ser mantida em funcionamento.

A memória de cálculo das Distâncias Médias de Transporte (DMTs) deve estar detalhada no projeto e, ainda, deve estar compatível como diagrama linear de obras com localização das fontes de materiais.

A mobilização de equipamentos e mão de obra deve considerar àquela necessária para execução das dos eventos programados.

7.8. ESPECIFICAÇÕES GERAIS PARA PLANO DE EXECUÇÃO DE OBRAS

O plano de execução da obra deverá ser elaborado respeitando as premissas do pleno funcionamento da unidade hospitalar, portanto, o plano de ataque dos serviços deverá

considerar aspectos relativos ao clima e à pluviometria, ao apoio logístico, aos equipamentos mínimos e à mão de obra para a execução dos serviços, ao cronograma de utilização de equipamentos mínimos, à origem dos principais insumos, ao layout do canteiro de obras, aos itens para instalação e manutenção de canteiro de obras, considerando sempre que os eventos deverão ser previamente discutidos com a gestão local por meio da SS, articulando as agendas para não interromper integralmente o atendimento ao público por parte da unidade hospitalar.

7.9. FORMA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação dos Projetos deverá seguir as diretrizes da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS. Sendo livre os quantitativos de pranchas, desde que os produtos compreendam a integralidade dos serviços a serem executados, desde os relatórios e estudos técnicos, laudos, orçamentos, memórias de cálculos, até as peças gráficas.

As Peças Gráficas devem ser apresentadas em prancha formato A0, sendo admitido formato menor, desde que a escala adotada seja compatível com o elemento do projeto.

Os projetos deverão ser apresentados em meio digital (HD Externo ou equipamento compatível), devendo constar todos os arquivos editáveis: *.doc, *.xls, *.xlsx, *.dwg, *.bim ou similares, desde que intercambiáveis e também os respectivos arquivos no formato *.pdf excedam 50 Mb, solicita-se que os mesmos sejam também particionados em quantos volumes forem necessários para respeitar esse limite.

Deverá também ser entregue o checklist para atestação do cumprimento das especificações e exigências contratuais.

A capa da mídia digital deverá ser identificada e a gravação deverá seguir uma estrutura de arquivos em árvores.

A análise e a aceitação dos projetos por parte do Departamento de Infraestrutura da SS, deverão limitar-se a sua adequação técnica em relação aos parâmetros definidos neste instrumento.

Ressalte-se que os arquivos abertos manipuláveis e os arquivos gráficos em DWG/BIM devem guardar correlação com o projeto apresentado e manter os atributos dos arquivos para serem adequadamente lidos.

7.10. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo estimado para a execução dos serviços é de 30 (trinta) meses contados a partir da 1ª Ordem de Serviço, considerando que algumas atividades poderão ser executadas em paralelo a elaboração dos projetos.

Durante a fase das obras, deverão ser adotadas comunicação de segurança, por meio de sinalização diurna e noturna e controle do tráfego por pessoal devidamente uniformizado e previamente treinado. É obrigação da CONTRATADA a utilização da Sinalização Temporária até o recebimento definitivo das obras, a qual deve ser sempre mantida em bom estado.

A execução das obras deverá ser levada a cabo em tantas frentes de serviços quantas forem necessárias a fim de que o empreendimento seja concluído no prazo programado, havendo liberação prévia da CONTRATANTE

A sistemática a ser empregada no preparo das áreas das obras deverá seguir fielmente ao Projeto Executivo, devidamente aprovado pela CONTRATANTE.

Para evitar a perda de serviços e seu posterior retrabalho, em função da não conclusão/proteção de etapas prontas, a CONTRATADA deverá elaborar plano de ataque tecnicamente viável e coerente frente às etapas previstas e histórico climático da região, que limite a defasagem executiva entre as etapas numa mesma frente de serviço, em moldes aceitáveis para este tipo de empreendimento. Este plano de ataque, previamente aprovado pela CONTRATANTE, deverá ser seguido até o final do contrato. Quaisquer ajustes deverão ser comunicados em tempo hábil, e somente serão efetuados após aprovação pela CONTRATANTE.

Este plano deverá considerar a manutenção do fluxo local de veículos e pedestres, com total segurança, bem como a mitigação dos transtornos às atividades hospitalares.

Durante a execução da obra, a CONTRATADA deve levar em consideração os seguintes aspectos:

- Qualidade dos serviços, inclusive, obediência ao Projeto de Executivo e aos dispositivos contratuais;
- Cumprimento de prazos, metas contratuais e cronograma físico- financeiro;
- Proteção ao meio ambiente e atendimento às condicionantes ambientais do empreendimento; Solução de problemas construtivos surgidos, com anuência da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS;
- Execução de ensaios tecnológicos necessários;

Cumprir observar que compõe Critério de Aceitabilidade geral, para a obra como um todo e abarcando todas as disciplinas de serviços, os seguintes itens:

- Deverão ser apresentadas as ART's/RRT's dos responsáveis pela execução das obras, com referência à Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa CONTRATADA". Para tanto, todos os envolvidos e a ART/RRT estarão devidamente registrados no CREA/CAU;
- Controles tecnológicos dos materiais e peças dentro das condições estabelecidas pelas especificações da CONTRATANTE e das demais referenciadas, com relação ao tipo dos ensaios, periodicidade, amostragem e resultados; Gerenciamento de Resíduos;
- Controle de impacto ambiental das intervenções.

Todas as áreas de ocorrências de materiais, insumos, bota-foras, caminhos de serviço, canteiros, áreas de empréstimos e outros que forem indicados na elaboração do Projeto Executivo, e que serão exploradas para a execução das obras, deverão ser recuperadas tão logo termine a exploração e antes da conclusão da obra.

7.11. QUANTITATIVOS DA OBRA

Os quantitativos da obra apresentados nos Projetos deverão ser avaliados pela CONTRATADA, sendo alterados sob sua responsabilidade e risco quando necessários, considerando os critérios dispostos no presente Termo de Referência.

As quantidades de serviços e materiais deverão constar em cada um dos projetos específicos, devendo os cálculos serem apresentados na Memória de Cálculo dos Quantitativos.

Os quantitativos dos serviços e obras deverão ser tabulados em quadros de fácil entendimento contendo a relação de materiais, serviços e equipamentos necessários ao empreendimento, discriminados por projeto e com as definições suficientes para dar consistência e precisão ao orçamento.

Deverá ainda ser elaborada a descrição dos materiais, serviços e equipamentos, com a finalidade de especificar, clara e objetivamente, as características de cada item que compõe a planilha. Este texto descritivo será anexado à planilha.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com as recomendações do Acórdão TCU - 1545 de 2008. Cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATADA será convocada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Os projetos deverão ser entregues de acordo com o cronograma / eventograma previamente aprovados pela SS.

Os projetos deverão ser elaborados em atendimento as demandas estabelecidas no presente Termo de Referência.

Deverão ser apresentadas as ART's/RRT's da(s) empresa(s) e/ou consórcio(s) responsável(is) e do responsável (is) técnico (s) pela elaboração (ões) dos Projetos. Em caso de Consórcio, este deverá estar devidamente registrado no CREA pertinente.

Os projetos deverão ser apresentados em meio digital, (pendrive, nuvem, discos rígidos (HD), CD ou DVD), devendo constar todos os arquivos editáveis: *.doc, *.xls, *.xlsx, *.dwg, *.bim ou similares, desde que intercambiáveis.

Todas as versões apresentadas deverão ser sempre entregues digitalizadas e assinadas digitalmente. A versão final (aprovada) deverá ser entregue também no formato impresso, em três vias, exceto se a CONTRATANTE se manifestar formalmente por quantidade menor.

Visando não configurar burla ao processo licitatório, as possíveis críticas ou dúvidas

quanto às soluções dos Anteprojeto disponibilizados, deverão ser registradas durante a fase certame licitatório e previamente à apresentação das propostas dentro dos prazos estabelecidos em lei. Qualquer crítica às soluções de Anteprojeto em fase contratual, será considerada intempestiva.

Poderá ser aceita solução de engenharia diferente daquela apresentada no Anteprojeto disponibilizado, desde que se comprove tecnicamente que o desempenho dela é igual ou superior ao da solução prevista no Anteprojeto disponibilizado, e havendo anuência por parte da SS.

Caberá à CONTRATANTE decidir se a proposta de solução possui qualidade igual ou superior à solução definida em Anteprojeto, pois envolve não só análise técnica a respeito desta, mas outros elementos como processos operacionais da setorização dos serviços da saúde, entre outros.

A elaboração de algumas etapas do Projeto poderá se dar concomitantemente com a execução das obras, sendo vedada a execução de qualquer alteração arquitetônica, sem a aprovação do Projeto Executivo por parte da CONTRATANTE.

Para agilizar a liberação de frentes de serviço, os projetos executivos poderão ser entregues de forma segmentada, em trechos pré-definidos entre as partes (CONTRATANTE e CONTRATADA), desde que todas as disciplinas estejam contempladas no objeto de análise.

Na medida em que as etapas do Projeto Executivo forem sendo concluídas e aprovadas pela CONTRATANTE, pode-se iniciar a execução dos respectivos serviços.

O Departamento de Infraestrutura da Secretaria da Saúde, será o responsável pelas aprovações dos projetos executivos, assim como os projetos segmentados, quando houver.

Todas as demandas que não estejam relacionadas a soluções técnicas dos serviços de engenharia ou arquitetura, serão submetidas a SS, para ciência e deliberação.

Deverão ser entregues os levantamentos, os estudos de campo, os cadastros e toda a base de informações que subsidiaram a elaboração dos projetos, em conformidade com as respectivas Instruções de Serviços. Todos esses documentos deverão ser entregues em versões editáveis, inclusive as primitivas do equipamento.

Não serão admitidas inconformidades com as normas técnicas, manuais ou instruções de serviços, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a verificação e aplicação das especificações técnicas vigentes no período de execução do objeto contratual.

Toda e qualquer solução de engenharia apresentada e aplicada pela CONTRATADA deve atender ou superar as prerrogativas estabelecidas e definidas no Anteprojeto, nos quesitos de qualidade, eficiência, durabilidade, segurança, e níveis de serviço, atendendo solidariamente às normas e instruções aplicáveis.

O Projeto Executivo deverá ser entregue georreferenciado, integrado ao mesmo sistema tridimensional de referência espacial global adotado na execução do levantamento primitivo do terreno natural, por meio da implantação, rastreo e compatibilização ao sistema de projeção topográfica local de uma rede de apoio geodésico, constituída de marcos geodésicos de precisão.

Deverão ser atendidas as determinações deste Termo de Referência.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Deverão ser atendidos os preceitos observados neste Termo de Referência para a execução do objeto, com vistas a assegurar o bom desempenho das obras.

Não serão admitidas inconformidades com as normas técnicas, manuais ou instruções de serviços, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a verificação e aplicação das especificações técnicas vigentes no período de execução do objeto contratual.

Os serviços serão pagos por evento/etapa efetivamente executado, e que constará em eventograma/cronograma previamente aprovado na proposta técnica da licitação.

O eventograma/cronograma que for submetido na fase de licitação, objeto da qualificação da proposta também será adotado para as medições técnicas, e serão qualificados e aprovados também pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**.

A partir desse modelo de cronograma, serão ajustados os coeficientes de pagamento.

A avaliação da execução do objeto será realizada por equipe de gerenciamento devidamente designada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**, que fará as Medições de Resultado, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

Caso ocorram incompatibilidade de dados na medição, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produziu os resultados acordados;
- deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

SERVIÇO	VALOR ESTIMADO
Elaboração de Projetos Básico, Projetos Executivo e Realização de Obras de Construção do Hospital São João, com fornecimento de todos os Materiais, Equipamentos e Mão de Obra nos termos do Edital de Concorrência, já acrescido da taxa máxima de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI e dos Encargos Sociais	R\$ 77.704.246,00 (Setenta e sete milhões, setecentos e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas em questão estão previstas no PLOA 2026.

As informações orçamentárias, foram fornecidas pela Coordenadoria de Finanças e Orçamento da Secretaria de Saúde, em processo sei relacionado.

Guarulhos, 16 de janeiro de 2026.

Eng. Raphael Guardabassi Guerrero
Secretário Adjunto - SIURB



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO III A

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA
Divisão Técnica de Projetos de Edificações Públicas

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade:

A população de Guarulhos em 2025 está estimada em 1,349 milhão de habitantes, conforme dados do IBGE. Desse total, a demanda anual de internações em hospitais públicos localizados no Município é de 111.000, conforme dados levantados pela AIH SIASUS.

Atualmente, o atendimento hospitalar público, o que inclui procedimentos de média e alta complexidade, envolve as seguintes unidades hospitalares:

1. Hospital Geral de Guarulhos (HGG)

Natureza: Estadual.

Descrição: É uma das principais referências hospitalares da região, oferecendo atendimento de média e alta complexidade, incluindo urgência, emergência, internação e especialidades. É administrado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

2. Hospital Municipal de Urgências (HMU)

Natureza: Municipal.

Descrição: Foco no atendimento de urgência e emergência.

3. Hospital Municipal da Criança e do Adolescente (HMCA)

Natureza: Municipal.

Descrição: Focado exclusivamente no atendimento pediátrico e adolescente.

4. Hospital Maternidade Jesus, José e Maria (HMJJM)

Natureza: Municipal/Conveniados.

Descrição: Embora possa ser administrado por Organização Social (OS), é um equipamento essencial da rede pública, focado em obstetrícia e cuidados materno-infantis.

5. Hospital Stella Maris

Natureza: Filantrópica (Conveniados ao SUS).

Descrição: Embora não seja um hospital público no sentido estrito de ser administrado pelo estado ou município, o Stella Maris é um dos maiores hospitais de Guarulhos e presta uma enorme quantidade de serviços de alta complexidade e internação integralmente via SUS, sendo vital para a rede de saúde da cidade.

No total, há aproximadamente **820 leitos hospitalares**, conforme dados disponíveis nos cadastros nacionais de estabelecimentos de saúde (CNES) e nas informações da Secretaria de Saúde de Guarulhos, distribuídos da seguinte forma nas unidades acima:

Hospital	Natureza	Número Estimado de Leitos (Aproximado)
----------	----------	--

Hospital Geral de Guarulhos (HGG)	Estadual	260 leitos
Hospital Municipal de Urgências (HMU)	Municipal	180 leitos
Hospital Municipal da Criança e do Adolescente (HMCA)	Municipal	70 leitos
Hospital Maternidade Jesus, José e Maria (HMJJM)	Municipal/Conveniado	110 leitos
Hospital Stella Maris	Filantropico (SUS)	200 leitos
TOTAL ESTIMADO (Principais Unidades)		820 leitos

Dado o volume populacional de Guarulhos e a complexidade dos casos atendidos, essa capacidade se mostra insuficiente para atender integralmente à demanda por serviços especializados e de retaguarda, o que impõe a necessidade de aumento dos leitos disponíveis para a população.

O problema central a ser resolvido, portanto, é a saturação da rede existente e a deficiência na oferta de leitos de retaguarda que garantam o fluxo adequado dos pacientes e a continuidade do atendimento, nos melhores padrões existentes. Dessa forma, para dotar a população de novo hospital, moderno e adequado, a melhor alternativa que se apresenta é a construção do novo Hospital São João, com **120 novos leitos** (incluindo leitos de UTI Adulto e de internação, conforme Item 4 do TR) é imprescindível.

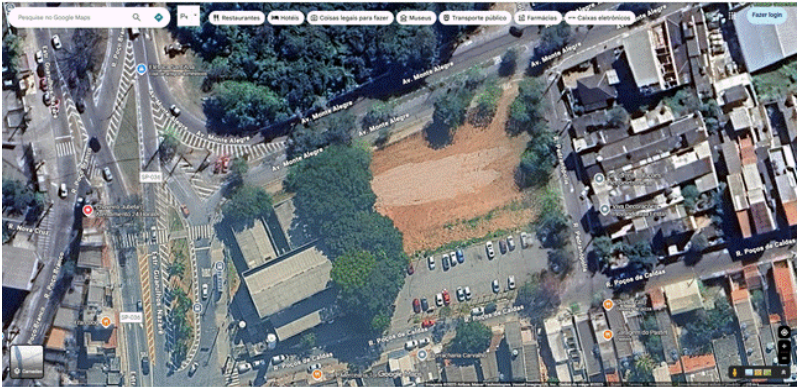
Para prover esses novos leitos, a alternativa que melhor atende ao interesse público é a contratação da construção de um hospital moderno e de propriedade da municipalidade, o que permitirá que o investimento realizado se reverta no patrimônio público da Administração.

Para tanto, foram realizados estudos preliminares, que demonstraram que essa construção terá custo aproximado de **R\$ 77,7 milhões**, e visa diretamente a:

- 1 Aumentar a Capacidade Instalada:** Promover um acréscimo significativo na oferta de leitos de média e alta complexidade, crucial para a garantia da saúde pública.
- 2 Modernizar a Infraestrutura:** Assegurar a entrega de uma unidade hospitalar que cumpra os rigorosos requisitos sanitários da ANVISA (RDC 50 e RDC 7), incorporando as melhores práticas construtivas e tecnológicas, alinhadas aos métodos de gestão ágeis e eficientes (Item 1 do TR).
- 3 Garantir a Continuidade:** A construção deve, obrigatoriamente, ser planejada para não comprometer as atividades de saúde adjacentes, exigindo um regime de contratação (Contratação Integrada) que transfira ao contratado a responsabilidade pela compatibilização logística e técnica do projeto e da execução (Item 3 do TR).

A necessidade, portanto, é a obtenção de uma solução completa e integrada para a entrega de uma unidade hospitalar funcional e moderna, elevando o padrão e a disponibilidade dos serviços de saúde em Guarulhos.

A construção da unidade hospitalar ocorrerá no terreno de propriedade da Prefeitura delimitados pelas ruas Av. Monte Alegre x Rua Pedranópolis x Rua Poços de Caldas, o que torna desnecessária a realização de desapropriações e deslocamento populacional.



Ademais, o local é próximo de outras unidades de saúde UPA SÃO JOÃO/LAVRAS e atendido por linhas regulares de transporte coletivo, o que facilitará o acesso da população ao local.

2. Histórico:

No terreno adjacente ao local da futura implantação do Hospital São João, encontra-se já construída e em pleno funcionamento a UPA SÃO JOÃO/LAVRAS, no entanto, não há registros ou histórico de contratações para execução de HOSPITAL(IS) na região.

2.1. Tem contrato ou ata vigente:

- ☐ Sim, contrato nº ____, vencimento: __/__/__
- ☐ Sim ata nº____
- ☒ Não há contrato/ ata vigente.

2.2. Há interesse em prorrogar contrato ou ata vigente?

- ☐ Sim, por igual período
- ☐ Sim, por __ meses, com cláusula resolutiva, mediante conclusão de contratação através do Processo ____.
- ☒ Não

2.3. Informações sobre estoque existente:

- ☒ Não se aplica, pois trata-se de prestação de serviços
- ☐ Não se aplica, pois não é um produto estocável
- ☐ Sim, conforme especificado abaixo:

—

3. Soluções existentes no mercado:

A análise das soluções focou nos regimes de execução de obras de engenharia, confrontando a execução tradicional (projetos separados da obra) com a Contratação Integrada, que se mostrou o modelo mais adequado para a finalidade pretendida. Em primeiro lugar, pois ele permite que os projetos sejam elaborados pela mesma empresa ou consórcio responsável pela execução da obra e dos serviços correlatos, o que tende a gerar ganhos na sinergia entre essas fases.

Em segundo lugar, essa modalidade de contratação permite que a Administração tenha contato com práticas de projeto e construção modernas, muitas vezes não conhecidas dos agentes públicos. Com efeito, nas empreitadas tradicionais (preço unitário, global ou integral), é necessário que a obra seja licitada com todos os projetos que, por sua vez, foram elaborados por engenheiros ou arquitetos da Prefeitura ou por empresas contratadas, de acordo com as diretrizes rígidas dos respectivos editais. Trata-se de fórmula que remete a um sistema hermético, no qual acaba-se por contratar as mesmas tecnologias e formas de execução que a Administração está habituada.

No caso da contratação integrada, por outro lado, a licitação apenas com o anteprojeto permite que a expertise do particular traga maiores graus de inovação e das melhores práticas no mercado, pois os projetos básico e executivo serão por ele executados, juntamente com as obras.

Ademais, esse regime transfere ao particular os riscos inerentes aos projetos básico e executivo, que, notoriamente, são causas de aditivos que aumentam os custos das obras públicas, além de gerarem disputas entre as partes, atrasando a execução. Permite que, ao longo da execução do objeto, (caso ocorram imprevistos), que a CONTRATADA tenha condições de atuar na solução projetual.

Ressaltamos que a contratação prévia dos projetos básico e os executivos, para edificações complexas, e para novas edificações, seria possível, mas sem alcançar os mesmos resultados, em termos de emprego de tecnologia e de sinergia entre as fases de projetos, execução e entrega da obra em condições de uso pela Prefeitura. perfeitamente recomendados. O destaque que aqui fazemos, é que estamos contratando a construção de uma Obra Nova complexa (Obras Hospitalares), em um local que faz divisa com uma Unidade de Pronto Atendimento e que, portanto, deve ter como critério de desenvolvimento de projetos e execução também, observando o impacto gerado no entorno, de forma a não comprometer o serviço de saúde em andamento.

4. Relação de dependência com o contrato:

- ☒ (x) Não se aplica
- ☐ () Sim, conforme justificativa abaixo:

5. Critério de Sustentabilidade:

A empresa CONTRATADA deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios indicados abaixo:

Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;

Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;

Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;

Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;

Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos;

Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;

Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos e ou garrafas pessoais; Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA N° 257/1999;

Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA N° 001, de 08 de março de 1990, principalmente quanto à produção de ruídos;

Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação de empresas que tenham certificação ou compromisso ambiental;

Atendimento às Instruções de Serviços e Instruções Normativas vigentes.

A CONTRATADA deverá observar o disposto no Decreto nº 7746/2012, Lei nº 12.305/2010, suas atualizações, legislação e demais normas ambientais, no que tange os critérios e práticas de sustentabilidade, de modo que suas ações tornem o contrato sustentável.

A CONTRATADA deverá ainda observar o disposto no art. 45 da Lei nº 14.133/2021 o qual cita que as licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:

- I - Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- II - Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III - Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais;
- IV - Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- V - Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;
- VI - Acessibilidade para o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em suma, os preceitos apresentados neste Termo de Referência e Anteprojeto são referenciais, e constituem a síntese das expectativas quanto à qualificação dos hospitais, portanto os níveis operacionais, de qualidade, segurança e durabilidade mínimos que deverão 26 ser alcançados pela CONTRATADA, e dada condição macro dos planos de massa, a CONTRATADA poderá apresentar propostas de soluções diferenciadas das referenciais, desde que comprovadamente garantam ao objeto níveis iguais ou superiores de operacionalização e aceitas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS.

6. Estimativa do valor da contratação: R\$

R\$ 77.704.246,00

7. Levantamento e análise de riscos:

Os riscos da contratação são os pontos críticos que, em sua simples ocorrência, geram situações adversas ao andamento do contrato e à boa gestão para o recebimento definitivo do objeto. São divididos pela natureza do serviço ao qual se relacionam diretamente e ordenados pelo grau de probabilidade e de impacto em uma escala de 1 a 25, de modo que fiquem evidentes os fatores que merecem maior atenção no decurso do exercício dos serviços. O quadro a seguir ilustra essa relação.

IMPACTO	Muito alto	15	19	22	24	25
	Alto	10	14	18	21	23
	Médio	6	9	13	17	20
	Baixo	3	5	8	12	16
	Muito baixo	1	2	4	7	11
		Raro	Pouco provável	Provável	Muito provável	Praticament e certo
PROBABILIDADE						

Não apenas pelo cenário de dano ao espaço público, mas pelo bem da administração pública, a prestação desses serviços deve prezar pela eficiência e eficácia e colaborar para que a gestão do contrato atenda às prescrições por ele estabelecidas, como prazos, garantias de qualidade, quantidade e recursos financeiros.

8. Definição do objeto:

Contratação Integrada de empresa ou consórcio para Serviços de Arquitetura e Engenharia para a elaboração de Projetos Básico, Projetos Executivo e execução de Obras de construção do Hospital São João com fornecimento de material, equipamento e mão-de-obra necessárias e suficientes à entrega final do objeto.

9. Justificativa de escolha da solução:

No contexto revelado neste ETP, a solução selecionada como a que mais atende às necessidades é a EXECUÇÃO INDIRETA por meio de contratação de na modalidade de CONCORRÊNCIA, sob o REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA, sob o critério de julgamento por TÉCNICA E PREÇO modalidade licitatória essa que contempla a elaboração dos projetos básico e executivo, bem como a execução completa das obras e trabalho técnico social de ocupação e pós-ocupação pela mesma empresa, garantindo maior integração, agilidade e segurança no cumprimento das obrigações contratuais e prazos.

Para tanto, foram avaliadas as alternativas a seguir discriminadas:

a) Alternativa 1 - Execução Direta com Equipe Própria

Descrição: Utilização de equipes e recursos próprios do ente executor.

Desvantagens principais:

- Limitações técnicas e operacionais para execução de obra complexa e em larga escala;
- Inexistência de estrutura interna para elaboração e compatibilização de projetos;
- Alto risco de atraso e descumprimento contratual, com impactos financeiros severos;
- Necessidade de aquisições e mobilizações adicionais que demandariam tempo incompatível com o cronograma.

b) Alternativa 2 - Contratação a preço global

Descrição: Contratação de empreitada a preço global.

Desvantagens principais:

- Ausência de captação de inovações tecnológicas e/ou de domínio restrito do mercado;
- A contratante assume os riscos por lacunas ou imprecisões no projeto executivo;
- A contratante assume os riscos de atrasos que dependam de decisões técnicas decorrentes de fatos supervenientes e imprevisíveis;
- A contratante se responsabiliza pelas compatibilizações das ações de obras e gestão social;
- A contratante assume os riscos de formalização de Termo de Aditamento de Valor decorrente de fato superveniente e imprevisível ao qual nenhuma das partes deu causa.

c) Alternativa 3 - Contratação Integrada de Empresa Especializada (Solução Recomendada)

Descrição: Seleção, via licitação na modalidade concorrência, sob o regime de contratação integrada, pelo critério de julgamento por técnica e preço.

Vantagens:

- Maior integração entre projeto e execução, reduzindo incompatibilidades e retrabalhos;
- Transferência de maior parcela dos riscos técnicos e operacionais para a contratada;
- Redução do prazo total, pela sobreposição de etapas e eliminação de licitações separadas para projeto e obra;
- Garantia de qualidade técnica, por exigir comprovação de capacidade anterior em empreendimentos similares;
- Possibilidade de adoção de soluções inovadoras e economicamente vantajosas pela contratada, desde que atendidos os requisitos de desempenho.
- Operações e ações sociais de ocupação e pós-ocupação sob a gestão e responsabilidade da contratada.

Portanto, o regime de contratação integrada, particularmente sob o critério de julgamento por técnica e preço possibilita que a mesma empresa desenvolva os projetos, execute as obras e a gestão social, assegurando compatibilidade total entre concepção, execução, ocupação e pós-ocupação. Isso minimiza erros de projeto, evita interrupções por ajustes e otimiza a gestão de prazos e pessoas

Além disso, a transferência de riscos para a contratada, característica da contratação integrada, garante maior segurança quanto ao cumprimento dos padrões de qualidade, do cronograma e das exigências contratuais.

10. Previsão no plano de contratação anual (PCA)

Sim,

() conforme PCA
(x) de acordo com o planejamento da unidade e lei orçamentária anual
Não, justificar:

11. Estimativas de quantidades:

Serviços de engenharia com quantidades variáveis de isumos, maquinários, equipamentos e mão de obra.

12. Justificativa para o parcelamento, agrupamento e subcontratação:

() Parcelamento (item), conforme justificativa abaixo:

—

() Agrupamento (não parcelamento - formação de grupos/lotes), conforme justificativa e agrupamento definido abaixo.

—

Subcontratação:

(x) Sim, conforme item(ns)/serviço(s) e porcentagem a ser subcontratada descrita abaixo:

A Contratada poderá subcontratar parcelas de serviços, desde que não ultrapasse 30% (trinta por cento) do valor total do contrato. A subcontratação estará condicionada à prévia e expressa autorização da Administração, que deverá ser solicitada formalmente e com a devida justificativa.

() Não poderão ser subcontratada.

13. Legislação sobre o assunto:

Independente de não ser especificamente citado, na execução dos serviços e no emprego dos materiais, deverá ser obedecido tudo aquilo que estiver regulamentado pelas normas, especificações, métodos e terminologias da **Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT**, normas internacionais e de órgãos técnicos competentes.

14. Premissas técnicas:

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência, Contratação Integrada, Técnica e preço, executada pelo regime de empreitada por preço global, para oferecer serviços de infraestrutura e melhorias nas condições de habitabilidade do município.

Os estudos, projetos e obras deverão ser realizados/executados no terreno de propriedade da Prefeitura delimitado pelas ruas Av. Monte Alegre x Rua Pedranópolis x Rua Poços de Caldas, no município de Guarulhos e abrangerá a construção de um Armazém Solidário.

Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.

A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

15. Padronização:

Não se aplica

16. Indicação de Marca ou Modelo:

Não se aplica

17. Atividade Acessória:

Não se aplica

18. Bens de luxo:

Não se aplica

19. Princípio da segregação de funções

As funções são divididas em planejamento, condução da licitação e gestão do contrato, garantindo mais controle e transparência (artigos 5º e 7º da Lei 14133/2021).

(x) Sim, atende os princípios da segregação de função.

() Não, conforme justificativa abaixo:

—

20. Mapa de risco (matriz de risco):

Nº	NÍVEL DO RISCO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO FATOR DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS DOS RISCOS	AÇÕES PREVENTIVAS E/OU MITIGADORAS	GRAU DE PROBABILIDADE (P)	GRAU DE IMPACTO (I)	ALOCÇÃO DOS RISCOS
1	14	RISCO TÉCNICO	Projetos apresentados com baixa qualidade ou com quantitativos errados.	Necessidade de adequação de planilha com possibilidade de aumento de custo previsto.	Buscar técnicos com qualidade técnica comprovada.	Pouco Provável	Alto	Contratada
2	18	RISCO TÉCNICO	Atraso na entrega dos projetos básicos e/ou executivos; Atraso nas análises e aprovações ou reanálise das adequações.	Atraso no cronograma e início da obra.	Buscar técnicos com qualidade técnica comprovada; Priorizar a conclusão dos projetos necessários para início das obras enquanto os demais estão sendo concebidos; Solicitar que a contratada encaminhe os projetos para análise prévia, antes da sua conclusão.	Provável	Alto	Contratada/Contratante
3	19	RISCO TÉCNICO	Modificação nas especificações de serviço, modificação ou ampliação de escopo.	Aumento de custo devido à necessidade de adequação de planilha com inclusão de serviços extras ou aumento de quantitativos.	Analisar antecipadamente o escopo contratual e especificações técnicas.	Pouco Provável	Muito Alto	Contratante
4	8	RISCO LEGAL	Atraso na obtenção das licenças	Atraso no início das obras e sujeição a sanções administrativas.	Responder todas as condicionantes das licenças; Providenciar toda documentação exigida pelo órgão.	Provável	Baixo	Contratada
5	9	RISCO LEGAL	Alterações em leis ou normas técnicas que acarretem aumento no prazo ou alteração nos custos	Atraso no cronograma; necessidade de revisão contratual.	Levantar aumento de prazo e/ou diferença financeira	Pouco Provável	Médio	Contratada
6	5	RISCO AMBIENTAL	Descarte irregular de resíduo da construção civil	Impacto ambiental significativo, com penalidades legais, multas, paralisação da obra e prejuízos financeiros e à imagem da empresa.	Seguir as normas aplicáveis; Buscar local apropriado para o descarte; Executar o exigido pelo órgão ambiental urbanístico.	Pouco Provável	Baixo	Contratada
7	9	RISCO OPERACIONAL	Contratante não libera acesso ao local da obra para a contratada e seus empregados; Os serviços executados não atendem às especificações contratuais, acarretando retrabalho.	Atraso no cronograma; custos adicionais não previstos anteriormente.	Verificar antes da emissão da Ordem de Serviço se existe algum empecilho para a liberação do local; Resolver problemas para a liberação do local; Escolha de profissionais qualificados; Verificação das especificações técnicas antes de iniciar os serviços.	Pouco Provável	Médio	Contratante/Contratada
8	14	RISCO OPERACIONAL	Falta de qualidade nos insumos aplicados, acarretando retrabalho.	Execução dos serviços em desacordo com as especificações técnicas, retrabalho, desperdício de materiais, atrasos e aumento dos custos da obra.	Aplicar controle de qualidade dos insumos; Verificação do local de armazenamento dos insumos; Refazer o serviço tentando minimizar o atraso.	Pouco Provável	Baixo	Contratada

9	13	RISCO OPERACIONAL	Falha de comunicação entre fiscalização do contrato e empresa contratada, que gerem retrabalho ou atraso no prazo de execução da obra	Execução inadequada dos serviços, necessidade de retrabalho, atrasos no cronograma e potenciais conflitos contratuais.	Adoção d ecritérios pré-estabelecidos para comunicação entre contratante e contratada; Oficialização das decisões por meio de documentos (diário de obra, e-mail ou ofício); Aplicação das penalidades previstas em contrato.	Provável	Médio	Contratada/Contratante
10	12	RISCO OPERACIONAL	Perda ou perecimento de materiais de construção, que impliquem em: aumento de custos de execução; atrasos ocasionais para a aquisição de novos insumos; custos com descarte dos materiais inservíveis	Atrasos pontuais no andamento da obra.	Adotar boas práticas para a aquisição e armazenagem dos materiais. Atentar para a data de validade dos materiais, se for o caso.	Muito Provável	Baixo	Contratada
11	15	RISCO OPERACIONAL	Prejuízos causados a terceiros devido à realização das obras, causando aumento dos custos da obra e eventual embargo ou responsabilização da Administração; Contratada não consegue atingir os requisitos de qualidade exigidos, usando de obsolescência tecnológica, falta de inovação técnica e deficiência de equipamentos, gerando retrabalho; A contratada não fornece os equipamentos e aparelhos necessários para o funcionamento do hospital ou fornece em qualidade inferior à esperada pela Administração.	Responsabilização administrativa e civil, possibilidade de indenizações, paralisação da obra e prejuízo à imagem da Administração Pública.	Realização de vistoria cautelar dos imóveis na região da obra; Possuir técnico de segurança na equipe de acompanhamento da obra; A fiscalização deve estar atenta às especificações técnicas apresentadas nos projetos executivos e às regras contratuais.	Raro	Muito Alto	Contratada
12	6	RISCO OPERACIONAL	Prejuízos causados por subcontratados, acarretando custos adicionais.	Atrasos na execução dos serviços e impactos no cumprimento das obrigações contratuais.	Avaliação pela equipe de fiscalização, dos pedidos de subcontratação formulados pelo contratado.	Raro	Médio	Contratada
13	17	RISCO OPERACIONAL	Prejuízos causados por erros ou defeitos na execução dos serviços, ensejando reconstrução total ou parcial	Atraso no cronograma e comprometimento da qualidade da obra.		Muito Provável	Médio	
14	22	RISCO LEGAL	Não obtenção da apólice de seguro, acarretando atraso no início da obra	Atraso no início das obras; atraso no cronograma.	Buscar uma seguradora de boa reputação; Aplicação de penalidades previstas em contrato.	Provável	Muito Alto	Contratada

21. Identificação do responsável pela elaboração do ETP (nome, CF, cargo):

Raphael Guardabassi Guerreiro

Cargo/Função: Secretário Adjunto de Infraestrutura Urbana - CF: 53358

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Guardabassi Guerrero, Secretário (a) Adjunto (a)**, em 25/02/2026, às 11:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3926070** e o código CRC **C1F033AE**.



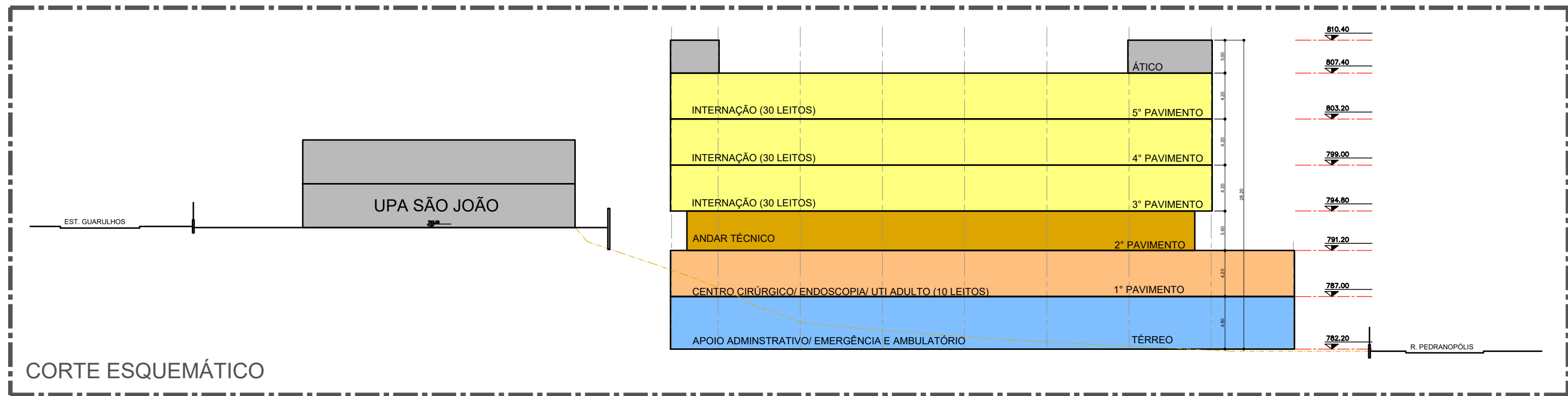
Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO III B

ANTEPROJETO



- HOSPITAL DE RETAGUARDA:
- EMERGÊNCIA ADULTO.
 - AMBULATÓRIO COM SETOR DE DIAGNÓSTICOS (ULTRASSON, RAIOS X E TOMOGRAFIA).
 - ÁREAS DE APOIO (LABORATÓRIO DE EMERGÊNCIA, BANCO DE SANGUE).
 - CENTRO CIRÚRGICO COM 3 SALAS DE CIRURGIA E 6 LEITOS DE RPA).
 - SETOR DE ENDOSCOPIA E COLONOSCOPIA.
 - 10 LEITOS DE UTI ADULTO.
 - 90 LEITOS DE INTERNAÇÃO ADULTO.



QUADRO DE ÁREAS (m2)	
TÉRREO	1.813,34
1º PAVIMENTO	1.816,82
2º PAVIMENTO	689,99
3º PAVIMENTO	866,10
4º PAVIMENTO	866,10
5º PAVIMENTO	866,10
ÁTICO	155,63
TOTAL	7.074,08

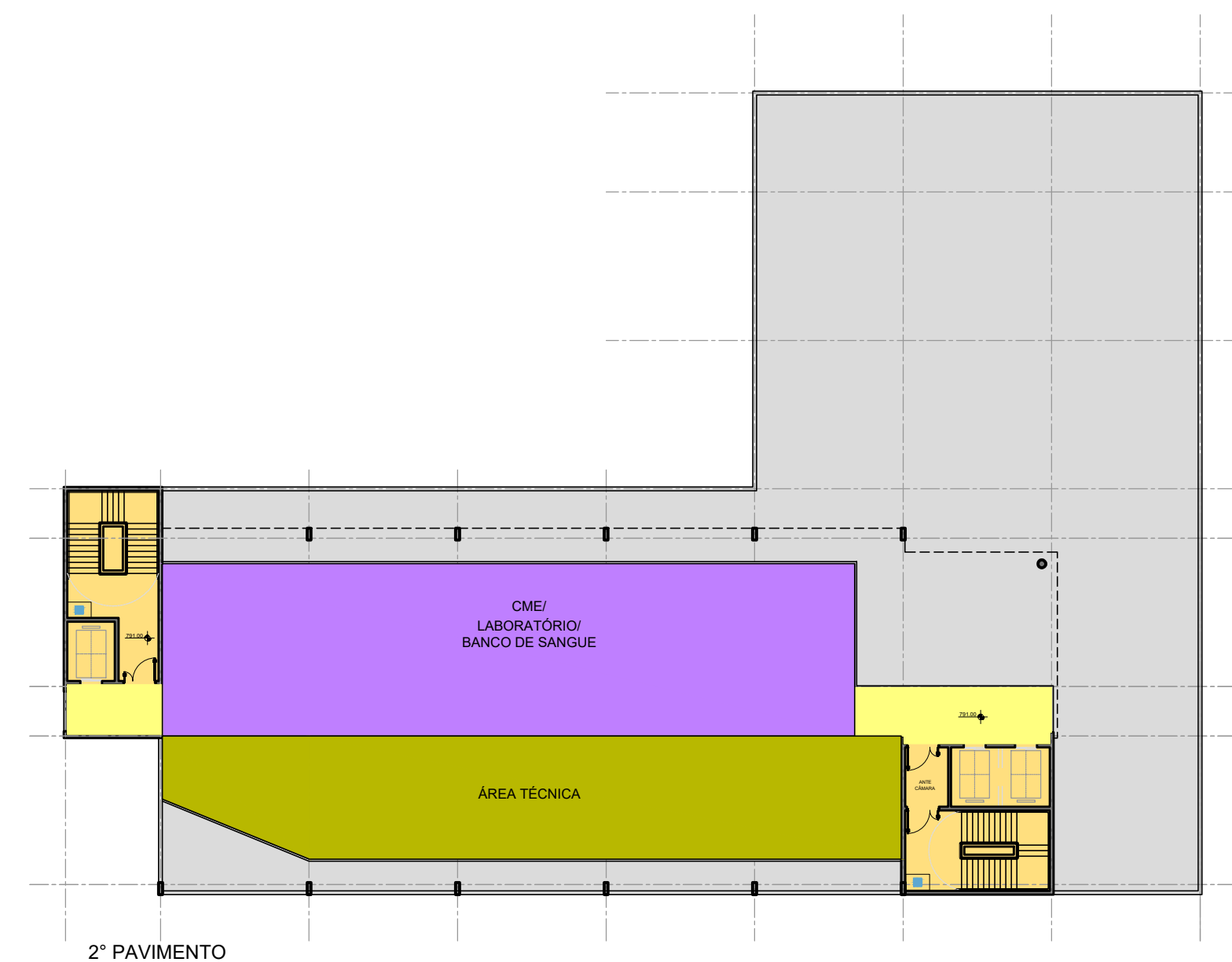
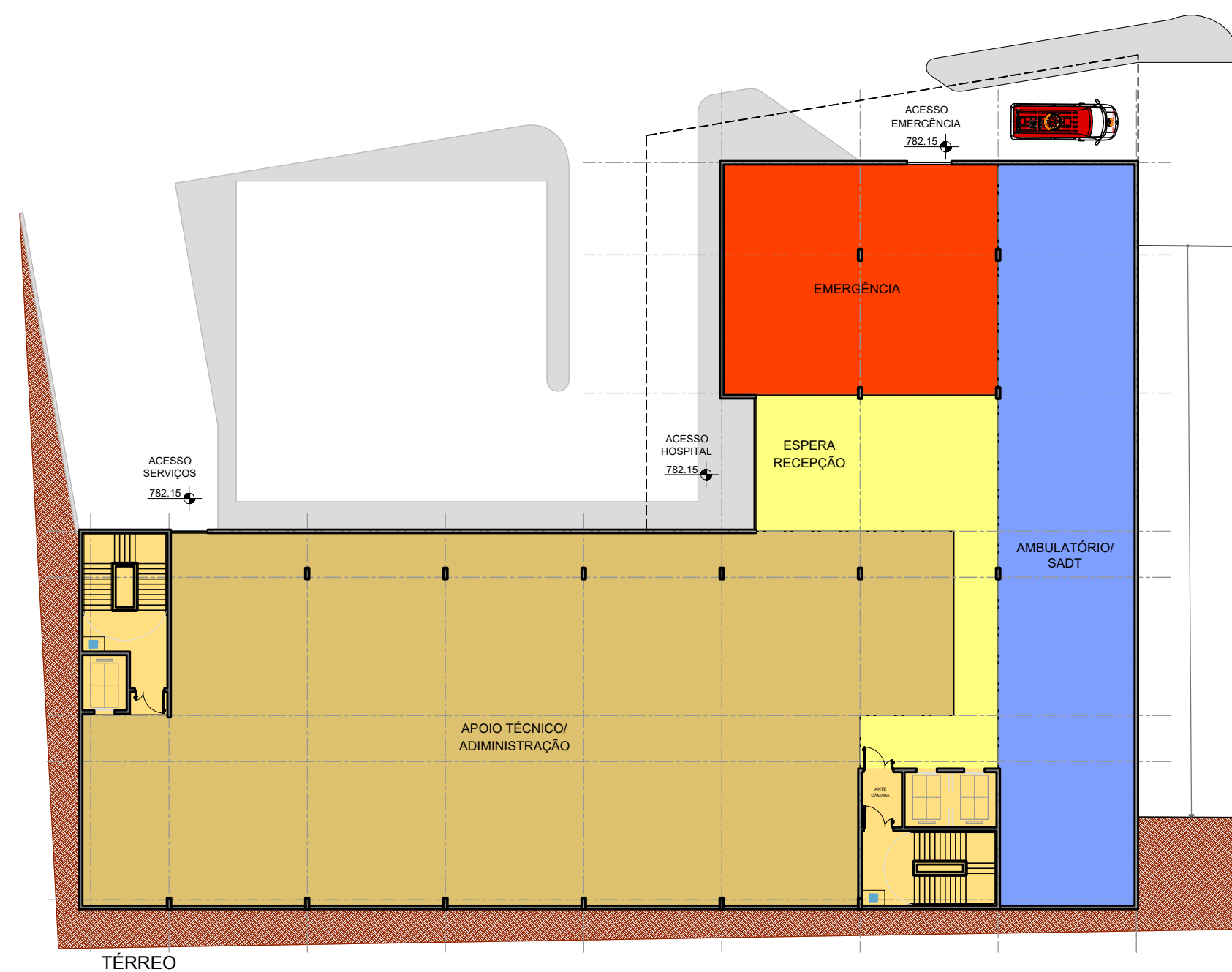
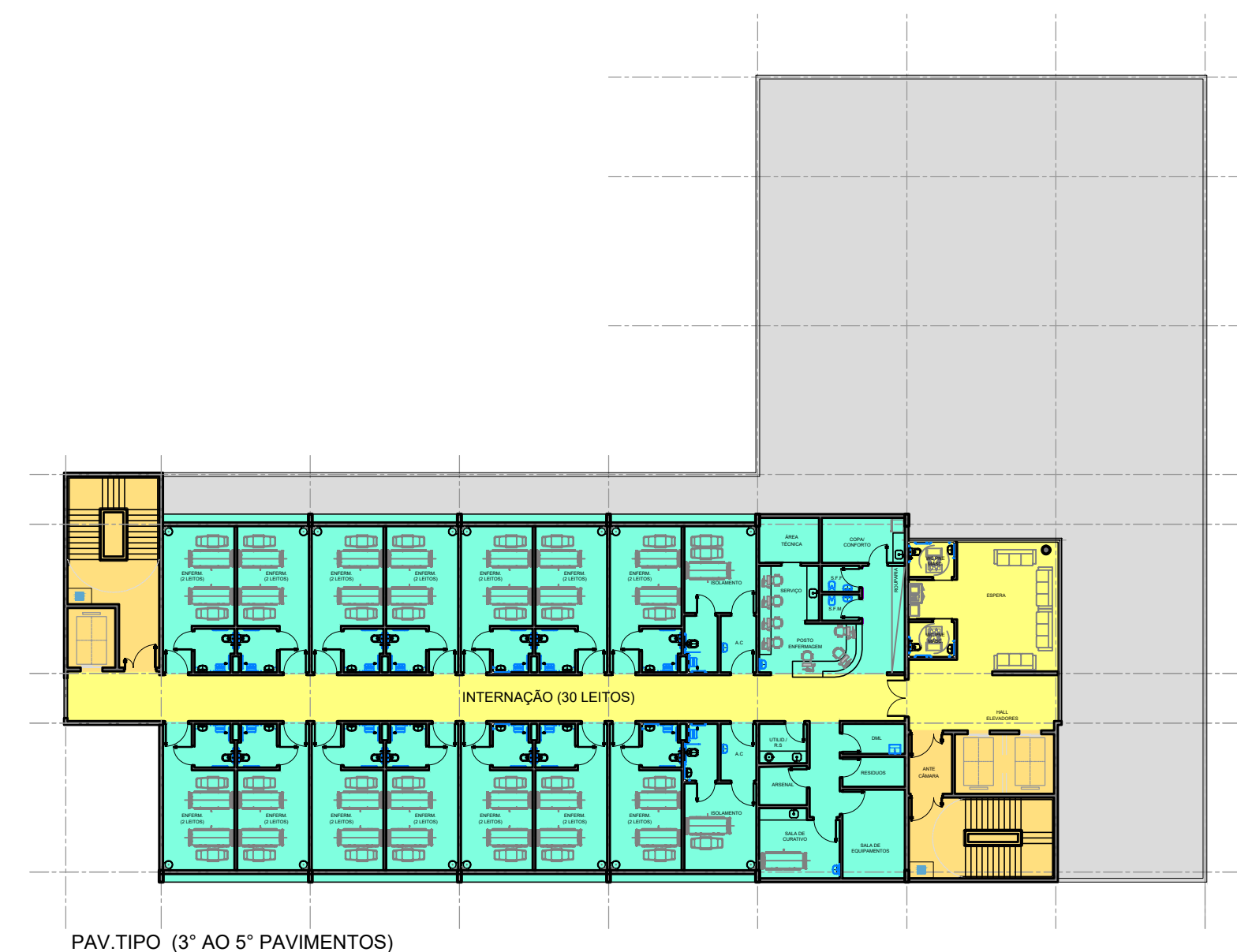
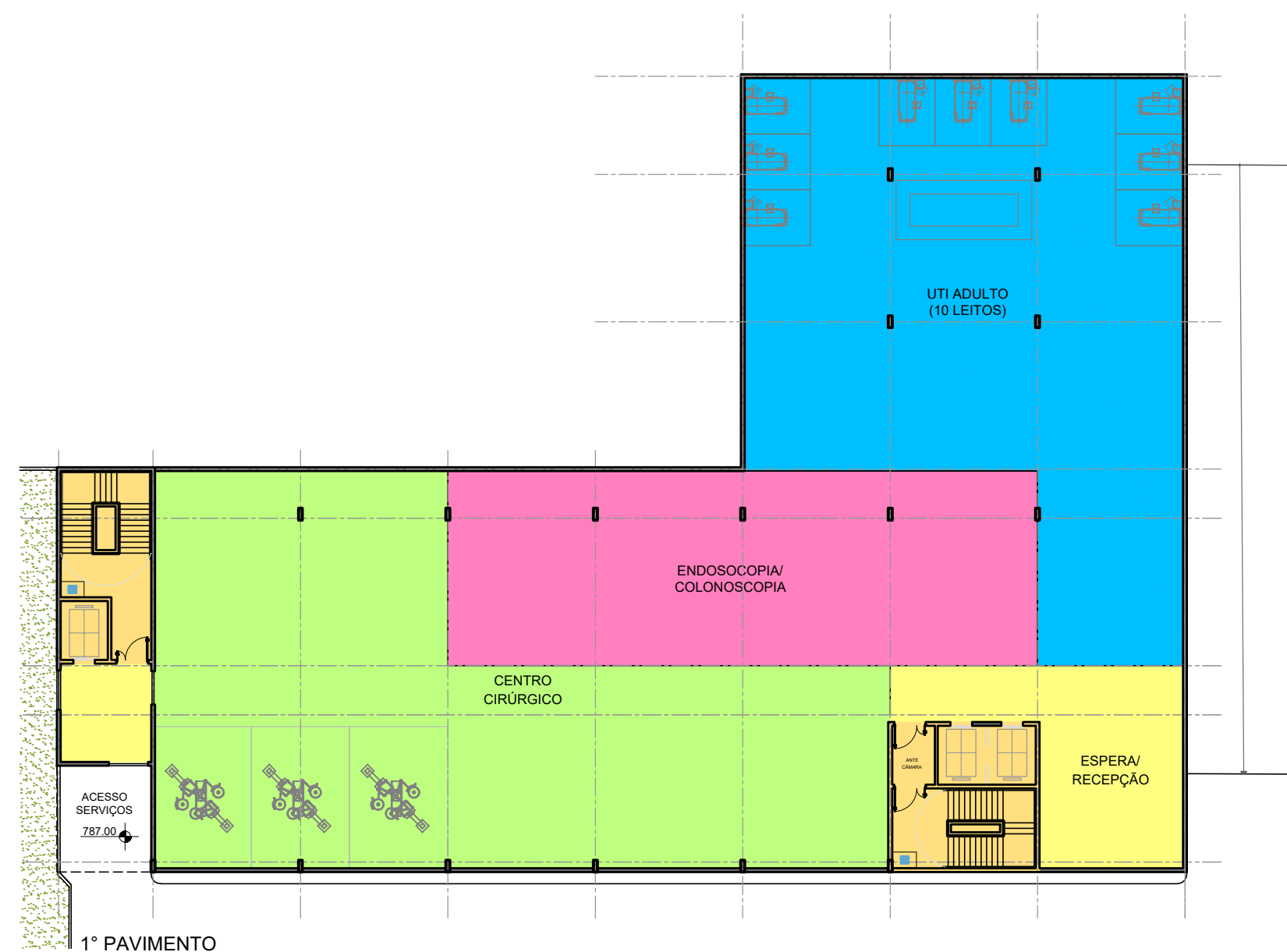




IMAGEM 03



IMAGEM 04



IMAGEM 01



IMAGEM 02




Folha	
PA	
Rubrica	


ANEXO IV

EVENTOGRAMA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO																			
ITEM	SERVIÇOS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15	MÊS 16	MÊS 17	MÊS 18
1	HOSPITAL SÃO JOÃO	R\$ 647.535,38 16,53%	R\$ 647.535,38 0,53%	R\$ 1.424.577,84 15,0%	R\$ 1.424.577,84 1,63%	R\$ 1.424.577,84 1,25%	R\$ 2.590.141,53 3,93%	R\$ 2.201.620,30 2,63%	R\$ 2.590.141,53 3,33%	R\$ 1.036.056,61 1,23%	R\$ 1.424.577,84 1,63%	R\$ 2.298.750,61 3,83%	R\$ 2.298.750,61 2,56%	R\$ 2.298.750,61 2,36%	R\$ 2.298.750,61 5,83%	R\$ 2.298.750,61 2,35%	R\$ 2.622.518,31 3,36%	R\$ 3.510.566,84 4,93%	R\$ 4.870.391,14 6,27%
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES E PROJETOS	R\$ 388.521,23 16,67%	R\$ 388.521,23 16,67%	R\$ 388.521,23 16,67%	R\$ 388.521,23 16,67%	R\$ 388.521,23 16,67%	R\$ 388.521,23 16,67%												
1.2	INÍCIO, APOIO E CANTEIRO DE OBRA			R\$ 388.521,23 33,33%	R\$ 388.521,23 33,33%	R\$ 388.521,23 33,33%													
1.3	MOVIMENTO DE TERRA			R\$ 388.521,23 33,33%	R\$ 388.521,23 33,33%	R\$ 388.521,23 33,33%													
1.4	FUNDAÇÃO						R\$ 1.554.084,92 33,33%	R\$ 1.554.084,92 33,33%	R\$ 1.554.084,92 33,33%										
1.5	ESTRUTURA								R\$ 777.042,46 12,50%	R\$ 777.042,46 12,50%	R\$ 777.042,46 12,50%	R\$ 777.042,46 12,50%	R\$ 777.042,46 12,50%	R\$ 777.042,46 12,50%	R\$ 777.042,46 12,50%	R\$ 777.042,46 12,50%			
1.6	ALVENARIA E ELEMENTO DIVISOR										R\$ 388.521,23 12,50%	R\$ 388.521,23 12,50%	R\$ 388.521,23 12,50%	R\$ 388.521,23 12,50%	R\$ 388.521,23 12,50%	R\$ 388.521,23 12,50%	R\$ 388.521,23 12,50%	R\$ 388.521,23 12,50%	
1.7	TELHAMENTO / ESTRUTURA / REFORÇO																R\$ 518.028,31 33,33%	R\$ 518.028,31 33,33%	R\$ 518.028,31 33,33%
1.8	REVESTIMENTOS											R\$ 874.172,77 12,50%	R\$ 874.172,77 12,50%	R\$ 874.172,77 12,50%	R\$ 874.172,77 12,50%	R\$ 874.172,77 12,50%	R\$ 874.172,77 12,50%	R\$ 874.172,77 12,50%	R\$ 874.172,77 12,50%
1.9	FORRO																		
1.10	ESQUADRIAS / VIDRO / CORRIMÃO																		
1.11	IMPERMEABILIZAÇÃO / PROTEÇÃO						R\$ 388.521,23 25,00%	R\$ 388.521,23 25,00%									R\$ 388.521,23 25,00%	R\$ 388.521,23 25,00%	
1.12	PREPARO E PINTURA																		
1.13	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS																	R\$ 888.048,53 14,29%	R\$ 888.048,53 14,29%
1.14	GASES MEDICINAIS																		R\$ 666.036,39 14,29%
1.15	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS																		R\$ 444.024,26 14,29%
1.16	PREVENÇÃO A INCÊNCIO																		R\$ 444.024,26 14,29%
1.17	CLIMATIZAÇÃO																		R\$ 582.781,85 12,50%
1.18	PAVIMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL																		
1.19	ÁREA EXTERNA E PERIFÉRICOS																R\$ 194.260,62 16,67%	R\$ 194.260,62 16,67%	R\$ 194.260,62 16,67%
1.20	LIMPEZA E ARREMATE																		
1.21	PAISAGISMO																		
1.22	ADMINISTRAÇÃO / MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%
TOTAL NO MÊS		R\$ 647.535,38	R\$ 647.535,38	R\$ 1.424.577,84	R\$ 1.424.577,84	R\$ 1.424.577,84	R\$ 2.590.141,53	R\$ 2.201.620,30	R\$ 2.590.141,53	R\$ 1.036.056,61	R\$ 1.424.577,84	R\$ 2.298.750,61	R\$ 2.298.750,61	R\$ 2.298.750,61	R\$ 2.298.750,61	R\$ 2.298.750,61	R\$ 2.622.518,31	R\$ 3.510.566,84	R\$ 4.870.391,14
TOTAL ACUMULADO		R\$ 647.535,38	R\$ 1.295.070,76	R\$ 2.719.648,60	R\$ 4.144.226,44	R\$ 5.568.804,28	R\$ 8.158.945,81	R\$ 10.360.566,11	R\$ 12.950.707,64	R\$ 13.986.764,25	R\$ 15.411.342,09	R\$ 17.710.092,70	R\$ 20.008.843,31	R\$ 22.307.593,92	R\$ 24.606.344,53	R\$ 26.905.095,14	R\$ 29.527.613,45	R\$ 33.038.180,29	R\$ 37.908.571,43

RAPHAEL GUARDABASSI GUERRERO
SECRETÁRIO ADJUNTO DE INFRAESTRUTURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: SEI Nº: 1123.2025/0001346-8											 Guarulhos Secretaria de Infraestrutura Urbana <small>Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana - DOURIDA</small>		
OBJETO: CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO PARA SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO, PROJETOS EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL SÃO JOÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA													
LOCAL: AV. MONTE ALEGRE X RUA PECAV. MONTE ALEGRE X RUA PEDRANÓPOLIS X RUA POÇOS DE CALDAS													
BAIRRO: SÃO JOÃO SÃO JOÃO													
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO													
ITEM	SERVIÇOS	MÊS 19	MÊS 20	MÊS 21	MÊS 22	MÊS 23	MÊS 24	MÊS 25	MÊS 26	MÊS 27	MÊS 28	MÊS 29	MÊS 30
1	HOSPITAL SÃO JOÃO	R\$ 3.801.957,75 4,88%	R\$ 3.801.957,75 4,88%	R\$ 5.064.651,75 6,62%	R\$ 4.467.994,14 5,75%	R\$ 4.467.994,14 5,75%	R\$ 3.441.188,03 4,43%	R\$ 2.007.359,69 2,58%	R\$ 3.128.520,96 4,03%	R\$ 3.711.302,81 4,78%	R\$ 3.526.292,69 4,54%	R\$ 1.431.053,20 1,84%	R\$ 945.401,66 1,22%
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES E PROJETOS												
1.2	INÍCIO, APOIO E CANTEIRO DE OBRA												
1.3	MOVIMENTO DE TERRA												
1.4	FUNDAÇÃO												
1.5	ESTRUTURA												
1.6	ALVENARIA E ELEMENTO DIVISOR												
1.7	TELHAMENTO / ESTRUTURA / REFORÇO												
1.8	REVESTIMENTOS												
1.9	FORRO	R\$ 323.767,69 16,67%	R\$ 323.767,69 16,67%	R\$ 323.767,69 16,67%	R\$ 323.767,69 16,67%	R\$ 323.767,69 16,67%	R\$ 323.767,69 16,67%						
1.10	ESQUADRIAS / VIDRO / CORRIMÃO			R\$ 1.262.694,00 12,50%	R\$ 1.262.694,00 12,50%	R\$ 1.262.694,00 12,50%	R\$ 1.262.694,00 12,50%	R\$ 1.262.694,00 12,50%	R\$ 1.262.694,00 12,50%	R\$ 1.262.694,00 12,50%	R\$ 1.262.694,00 12,50%		
1.11	IMPERMEABILIZAÇÃO / PROTEÇÃO												
1.12	PREPARO E PINTURA				R\$ 485.651,54 12,50%	R\$ 485.651,54 12,50%	R\$ 485.651,54 12,50%	R\$ 485.651,54 12,50%	R\$ 485.651,54 12,50%	R\$ 485.651,54 12,50%	R\$ 485.651,54 12,50%	R\$ 485.651,54 12,50%	
1.13	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 888.048,53 14,29%	R\$ 888.048,53 14,29%	R\$ 888.048,53 14,29%					R\$ 888.048,53 14,29%	R\$ 888.048,53 14,29%			
1.14	GASES MEDICINAIS	R\$ 666.036,39 14,29%	R\$ 666.036,39 14,29%	R\$ 666.036,39 14,29%	R\$ 666.036,39 14,29%	R\$ 666.036,39 14,29%	R\$ 666.036,39 14,29%						
1.15	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	R\$ 444.024,26 14,29%	R\$ 444.024,26 14,29%	R\$ 444.024,26 14,29%	R\$ 444.024,26 14,29%	R\$ 444.024,26 14,29%	R\$ 444.024,26 14,29%						
1.16	PREVENÇÃO A INCÊNDIO	R\$ 444.024,26 14,29%	R\$ 444.024,26 14,29%	R\$ 444.024,26 14,29%	R\$ 444.024,26 14,29%	R\$ 444.024,26 14,29%					R\$ 444.024,26 14,29%		
1.17	CLIMATIZAÇÃO	R\$ 582.781,85 12,50%	R\$ 582.781,85 12,50%	R\$ 582.781,85 12,50%	R\$ 582.781,85 12,50%	R\$ 582.781,85 12,50%				R\$ 582.781,85 12,50%	R\$ 582.781,85 12,50%		
1.18	PAVIMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL								R\$ 233.112,74 20,00%	R\$ 233.112,74 20,00%	R\$ 233.112,74 20,00%	R\$ 233.112,74 20,00%	R\$ 233.112,74 20,00%
1.19	ÁREA EXTERNA E PERIFÉRICOS	R\$ 194.260,62 16,67%	R\$ 194.260,62 16,67%	R\$ 194.260,62 16,67%									
1.20	LIMPEZA E ARREMATE											R\$ 194.260,62 50,00%	R\$ 194.260,62 50,00%
1.21	PAISAGISMO										R\$ 259.014,15 33,33%	R\$ 259.014,15 33,33%	R\$ 259.014,15 33,33%
1.22	ADMINISTRAÇÃO / MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%	R\$ 259.014,15 3,33%
TOTAL NO MÊS		R\$ 3.801.957,75	R\$ 3.801.957,75	R\$ 5.064.651,75	R\$ 4.467.994,14	R\$ 4.467.994,14	R\$ 3.441.188,03	R\$ 2.007.359,69	R\$ 3.128.520,96	R\$ 3.711.302,81	R\$ 3.526.292,69	R\$ 1.431.053,20	R\$ 945.401,66
TOTAL ACUMULADO		R\$ 41.710.529,18	R\$ 45.512.486,93	R\$ 50.577.138,68	R\$ 55.045.132,82	R\$ 59.513.126,96	R\$ 62.954.314,99	R\$ 64.961.674,68	R\$ 68.090.195,64	R\$ 71.801.498,45	R\$ 75.327.791,14	R\$ 76.758.844,34	R\$ 77.704.246,00

Documento assinado digitalmente
 **RAPHAEL GUARDABASSI GUERREIRO**
Data: 23/01/2026 14:19:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

0.00

RAPHAEL GUARDABASSI GUERREIRO
SECRETÁRIO ADJUNTO DE INFRAESTRUTURA



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO IV A - BDI

COMPOSIÇÃO DE BDI - SEM DESONERAÇÃO

SIGLA	ITENS	PORCENTAGEM
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,62%
G	GARANTIAS + SEGURO	1,00%
R	RISCO	1,15%
L	LUCRO	6,70%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1,18%
I	TRIBUTOS	8,65%

$$BDI = \frac{(1 + AC + G + R) \times (1 + L) \times (1 + DF)}{1 - I} - 1$$

BDI TOTAL:	25,00%
------------	--------

Obs. 1: Fórmula de cálculo do BDI de acordo com o Acórdão 2.622/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU).

Obs. 2: Tributos compostos por PIS (0,65%), Cofins (3,00%) e ISS da Prefeitura Municipal de Guarulhos (5,00%), em conformidade com a Lei n.º 8.045, de 15 de setembro de 2022.



Documento assinado digitalmente

RAPHAEL GUARDABASSI GUERRERO

Data: 23/01/2026 14:19:33-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

RAPHAEL GUARDABASSI GUERRERO
SECRETÁRIO ADJUNTO DE INFRAESTRUTURA



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO IV B - ACORDÃO 2622/2013-TCU

ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário

1. Processo n. TC 036.076/2011-2.
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII – Administrativo.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do estudo desenvolvido por grupo de trabalho constituído por membros de várias unidades técnicas especializadas deste Tribunal, com coordenação da Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif, em atendimento ao Acórdão n. 2.369/2011 – Plenário, com o objetivo de definir faixas aceitáveis para valores de taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) específicas para cada tipo de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos relevantes, bem como efetuar o exame detalhado da adequabilidade dos percentuais para as referidas taxas adotados em dois julgados desta Corte de Contas (Acórdãos ns.325/2007 e 2.369/2011), ambos do Plenário, com utilização de critérios contábeis e estatísticos e controle da representatividade das amostras selecionadas.

9.1. determinar às unidades técnicas deste Tribunal que, nas análises do orçamento de obras públicas, utilizem os parâmetros para taxas de BDI a seguir especificados, em substituição aos referenciais contidos nos Acórdãos ns. 325/2007 e 2.369/2011:

VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA			
TIPOS DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	20,34%	22,12%	25,00%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	19,60%	20,97%	24,23%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	20,76%	24,18%	26,44%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	24,00%	25,84%	27,86%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	22,80%	27,48%	30,95%
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
	11,10%	14,02%	16,80%

9.2. orientar as unidades técnicas deste Tribunal que:

9.2.1. nas análises do orçamento de obras públicas, quando a taxa de BDI estiver fora dos patamares estipulados no subitem 9.1 deste Acórdão, procedam ao exame pormenorizado dos itens que compõem essa taxa, utilizando como diretriz para esse exame os seguintes percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos, levando-se sempre em consideração as peculiaridades de cada caso concreto:

TIPOS DE OBRA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			SEGURO + GARANTIA			RISCO		
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,00%	4,00%	5,50%	0,80%	0,80%	1,00%	0,97%	1,27%	1,27%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	3,80%	4,01%	4,67%	0,32%	0,40%	0,74%	0,50%	0,56%	0,97%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	3,43%	4,93%	6,71%	0,28%	0,49%	0,75%	1,00%	1,39%	1,74%
CONSTRUÇÃO DE MANUNTEÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	5,29%	5,92%	7,93%	0,25%	0,51%	0,56%	1,00%	1,48%	1,97%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	4,00%	5,52%	7,85%	0,81%	1,22%	1,99%	1,46%	2,32%	3,16%
TIPOS DE OBRA	DESPESA FINANCEIRA			LUCRO					
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil			
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,59%			1,23%			1,39%		
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,02%			1,11%			1,21%		
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	0,94%			0,99%			1,17%		
CONSTRUÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,01%			1,07%			1,11%		
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	0,94%			1,02%			1,33%		
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS									
PARCELA DO BDI		1ºQuartil		Médio		3º Quartil			
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1,50%		3,45%		4,49%			
SEGURO + GARANTIA		0,30%		0,48%		0,82%			
RISCO		0,56%		0,85%		0,89%			
DESPESA FINACEIRA		0,85%		0,85%		1,11%			
LUCRO		3,50%		5,11%		6,22%			

9.2.2. na verificação da adequabilidade das planilhas orçamentárias das obras públicas, utilizar como referência do impacto esperado para os itens associados à administração local no valor total do

orçamento, os seguintes valores percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos :

Percentual de Administração Local inserido no Custo Direto	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,49%	6,23%	8,87%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,98%	6,99%	10,68%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	4,13%	7,64%	10,89%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,85%	5,05%	7,45%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	6,23%	7,48%	9,09%

9.3. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

9.3.1. constitua grupo de trabalho, sob sua coordenação, para elaboração de estudos técnicos para a construção de composições referenciais para itens orçamentários associados à administração local, com vistas a estabelecer parâmetros de mercado para subsidiar a elaboração e a análise dos orçamentos de obras públicas, em consonância com os dispositivos legais previstos no Decreto n. 7.983/2013, em especial no art. 17, contando com a participação dos órgãos e entidades responsáveis pela manutenção de sistemas de referência de preços de obras públicas da Administração Pública Federal, a exemplo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP/PR, da Eletrobras, dentre outros, e encaminhe a este Tribunal, no prazo de cento e vinte dias, os resultados dos aludidos estudos;

9.3.2. oriente os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a:

9.3.2.1. discriminar os custos de administração local, canteiro de obras e mobilização e desmobilização na planilha orçamentária de custos diretos, por serem passíveis de identificação, mensuração e discriminação, bem como sujeitos a controle, medição e pagamento individualizado por parte da Administração Pública, em atendimento ao princípio constitucional da transparência dos gastos públicos, à jurisprudência do TCU e com fundamento no art. 30, § 6º, e no art. 40, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993 e no art. 17 do Decreto n. 7.983/2013;

9.3.2.2. estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993;

9.3.2.3. adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual proporcional entre o limite máximo de 5% estabelecido no art. 8º, inciso II, da LC n. 116/2003 e o limite mínimo de 2% fixado pelo art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

9.3.2.4. estabelecer, nos editais de licitação, que as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS apresentem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;

9.3.2.5. prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

9.3.2.6. exigir, nos editais de licitação, a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação para os serviços novos incluídos por meio de aditivos contratuais, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto n. 7.983/2013;

9.4. encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; ao Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada – Sinicon e à Fundação Getúlio Vargas – FGV, bem como ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit e à Caixa Econômica Federal que são os responsáveis pelos principais sistemas de referência de preços utilizados nas auditorias de obras públicas, respectivamente, o Sicro e o Sinapi;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif que constitua processo apartado para acompanhamento do cumprimento das determinações contidas no subitem 9.3 destes autos;

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 37/2013 – Plenário.

11. Data da Sessão: 25/9/2013 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2622-37/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
VALMIR CAMPELO

na Presidência

(Assinado Eletronicamente)
MARCOS BEMQUERER COSTA

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral, em exercício



Folha	
PA	
Rubrica	

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Divisão Técnica de Contratações
Seção Técnica de Gestão Administrativa de Contratos

Contrato de Prestação de Serviços

* MINUTA DE DOCUMENTO

Nº.

/2026

CONTRATADA:

CÓDIGO:

PROCESSO: 1123.2025/0001349-8

OBJETO: Elaboração de projeto básico, projeto executivo e execução de obras de construção do Hospital São João, com fornecimento de material, equipamento e mão-de-obra.

1. PREÂMBULO

1.1 PARTES: MUNICÍPIO DE GUARULHOS, com sede à Av. Bom Clima, 91 - Jd. Bom Clima – Guarulhos/SP, inscrito no CNPJ sob nº. 46.319.000/0001-50, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pelo **Secretário de Infraestrutura Urbana, Sr. _____**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida à _____ - CEP _____, Fone: (____) _____, e-mail: _____, neste ato representada pelo signatário ao final identificado, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, ficando as partes subordinadas às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e alterações, e condições constantes deste contrato.

1.2 FUNDAMENTO: Este contrato decorre de homologação, pela autoridade competente, de licitação na modalidade **Concorrência nº _____-SFIL**, que se acha juntada ao processo supracitado.

2. DESCRIÇÃO E CONDIÇÕES

2.1 NATUREZA DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a elaboração de projeto básico, projeto executivo e execução de obras de construção do Hospital São João, com fornecimento de material, equipamento e mão-de-obra, conforme indicado no Eventograma e Termo de Referência/Memorial Descritivo.

2.2 REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **contratação integrada**, na forma do artigo 46, inciso V, da Lei nº. 14.133/21.

2.3 CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços deverão ser prestados na forma definida no ato convocatório, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas diretas, indiretas, bem como todos os impostos e tributos que houver.

2.4 É parte integrante dos serviços:

- a) O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas, necessários aos serviços descritos no Eventograma e demais anexos;
- b) O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;
- c) O transporte de todos os resíduos resultantes da execução dos serviços até os locais indicados pela fiscalização; os resíduos sólidos provenientes de demolição deverão ser prioritariamente destinados ao sistema de reciclagem do Município;
- d) Caso seja necessário, a CONTRATADA deverá colocar placas de identificação dos serviços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a expedição da ordem de serviços, nos locais a serem indicados na referida ordem, conforme solicitação e modelo a ser fornecido pela fiscalização;
- e) Instalação do canteiro de obras;
- f) Na entrega final dos produtos – relatórios, projetos e levantamentos – deverão ser entregues em 3 (três) vias impressas - assinadas e vistadas e 03 (três) arquivos digitais em mídia (CD) com a respectiva assinatura digital no formato DWG (Auto Cad) e PDF, formato A1 ou A0 quando necessário
- g) A CONTRATADA deverá disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.

h) A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do Termo de Referência, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste Contrato e do edital do qual decorre o presente.

2.5 Na hipótese de ser necessária a qualquer título a utilização de serviços não constantes do Eventograma, serão observados se os mesmos são descritos na Tabela de Preços publicados na *SIURB – JUL/2025 SD, SINAPI – SET/2025 SD, CDHU – AGO/2025 SD, CDHU SINTÉTICA AGO/2025 EXCLUÍDO BDI DE 17%, DER JUL/2025 excluído BDI de 35%, SICRO OUT/2025 E FDE OUT/2025 excluído BDI de 23% e acrescidos de BDI referencial de 25,00%*, e mantidas as mesmas condições da licitação.

2.5.1 Em caso negativo, serão então compostos, de comum acordo entre as partes, retroagindo-se à data base da planilha de quantitativos e preços máximos da CONTRATANTE.

2.6 MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: os modelos de gestão e de execução são aqueles consignados no Termo de Referência, de responsabilidade da Unidade Requisitante.

2.7 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, e com o fim de dar cumprimento ao quanto disposto no art. 6º, o Titular do Órgão demandante (Ordenador da Despesa) **designou como Gestor e Fiscal** deste contrato os servidores da **Secretaria de Infraestrutura Urbana**. A nomeação se deu por meio de despacho exarado nos autos do Processo Administrativo em referência.

3. PRAZOS

3.1 VIGÊNCIA CONTRATUAL: iniciar-se-á na data da assinatura do Contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

3.2 EXECUÇÃO: o prazo total será de **30 (trinta) meses**, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e autorizado expressamente e atendidos os requisitos previstos nos termos da Lei Federal 14.133/21.

3.2.1 Na prorrogação de execução, a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, no prazo de até 30 (trinta) dias da ocorrência, para apostilar o ato.

3.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, onde a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, com as devidas justificativas, para a formalização do ato, no prazo de até 30 (trinta) dias da ordem de reinício.

3.3.1 Verificada a ocorrência do disposto no item acima, durante a execução das obras, por mais de 1 (um) mês, a Unidade Gestora deverá divulgar, no site oficial da CONTRATANTE e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, em atendimento ao § 6º do art. 115, da Lei Federal 14.133/21.

4. VALOR, RECURSOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

4.1 VALOR: O valor estimado deste Contrato é de **R\$ ____ (____)**.

4.2 RECURSOS: A despesa onerará, inicialmente, a(s) seguinte(s) dotação(ões):

0910.1545100111.007.07.1000356.449051.0837

4.3 FORMA DE PAGAMENTO: deverão ser observadas as seguintes condições:

a) Os serviços serão medidos considerando o Eventograma integrante do contrato e o cronograma. As medições deverão ser obrigatoriamente acompanhadas dos relatórios mensais previstos para os respectivos períodos de execução dos serviços.

b) A não apresentação do relatório resultará no cancelamento da medição respectiva, que a considerará “medição zero” sendo os serviços medidos transferidos para a medição seguinte;

c) Aferida e aprovada a medição, nos termos da cláusula 5.2, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal, com prazo de pagamento de **até 30 (trinta) dias**, a qual deverá ser devidamente atestada pelo fiscal/gestor do contrato, se cumpridas todas as exigências contratuais, acompanhado das provas de regularidades de habilitação e

comprovação de pagamento dos encargos previdenciários e trabalhista dos funcionários vinculados à execução do Contrato.

d) A Nota Fiscal deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento.

e) Para fins de liquidação e pagamento de despesas deverão ser atendidas as exigências constantes na Portaria 03/2017-SF publicada no Diário Oficial do Município de Guarulhos em 20/01/2017 páginas 22 e 23, que poderá ser consultada em www.guarulhos.sp.gov.br

f) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

g) Quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATANTE poderá comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21;

h) Concluídos tais procedimentos, o processo será encaminhado à Secretaria de Finanças da CONTRATANTE, que processará o pagamento.

i) O pagamento será efetuado por crédito em conta-corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, a ser indicada pela contratada;

j) O último pagamento somente será liberado para a liquidação quando da constatação pela fiscalização, da ligação definitiva de água, esgoto e energia, a ser aprovado pela concessionária local, se aplicável.

k) Quaisquer pagamentos não isentarão das responsabilidades contratuais a CONTRATADA, nem implicarão a aceitação/recebimento dos serviços.

l) Quando do pagamento, se aplicável, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007.

m) No caso de atraso, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, os valores devidos pela CONTRATANTE serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, de acordo com a meta de inflação fixada pela Resolução do Banco Central do Brasil vigente no ano de assinatura deste contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira:
 $I = (\text{meta da inflação}/100)/365$

4.4 REAJUSTAMENTO: O contrato poderá ser reajustado pelo índice divulgado pela **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, Índice de Preços de Obras Públicas - IPOP**, de acordo com o objeto contratual.

4.4.1 O reajuste somente poderá ser concedido pela fiscalização a partir de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, adotando-se como data base a data da apresentação das propostas, nos termos do art. 25º, § 8º da Lei Federal 14.133/21.

4.4.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou por qualquer motivo não puder mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

4.5 Demais condições para aferição/medição dos serviços são aquelas constantes no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência.

5. DA ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS e RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 PARA RECEBIMENTO DA ORDEM DE INÍCIO, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar à Administração, antes do início dos serviços e, no prazo de **até 05 (cinco) dias corridos após a assinatura deste Contrato**, os seguintes

documentos:

a) Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, com base no valor total do contrato e ARTs e/ou RRTs dos corresponsáveis pelas áreas de atuação, quitada(s) nos termos da Resolução nº 1.025/09 – CONFEA e da Resolução Normativa CFA nº 337/2006 devidamente recolhida, para figurar no processo licitatório e ordem de início dos serviços.

b) Comprovação de vínculo profissional dos responsáveis técnicos indicados na cláusula 6 do edital, que pode se dar nos termos da Súmula nº 25 do TCE/SP.

5.1.1 A fiscalização terá **até 02 (dois) dias úteis** para analisar os documentos entregues e emitir a competente ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS.

5.1.2 No prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** após a emissão da Ordem de Início de Serviços, será realizada reunião inicial de alinhamento onde serão tratados assuntos gerais do Contrato, assim como expectativas quanto ao andamento das atividades. A CONTRATADA apresentará seu plano de trabalho para atendimento aos prazos apresentados no cronograma anexo ao Termo de Referência.

5.1.3 A CONTRATADA deverá inscrever a obra (objeto da licitação) no CADASTRO NACIONAL DE OBRAS (CNO) da Receita Federal do Brasil (RFB), no prazo de **até 30 (trinta) dias** após o início da etapa de obras, se aplicável, conforme instrução específica para o caso.

5.2 DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.2.1 Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas no Art. 140 da Lei Federal 14.133/21:

a) provisoriamente, em **até 10 (dez) dias**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, referente à parcela medida;

b) definitivamente, em **até 10 (dez) dias do recebimento provisório**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, referente à parcela medida, com a devida emissão da Nota Fiscal.

c) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.2.2 Constatadas irregularidades no objeto, a Fiscalização, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Memorial Descritivo, determinando sua substituição ou correção, ou ainda, sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

5.2.3 As irregularidades deverão ser sanadas pela CONTRATADA, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

5.2.4 A totalidade dos serviços objeto do contrato será recebida definitivamente, mediante emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, de **até 90 (noventa) dias** da expedição do Recebimento Provisório, pela Secretaria de Infraestrutura Urbana.

5.2.5 O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será lavrado desde que o agente recebedor tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais e não haja quaisquer pendências de ajustes contratuais.

5.2.6 Com a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dar-se-á por extinto o presente contrato.

6. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

6.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Memorial Descritivo;

c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

e) Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, de acordo com a respectiva medição;

- f)** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e/ou de repactuação de preços, feitos pela CONTRATADA, no prazo máximo de **1 (um) mês**, contado da data do protocolo devidamente instruído.
- g)** Cientificar o Órgão Competente pelas Licitações e Contratos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para aplicação de sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do Contrato, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, se o caso;
- h)** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i)** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- j)** Não praticar atos de ingerência na administração do contrato, tais como:
- a)** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - b)** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
 - c)** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
 - d)** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - e)** demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - f)** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

6.2 São obrigações da CONTRATADA:

- a)** A assunção integral de responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando a CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos.
- b)** O cumprimento de todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- c)** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- a)** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- d)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- f)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado na cláusula 5.2.3, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, devidamente comprovados, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos, garantido o contraditório e ampla defesa;
- h)** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, § único, da Lei Federal 14.133/21;
- i)** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,

previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, respeitadas as vedações existentes por força de lei ou regulamentações, de acordo com o objeto deste contrato, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

l) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

m) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

n) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

o) Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência ou instrumento congênere.

p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

q) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

r) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal 14.133/21);

s) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, sendo este, no mínimo, de 10 (dez) dias úteis, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, § único, da Lei Federal 14.133/21);

t) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

u) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 14.133/21.

v) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

w) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

x) Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

y) Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

z) Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

aa) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

bb) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

6.3 O responsável técnico pelos serviços, poderá, sem prejuízo de suas responsabilidades pessoais, fazer-se representar junto à Fiscalização por técnico habilitado junto ao CREA ou órgão de classe competente, desde que aprovado pela Administração, o qual permanecerá no local dos serviços para dar execução à CONTRATADA, nas condições por esta fixada.

6.4 A ausência do responsável técnico ou de preposto no local da obra implicará sua anotação no livro diário e sujeitará a contratada às penalidades previstas neste instrumento.

6.5 A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto na Lei Municipal nº. 6.126/2.006 e Decreto Municipal nº. 25.754/2.008 que trata do plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção civil.

6.6 Na primeira reunião de trabalho com a fiscalização da obra, a CONTRATADA deverá apresentar plano de trabalho relativo ao uso racional dos materiais utilizados e a destinação dos resíduos da construção, visando seu reaproveitamento na própria obra ou seu envio às usinas de reciclagem autorizadas pela administração.

6.7 O plano de utilização racional dos materiais empregados na obra e de destinação sustentável dos resíduos produzidos deverá ser elaborado de forma que seja absorvido pelos valores pactuados entre as partes quando da celebração do contrato.

6.8 Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações constantes neste contrato, no ato convocatório e na forma prevista na proposta, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer a CONTRATADA, nas sanções previstas.

6.9 As responsabilidades das partes na execução deste Contrato são as comuns nele implícitas ou expressas, com base na Lei de Licitações, e aos demais instrumentos legais que regem o assunto.

6.10 Na execução dos serviços obrigar-se-á a CONTRATADA a manter com o fiscal designado, um Diário de Ocorrências para anotações de ordens, recomendações, faltas, defeitos observados, atrasos, etc.

6.11 A CONTRATADA obrigar-se-á, ainda, a tomar conhecimento diário através de seu representante, das observações feitas no Diário e regularizar as faltas ou defeitos observados.

6.12 Obrigar-se-á a CONTRATADA as suas expensas, promover a sinalização viária necessária, visando a proteção dos funcionários e evitar acidentes a terceiros.

6.13 Obrigar-se-á a CONTRATADA a afastar ou substituir, dentro de **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer funcionário seu que, por solicitação justificada da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

6.14 Caso a contratada deixe de honrar as obrigações trabalhistas com seus empregados incorrerá em falta grave, estando sujeita, além das penalidades acima previstas, à extinção contratual, sem prejuízo de ação regressiva por parte da Administração em caso de condenação à responsabilidade subsidiária imposta pela Justiça do Trabalho, a teor do Enunciado nº. 331 do C. Tribunal Superior do Trabalho.

6.15 Incorrerá na mesma falta se deixar de atender às normas atinentes à segurança e medicina do trabalho, especialmente as relativas ao Programa de Proteção Respiratória (PPR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Serviço Especializado de Engenharia e Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); bem como não se verificar o fornecimento e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes adequados como forma de impedir riscos à saúde de seus empregados.

6.16 Para verificação da regularidade da CONTRATADA junto a seus empregados, poderá a CONTRATANTE exigir a qualquer tempo documentos comprobatórios de tal situação, além da fiscalização regular por parte da Administração.

6.17 Em havendo necessidade de obtenção de licenças junto aos órgãos externos de proteção ambiental, concessionárias de serviço público, agências reguladoras e outros, estas serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, cabendo à Administração apenas fornecer os elementos necessários para a obtenção do documento.

6.18 A realização de ensaios e testes, quando necessários, correrá por conta da CONTRATADA.

6.19 Cumprir as determinações da NR 18, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que forem aplicáveis nesta contratação.

6.20 A CONTRATADA não poderá se prevalecer de qualquer erro, manifestamente involuntário ou de qualquer omissão, eventualmente existente, para eximir-se de suas responsabilidades, estando ainda, obrigada a satisfazer a todos os requisitos constantes dos desenhos e especificações.

6.21 A CONTRATADA deverá, se necessário, manter contato com as repartições públicas competentes para o fim de obter eventuais aprovações necessárias ao cumprimento dos serviços a serem executados, bem como solicitar as ligações diversas e inspeções necessárias.

6.22 As partes responderão por perdas e danos pelo inadimplemento de suas obrigações contratuais, além de outras cominações definidas na legislação em vigor.

6.23 Será efetuada pela CONTRATANTE fiscalização durante a execução dos serviços, por um ou mais engenheiros por ele credenciados, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle, coordenação e fiscalização.

6.24 Deve a CONTRATADA permitir o livre acesso, a qualquer tempo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento a ser pactuado, bem como aos locais de execução dos serviços, quando em missão de fiscalização ou auditoria, devendo-se inclusive permitir o livre acesso dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle externo e interno a seus documentos e registros contábeis.

6.25 A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

6.26 Somente serão executados os serviços imprevistos que tenham sido prévia e expressamente justificados e aprovados pela CONTRATANTE, e, após o competente TERMO DE ADITAMENTO ao Contrato, observado o disposto nos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21 e alterações, desde que verificada a disponibilidade orçamentária.

6.27 A Garantia do serviço executado pela CONTRATADA, deverá ser estabelecida de acordo com a natureza do objeto contratual e ao Código Civil - Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

6.28 Demais responsabilidades são aquelas constantes no **Termo de Referência**.

7. DAS PENALIDADES E EXTINÇÃO CONTRATUAL

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/21, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a execução do contrato;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- g) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, durante a execução do contrato;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), durante a execução do contrato.

7.2 Por descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento e pela inexecução parcial ou total do seu objeto, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 ADVERTÊNCIA, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" e "c" do item 7.2.4;

7.2.2 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, com o Município de Guarulhos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d" e "e", do item 7.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" ou "d" do item 7.2.4;

7.2.3 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR, com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 7.1 acima, bem como nas alíneas "b", "c", "d" e "e" também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "d" do item 7.2.4;

7.2.4 MULTA, aplicada da seguinte forma:

- a) Nos casos de atraso na execução do objeto ou na inexecução parcial, que se prolongue até o **10º (décimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,5%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- b) Nos casos de atraso na execução do objeto ou inexecução parcial, que se prolongue do **11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,7%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;

c) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir/substituir produto ou serviço eventualmente rejeitado pela CONTRATANTE ou pela correção/substituição fora do prazo estipulado, aplicar-se-á multa de **10% a 20%** sobre o valor da parcela inadimplida, a ser definida conforme item 7.8;

d) Nos casos de **inexecução total da obrigação**, que se configura com a mora na entrega do objeto por prazo **superior a 30 (trinta) dias**, contados do dia imediatamente posterior ao previsto no instrumento contratual ou, ainda, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do item 7.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, incidirá multa de **20% a 30%** sobre o valor do Contrato, a ser definida conforme item 7.8.

7.2.5 Para aplicação das multas elencadas nas alíneas “a” e “b” acima, tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor deste Contrato acionará o Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, para que proceda os trâmites necessários à aplicação da penalidade, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, onde o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou desconto de eventual garantia prestada. Não havendo pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou garantia prestada pela CONTRATADA, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

7.2.6 A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Guarulhos, pelo prazo de até **03 (três) anos**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, caso venha a descumprir a avença, total ou parcialmente, conforme item 7.2.2 acima e poderá, a critério da Administração, ser aplicada em conformidade com os prazos a seguir:

a) **06 (seis) a 12 (doze) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e/ou deixar de entregar, em prazo estabelecido, todos os documentos e anexos exigidos, quer por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, conforme a forma estipulada para a apresentação do documento, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial, a ser definido conforme item 7.8;

b) **13 (treze) a 18 (dezoito) meses** nos casos em que a CONTRATADA, der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, quando ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial que cause grave dano, a ser definido conforme item 7.8;

c) **19 (dezenove) a 36 (trinta e seis) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução total do contrato ou deixar de recolher aos cofres públicos os valores atinentes a penalidade pecuniária aplicada, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução total, a ser definido conforme item 7.8;

7.2.7 A aplicação da penalidade prevista nos itens 7.2.2 e 7.2.3 implicará o imediato descredenciamento da empresa do cadastro de fornecedores do Município de Guarulhos, pelo prazo em que durar o apenamento.

7.2.8 Para o pagamento das multas elencadas nas alíneas “c” e “d”, do item 7.2.4 acima, bem como as indenizações cabíveis impostas à CONTRATADA, o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. Caso o valor seja superior aos pagamentos que a mesma tenha a receber da CONTRATANTE, o saldo remanescente será descontado de eventual garantia prestada e, se ainda assim, não forem suficientes, restando saldo, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

7.3 A Contratada somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

a) comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE.

7.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

7.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, não se restringindo às cumulações descritas no item 7.2, podendo ser combinadas de forma distinta, de acordo com os critérios elencados no item 7.8.

7.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 166 da Lei Federal 14.133/21, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

7.6.1 Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos por meio eletrônico, **até o último dia útil do prazo**, ou protocolados diretamente na Rua do Rosário, 300 - Macedo - Guarulhos/SP, **das 8h30 às 16h45, respeitado o último dia útil do prazo**.

7.6.2 Não serão conhecidos recursos enviados por meio eletrônico que forem recebidos **após as 23h59 do último dia útil do prazo estipulado**, sendo considerado o horário de recebimento exibido pelo servidor de e-mail ou sistema eletrônico, ou **protocolados fisicamente após o horário determinado do último dia útil do prazo estipulado**, conforme estabelecido no item anterior.

7.6.3 Após o vencimento do prazo recursal, os valores serão cobrados nos moldes do subitem 7.2.8.

7.7 Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21, deve ser observado o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da mesma lei.

7.8 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9 A extinção contratual poderá ser, ainda, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, bem como consensualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Conforme o motivo, podem-se aplicar também as disposições dos artigos 138 e 139, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 155 do mesmo diploma legal.

7.10 O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.11 O atraso superior a **20 (vinte) dias úteis** para suplementação ou reposição da garantia contratual autoriza a CONTRATADA a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.

7.12 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

- 7.12.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

7.13 A extinção, sempre que possível, será precedida:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 DA GARANTIA CONTRATUAL: A CONTRATADA apresenta neste ato, como condição para assinatura, garantia contratual no valor de R\$ ____ (____), conforme previsto no artigo 96 e seguintes, da Lei Federal 14.133/21, equivalente a **5% do valor total do Contrato**, que será levantada após o término e entrega dos serviços, mediante emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, diante da extinção do contrato.

- 8.1.1** A garantia contratual deverá ter validade igual ao prazo de execução do contrato, acrescidos de **90 (noventa) dias**, sendo que em caso de prorrogação, esse prazo deverá também ser somado à data final do novo período.

8.1.2 A garantia contratual deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato, sendo que em caso de iminente vencimento durante a vigência do contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA deve providenciar sua renovação, sendo que o(s) responsável(is) pela gestão contratual deve(m) acompanhar os prazos contratuais e solicitar a renovação, junto à CONTRATADA.

8.1.3 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

8.1.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período mediante solicitação justificada, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

8.1.5 Na hipótese de suspensão ou paralização do contrato pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia até o reinício da execução, devendo o(s) responsável(is) pela gestão contratual verificar tal condição e solicitar a renovação junto à ordem de reinício.

8.1.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação justificada, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada pelo(s) responsável(is) pela gestão contratual.

8.2 CONDIÇÕES INTEGRANTES: São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) O Edital de Licitação, conforme o fundamento acima;
- c) A Proposta da CONTRATADA; e
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

8.3 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

8.4 ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

8.4.1 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado do termo de contrato.

8.5 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado pela unidade requisitante, com anuência da CONTRATADA, submetido à prévia aprovação da Procuradoria do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, devendo esse prazo ser observado pelos responsáveis pela gestão do contrato, respeitados, ainda, os prazos estipulados na Súmula 15 da PGM.

8.6 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21, devendo a unidade requisitante encaminhar ao Órgão responsável pelas Licitações e Contratos as devidas justificativas e solicitação para o apostilamento.

8.7 A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sendo vedada a transferência dos serviços que se prestaram para comprovar a sua Capacidade Técnica Operacional no processo licitatório.

8.7.1 A subcontratação dos serviços deverá ser permitida na forma parcial conforme disposto no art. 122 da Lei Federal 14.133/21, desde que a CONTRATADA mantenha toda a coordenação dos serviços através do seu Responsável Técnico preposto.

8.7.2 A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 30% do valor total do contrato.

8.7.3 Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato e somente poderão ser efetuados com profissionais ou empresas com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.

8.8 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.8.1 A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

8.9 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.10 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal 14.133/21 e alterações, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, devendo sua aplicação ser precedida da devida análise jurídica.

8.11 Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

8.12 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.13 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.14 A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

8.15 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.16 É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.17 A CONTRATADA deverá exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.18 A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**.

8.19 A CONTRATADA deverá prestar, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.20 A CONTRATADA, ao assinar o presente contrato, DECLARA que está ciente acerca da Política de Segurança da Informação, instituída pelo Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022, e concorda em cumprir todas as diretrizes e responsabilidades estabelecidas, se aplicável, e se compromete a:

- a) Proteger as informações confidenciais da CONTRATANTE e dos cidadãos do Município, acessadas ou gerenciadas no decorrer da prestação dos serviços;
- b) Utilizar os recursos de tecnologia da informação fornecidos pela CONTRATANTE apenas para os fins autorizados e em conformidade com as políticas estabelecidas;
- c) Relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança da informação ou suspeita de violação das políticas;
- d) Participar de treinamentos e capacitações relacionados à segurança da informação quando solicitado pela CONTRATANTE;
- e) Colaborar com a equipe de segurança da informação do município para implementar e manter as medidas de segurança adequadas;
- f) Dar ciência aos seus colaboradores do fiel cumprimento da PSI.

8.21 No ato de assinatura deste instrumento, a CONTRATADA declara que ofertou sua proposta ciente e em concordância com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Concorrência originário, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

8.22 FORO: As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Guarulhos, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

Estando as partes concordes com as cláusulas transcritas no presente Contrato, assinam os representantes, digitalmente, mediante acesso com senha pessoal, conforme normas estabelecidas pela Legislação vigente.

Guarulhos, data da última assinatura digital (será considerado o próximo dia útil, caso a última assinatura ocorra em dia que não haja expediente no órgão ou entidade competente).

Secretário de Infraestrutura Urbana

RAZÃO SOCIAL

Nome:

Cargo:

MINUTA

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARULHOS (Secretaria de Infraestrutura Urbana)****CONTRATADO:****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº /2026****OBJETO: Elaboração de projeto básico, projeto executivo e execução de obras de construção do Hospital São João, com fornecimento de material, equipamento e mão-de-obra.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Guarulhos, data da última assinatura digital.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo: Secretário de Infraestrutura Urbana

CPF:

Responsáveis que assinaram o ajuste:**Pelo CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo: Secretário de Infraestrutura Urbana

CPF:

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo: Secretário de Infraestrutura Urbana

CPF:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEL POR PROCESSOS LICITATÓRIOS:

Nome:

Cargo: Subsecretário de Licitações e Contratos

CPF:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Nome:

Cargo:

CPF:

(*) O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Estevam de Barros Ferrazzini, Chefe de Divisão Técnica**, em 02/04/2026, às 10:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4263941** e o código CRC **4E2FC29C**.